



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - PETROBRAS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0680/15	DATA: 26/05/2015	
LOCAL: Plenário 12 das Comissões	INÍCIO: 10h17min	TÉRMINO: 15h19min	PÁGINAS: 137

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

EDUARDO HERMELINO LEITE - Ex-Vice-Presidente da Camargo Corrêa.  
JOÃO RICARDO AULER - Ex-Presidente do Conselho de Administração da Camargo Corrêa.  
JOSÉ ALDEMÁRIO PINHEIRO FILHO - Ex-Presidente da Construtora OAS.

SUMÁRIO

Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Há oradores não identificados em breves intervenções.  
A reunião foi suspensa e reaberta.  
Há palavra ou expressão ininteligível.  
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.  
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.  
Houve intervenção fora do microfone. Ininteligível.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela PETROBRAS, com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da PETROBRAS na África.

Informo aos Srs. Parlamentares que foram distribuídas cópias das atas das 19º e 20º reuniões...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Peço dispensa da leitura das atas, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Dispensada a leitura das atas por solicitação do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Em discussão.

Não havendo quem queria discutir, em votação.

Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas as atas.

Expediente.

Ofício do Deputado Júlio Delgado que justifica a ausência nas reuniões realizadas, no período de 4 a 7 de maio, conforme atestado médico apresentado.

Ofício do Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados, Marcello Artur Manzan Guimarães, que entregou à Secretaria desta CPI disco rígido portátil, onde foram armazenados arquivos de áudio e vídeo relativos à entrevista com o Sr. Jonathan Taylor, realizada na cidade de Londres, no Reino Unido, objeto da missão oficial realizada pela CPI, no período de 16 a 21 de maio de 2015.

Ordem do Dia.

A presente reunião destina-se a audiência pública para tomada de depoimentos, com a presença dos Srs. Eduardo Hermelino Leite, ex-Vice-Presidente da Camargo Corrêa, convocado pelos Requerimentos nºs 34, de 2015, dos



Deputados Carlos Sampaio, Antonio Imbassahy e Delegado Waldir; 166, de 2015, dos Deputados Ivan Valente e Edmilson Rodrigues; 301, dos Deputados Onyx Lorenzoni e Efraim Filho; 518, do Deputado Jorge Solla; e 623, do Deputado Aluisio Mendes; do Sr. João Ricardo Auler, ex-Presidente do Conselho de Administração da Camargo Corrêa, convocado pelos Requerimentos nºs 34, de 2015, dos Deputados Carlos Sampaio, Antonio Imbassahy e Delegado Waldir; 131, dos Deputados Ivan Valente e Edmilson Rodrigues; 520, do Deputado Jorge Solla; e 607, dos Deputados Celso Pansera, Carlos Marun, Darcísio Perondi e Lelo Coimbra; e do Sr. José Aldemário Pinheiro Filho, ex-Presidente da Construtora OAS, convocado pelos Requerimentos nºs 44, de 2015, dos Deputados Carlos Sampaio, Antonio Imbassahy e Delegado Waldir; 168, de 2015, dos Deputados Ivan Valente e Edmilson Rodrigues; 232, do Deputado Júlio Delgado; 499, do Deputado Valmir Prascidelli; 607, dos Deputados Celso Pansera, Carlos Marun, Darcísio Perondi e Lelo Coimbra; e 736, do Deputado Aluisio Mendes.

Após examinar os requerimentos apresentados, esta Presidência observou que os Requerimentos nºs 736 e 623, ambos de autoria do Deputado Aluisio Mendes, guardam inteira relação com o teor dos requerimentos aprovados para a convocação dos Srs. José Aldemário Pinheiro Filho e Eduardo Hermelino Leite, respectivamente, razão pela qual, reconhecendo a unidade de interesses das propostas contidas nos requerimentos, reconheço como também aprovados os requerimentos de autoria do Deputado Aluisio Mendes, informando que os mesmos constarão da pauta da próxima reunião deliberativa, para que o Plenário possa referendar essas aprovações. Determino à Secretaria que proceda à alteração nos registros da CPI.

Examinando os requerimentos de convocação para esta assentada e considerando a condição de preso em regime domiciliar, em virtude de decisão proferida pela 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal, que ora se impõe a todos os depoentes, informo que estes serão ouvidos na qualidade de investigados, sendo-lhes garantidos os direitos constitucionais de permanecer em silêncio e não prestar o compromisso de dizer a verdade, exceção feita ao depoente convocado, Eduardo Hermelino Leite, que se encontra na condição de réu colaborador, renunciando,



portanto, a esses direitos, nos termos do disposto no art. 4º, § 14, da Lei nº 12.850, de 2013.

Nesse sentido é também a decisão proferida pelo Juiz Sérgio Moro, responsável pelos processos que responde na 13ª Vara Federal, em resposta a requerimento formulado pela CPI.

Quanto a Eduardo Leite, considerando que houve acordo de colaboração premiada, celebrado com o MPF e homologado por este juízo, houve renúncia ao direito ao silêncio e deverá depor com o compromisso de dizer a verdade.

Não obstante, quanto a Eduardo Leite, para não prejudicar investigações em andamento nesta vara, autorizo-o a responder apenas questões sobre crimes praticados no esquema criminoso envolvendo diretamente a PETROBRAS, especificamente sobre os fatos já denunciados na ação penal, ficando vedada, por ora, a revelação de outros crimes ou fornecimento de informações sobre crimes ainda em investigação perante este juízo.

Esclareço que a medida não visa a coibir o poder de investigação à CPI, mas preservar o sigilo sobre investigações ainda em trâmite perante este juízo, sendo ele necessário para a eficácia das diligências.

Convido o Sr. Eduardo Hermelino Leite a tomar assento à mesa. *(Pausa.)*

Advirto que V.Sa. será ouvido na qualidade de investigado. Ser-lhe-ão garantidos todos os direitos previstos na Constituição e nas leis. Assim, prestará V.Sa. o compromisso de dizer a verdade, renunciando o direito ao silêncio, nos termos do art. 4º, § 14 da Lei nº 12.850, de 2013, já que se encontra na condição de investigado colaborador em processos judiciais em curso.

Informo a V.Sa. que a sua colaboração para a elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

Peço a atenção das Sras. e dos Srs. Parlamentares para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa.

O tempo concedido ao convocado será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser apartado. Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.



O Sr. Eduardo Hermelino Leite é o outorgante e ele outorga o Sr. Marlus Heriberto Arns de Oliveira, advogado inscrito na OAB/Paraná, 19.226, André Pinto Donadio, advogado inscrito na OAB/Paraná, 45.929, Mariana Nogueira Michelotto, advogada inscrita na OAB/Paraná, 65.829. Esses são os advogados com procuração do Sr. Eduardo Hermelino Leite.

V.Sa. tem a palavra para fazer o juramento.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - V.Sa. tem a palavra, por até 20 minutos, para fazer as saudações iniciais.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu agradeço.

Exmo. Sr. Deputado Federal Hugo Motta, ilustríssimo Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Exmo. Dr. Manoel Alvim, ilustríssimo Secretário desta Comissão, Srs. Deputados Federais componentes da Mesa, Sras. e Srs. Deputados aqui presentes, ao longo de 21 anos trabalhei como funcionário da Camargo Corrêa como estagiário até ocupar a Vice-Presidência. Atuei no setor no setor de óleo e gás da Camargo Corrêa entre setembro de 2009 até maio de 2011. Durante o período em que atuei no setor de óleo e gás da Camargo Corrêa, participei, em razão de minhas funções e por conta dos cargos que ocupei, de ilícitos junto ao cliente PETROBRAS. A partir de setembro de 2009, quando assumi as funções de Diretor Comercial de Óleo e Gás na Camargo Corrêa, recebi de meus antecessores na empresa uma situação preexistente. A situação preexistente na Camargo Corrêa consistia em combinações e contratos que foram celebrados através de consultorias, a partir de 2002, conforme cópias de documentos já entregues ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal. Herdei uma prática e tive que administrá-la, mantendo os mesmos procedimentos anteriormente adotados. Celebrei, em 27 de fevereiro de 2015, junto ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal, termo de colaboração premiada, objetivando prestar esclarecimentos, fornecer informações e reconhecer os ilícitos existentes investigados no âmbito da Operação Lava-Jato. Do total de 23 depoimentos que prestei, disponibilizo 10 depoimentos que foram liberados pelo juízo. Os demais estão ainda sob investigação. Em meus depoimentos, reconheci os ilícitos



praticados no exercício das minhas funções como funcionário da Camargo Corrêa, assim como estou em processo de cumprimento de pena em prisão domiciliar. Lamentavelmente, participei do pagamento de propinas aos agentes públicos e privados, relativamente a compromissos assumidos pela Camargo Corrêa, na obtenção e execução de contrato junto à PETROBRAS. Conheci, no exercício de minhas funções na Camargo Corrêa, os Diretores Renato de Souza Duque, Paulo Roberto da Costa, assim como os Srs. Pedro Barusco, João Vaccari, José Janene, Sr. Alberto Youssef, Sr. Julio Camargo, entre outros. Nos termos de colaboração, esclareço, com documentação, o papel e a ação da Camargo Corrêa no pagamento de propinas e suas contrapartidas, informando os mecanismos adotados e a participação não só minha, como também de superiores, pares e subalternos. Também relato reuniões e encontros com os agentes públicos e privados onde os temas relativos a pagamento de propinas foram tratados. Esclareço o conhecimento que tinha referente aos assuntos de cartel, ressaltando que não participei de evento sobre este tema. Nos esclarecimentos já prestados voluntariamente, identifico autores, coautores, partícipes das questões sob investigação em decorrência da Operação Lava-Jato, assim como o fornecimento de documentos e outras provas materiais. Como fiz junto ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal, minha única disposição é de falar a verdade, colaborando com o esclarecimento de tudo aquilo que for do meu conhecimento e autorizado pelo juízo. Reitero meu respeito pelos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, seus objetivos e seus integrantes. Mais do que arrependimento, tenho uma profunda frustração profissional de ter batalhado pelo crescimento de minha carreira profissional e pessoal dentro da Camargo Corrêa e estar hoje com o meu futuro pessoal e profissional seriamente comprometido, envolvido nesse escândalo de grandes dimensões. Sr. Presidente, é isso que eu tinha a colocar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Relator, Deputado Luiz Sérgio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Quando V.Sa. se tornou Presidente da Camargo Corrêa? Dá para descrever a sua carreira na empresa?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Como eu coloquei, trabalhei na Camargo Corrêa por 21 anos. Em 2005, virei Diretor, foi quando eu fui nomeado



Diretor, para clientes privados. Atuei, de 2005 a 2009, cuidando exclusivamente de clientes privados — Vale do Rio Doce, algumas concessionárias privadas —, e, em setembro de 2009, eu fui designado para a função de Diretor Comercial de Óleo e Gás. Fiquei nesta função de setembro de 2009 até maio de 2011, e, em maio de 2011, eu passei a ser Vice-Presidente da corporação, não só mais da área de óleo e gás, mas da corporação Construções e Comércio Camargo Corrêa como um todo, cargo que ocupei até recentemente.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Na delação premiada que V.Sa. fez, V.Sa. relata muitos fatos dos quais V.Sa. foi um personagem, um agente. E, dentro da Camargo Corrêa, esse pagamento de vantagens indevidas era do conhecimento amplo da empresa, era algo que fazia parte da cultura da empresa, ou estava restrito a esse caso específico?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Como eu disse, eu venho de um setor de obras privadas. Quando eu assumi a função da Camargo Corrêa no setor de óleo e gás, me foi transmitido aquilo que estava ocorrendo dentro do relacionamento com o cliente PETROBRAS, onde nós detínhamos contratos em execução, contratos a assinar, contratos esses que tinham sido obtidos através de arranjos de mercado e combinações que existiam para o pagamento de propina, e tudo isso já era preexistente, como eu coloquei no meu termo de abertura. Isso era conduzido por diretores anteriores, que me passaram, e eu tive a função de dar continuidade a essas atividades.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E chegou-se a conversar por que era necessário pagar essas vantagens indevidas, o pagamento das vantagens indevidas?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Isso era uma condição de funcionamento dentro deste cliente. Então, o que me foi passado é: para você funcionar dentro deste cliente, as condições estabelecidas são essas e devem ser cumpridas essas rotinas.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E o Conselho de Administração da Camargo tinha conhecimento dessa...

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Existia, dentro do Conselho de Administração, uma pessoa que veio do setor de óleo e gás, que atuou no setor de



óleo e gás, que era o Dr. João Auler, né? Então... Agora, não era um tema de deliberação dentro do Conselho de Administração. Eu, particularmente, participava de três a quatro reuniões anuais dentro do Conselho, onde o que eu levava... relatava da minha área eram questões de planejamento, questões diferentes das questões de propina, que eram questões lidadas como custo dentro da construtora, e não como um tema para deliberação dentro do Conselho.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Em algum momento da sua atuação como diretor da empresa V.Sa. tentou interromper esse pagamento, questionou esse pagamento com a popular expressão “isso pode dar rolo”, ou simplesmente deixou a vida levar, como diz o Zeca Pagodinho?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Me fizeram uma pergunta recentemente, que é: *“Você se acha ímpar? Você acha que você, como Vice-Presidente, só você teria capacidade de ter trabalhado com o que você trabalhou? Se fosse outra pessoa que tivesse sido nomeada Vice-Presidente no seu lugar, o que que ela teria feito?”* Possivelmente a mesma coisa, porque, na verdade, isto era uma metodologia já existente no mercado, já existente na empresa e à qual nós, no encargo das nossas funções, tínhamos que dar continuidade. Eu posso me arrepender, sim, de não ter deixado a atividade, mas também era muito difícil, eu tinha acabado de ser alçado a Vice-Presidente de uma grande corporação. Era difícil.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Quando V.Sa. diz *“isso é uma prática já existente no mercado”*... Detalhe melhor isso para nós. O que é *“uma prática já existente no mercado”*?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - É neste mercado, neste mercado PETROBRAS, que é o que eu conhecia, né?, como, volto a falar, anteriormente eu lidava com obras privadas, onde o tipo de relação se estabelecia de uma forma diferente. Não sei se em outros setores de obras públicas existe o mesmo procedimento; não sei, sinceramente, porque eu nunca atuei. Agora, nos setores em que eu atuei, que eram de óleo e gás, isso era uma prática.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - As práticas diferentes das outras obras não envolviam esses pagamentos de vantagens?



**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Nunca participei dessa tratativa, até porque eu virei Vice-Presidente acho que em setembro ou outubro de 2011, né?, e, de lá para cá, nós passamos a gerir uma empresa que faturava 6 bilhões de reais. Então, os nossos temas, né, eram superiores a isso, eu tinha obras internacionais. Hoje... A carteira da Camargo, na época que nós assumimos, era composta de 75% de contratos privados. Então, nós tínhamos um trabalho muito grande junto a esses clientes privados, que era quem dava o grande faturamento e o grande resultado na empresa.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Algum diretor da PETROBRAS solicitou diretamente a V.Sa. pagamento de vantagens indevidas?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Sim. Este tema foi tratado tanto com o Diretor Paulo Roberto quanto com o Diretor Renato Duque.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Se limitou a esses dois?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - A esses dois.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E V.Sa. foi procurado ou recebeu alguma ameaça de agentes políticos, em decorrência do pagamento dessas vantagens, sentiu-se ameaçado, em algum momento, por agentes políticos diretores da empresa?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - A nossa relação dentro da Camargo Corrêa para com o pagamento de propina se dava através dos conhecidos operadores. Esses operadores eram cobradores contumazes. Então, eles eram pessoas que insistiam na cobrança dessas obrigações. Agora, falar que a Camargo Corrêa, que a gente sofreu algum tipo de pressão além da cobrança... O que nós tínhamos era uma dificuldade para lidar com a companhia. Por exemplo, se eu solicitasse um agendamento a um diretor da PETROBRAS, eu não era recebido até eu pedir a interferência do operador que tornava aquele atendimento possível. Então, esse era o tipo de pressão que nós tínhamos.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Quem era esse operador?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Tanto no caso do Alberto Youssef, quanto no caso do Dr. Júlio Camargo; um para a Diretoria de Abastecimento, o outro para a Diretoria de Engenharia e Serviços.



**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E esses encontros com esses diretores, onde normalmente ocorriam? Onde eram realizadas essas reuniões?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu tinha reuniões dentro da PETROBRAS para tratar de temas... Só rememorando, na minha delação isso é claro, eu tive com o Dr. Renato Duque duas tratativas, dois encontros em que foram tratados assuntos de dívidas referentes à propina e, com o Dr. Paulo Roberto também, dois encontros. Esses encontros foram fora da PETROBRAS. Com o Dr. Paulo Roberto, foi num hotel em São Paulo e, com o Dr. Renato Duque, foi na casa do Dr. Júlio Camargo. E tive outros encontros com eles dentro da PETROBRAS, mas daí para tratar de assuntos lícitos, referentes aos contratos.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E, dessas reuniões e desses pagamentos, ficava claro que isso era direcionado a partidos políticos também? Ficavam eles com parte desses recursos? Como era o debate de para onde ia esse dinheiro?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Quando eu assumi a atribuição, foi-me passado o contato do Sr. Youssef, do Sr. Janene, me foi passado esse contato como sendo os, entre aspas, “padrinhos” do Dr. Paulo Roberto. Então, era o Partido Progressista o qual era atendido através da Diretoria do Dr. Paulo Roberto. Do mesmo jeito, quando me foi passado o contato do Dr. Renato Duque, foi-me também informado que era a diretoria que atendia ao Partido dos Trabalhadores.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E quais critérios eram utilizados para beneficiar um ou outro partido político? Esses recursos vinham do faturamento da empresa, mas a isso se acrescentava um valor a mais ou se retirava de parte do lucro da empresa? Como se chegava a esses valores?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Com relação a como isso era tratado entre o operador, o diretor e o partido, eu tenho desconhecimento do tema. Eu não sei o que ocorria. No que tange à Camargo Corrêa, isso era um custo que era alocado na gestão de empreendimento. Então, na proposta da Camargo Corrêa para a PETROBRAS, existia um custo que era relativo a esses compromissos, que era de 1% para cada uma das diretorias. E esse custo era cobrado da PETROBRAS, conforme o andamento da obra.



**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas ele acrescia ou, se não tivesse esse pagamento, a obra seria mais barata? Ou, em tese, não...

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Se não tivesse esse custo, pelo menos 1% abaixo, um não, 2%, porque era 1% para cada diretoria, teria na proposta da Camargo Corrêa.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - No depoimento a esta CPI, o Diretor da Engevix disse que houve contratos e que esses contratos acabaram dando prejuízo, e, mesmo assim, pagou-se 1%. Então, era difícil afirmar se tinha sobrepreço ou não, porque os próprios projetos eram muito... não se chegava a um nível de detalhamento para se dar uma previsão. Então, era meio que uma projeção, mas que houve contratos que acabaram dando prejuízo à Engevix, e, mesmo assim, eles fizeram o pagamento.

No caso da Camargo Corrêa houve alguns casos em que acabaram tendo prejuízo, e mesmo assim se pagaram?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Com certeza. Por que motivo? Porque, quando você fecha uma proposta, estima que aquele empreendimento vai lhe custar 10 e, dentro desses 10, você tem uma margem de lucro determinada. Se, por causa da sua *performance*, aquilo lá passar a custar 11, você continua pagando os fornecedores. Então, como isso era um custo como se fosse um fornecedor, você pagava da mesma forma.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E a Camargo pagou diretamente para diretores e gerentes da PETROBRAS? Você tem conhecimento disso?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - No que tange a diretores, foi feita essa operação, que era uma operação conjunta, entendi assim, entre o apadrinhamento e a arrecadação do diretor. No que tange a gerentes, infelizmente, eu tenho hoje uma limitação, eu não posso tratar do tema, porque isso faz parte da minha delação, mas ainda está sob investigação e eu estou impossibilitado pelo juízo de prestar qualquer informação.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Pelo que V.Sa. tem conhecimento, a Camargo Corrêa pagava vantagens indevidas unicamente em obras da PETROBRAS.



**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Que seja do meu conhecimento, sim.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Que seja do seu conhecimento. E esse valor que a Camargo Corrêa pagava entrava na contabilidade da empresa como vantagens indevidas? Como entrava na contabilidade da empresa?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Como custo, porque é uma consultoria. Era contratada e era ela que recebia aqueles recursos. Então, nós tínhamos o custo dessa consultoria, algumas consultorias com trabalho executado e de serviços majorados e outras consultorias com trabalhos não executados.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E a Camargo Corrêa trabalhava com o título de caixa dois ou tudo era contabilizado?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não. Não trabalhava com o sistema de caixa dois.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. tem conhecimento de que a Camargo Corrêa tinha conta no exterior e que manuseava essas contas para também fazer esse ajuste de pagamento das propinas?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Para fazer ajuste de pagamentos das propinas não, mas que tinha ajuste... Que tem contas no exterior tem, porque ela tem obras no exterior. Mas para fazer qualquer tipo de pagamento é do meu total desconhecimento.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Que tem conta é evidente, pelo número de obras que ela tinha, mas se utilizava, não é?

E V.Sa. tem recursos no exterior? Tem conta no exterior?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não. Não tenho.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Não tem.

Outro detalhe muito aqui falado se diz da formação de cartel para direcionar licitações da PETROBRAS. V.Sa. chegou a participar de reuniões para debater? Como era realizada, como eram defendidos os interesses da Camargo Corrêa diante das outras empresas concorrentes do chamado cartel de obras da PETROBRAS?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Quando eu assumi a área de óleo e gás, a Camargo tinha acabado de vencer a licitação de obras da RNEST. Havia sido declarada a vencedora e faltava somente a assinatura do contrato. Então, eu entrei



em setembro e nós assinamos o contrato da RNEST em dezembro. A partir daí, houve um foco do total da empresa em tocar aqueles contratos que ela já detinha. Ela detinha, a Camargo, na história dela, a área de engenharia e construção assinou 32 contratos com a PETROBRAS, sendo que esses últimos RNEST, REPAR, REVAP, que eram obras em execução. Somando só essas que estavam em execução, a Camargo já tinha quase 12 bilhões em execução de contratos. Então, tivemos que tomar um cuidado muito grande na gestão. No que tange a cartel, a partir acredito que do ano de 2011, começaram a ocorrer reuniões. Eu, por problemas de saúde, não mudei para o Rio de Janeiro, onde era a Camargo Corrêa Óleo e Gás. Então, quem foi participar dessas reuniões foi o Dr. Dalton Avancini, Presidente, e que me narrou, me contou que os encontros existiam, mas eu não participei de nenhum desses encontros. Então, eu tinha ciência de que o fato ocorria, mas eu não participei de nenhum encontro.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas as reuniões eram para dividir os lotes, eram para impedir que outras empresas entrassem ou eram para acertar contratos de obras majoradas?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Acredito que todos esses três temas.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Todos os três temas. E quais as empresas? Embora nós já tenhamos ouvido e lido muito, quais as empresas que participavam desse esquema? São essas mesmas? Teria novas empresas?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - A informação que eu tenho é a mesma que os senhores têm hoje, que existiam as grandes empresas, que eram grupos de grandes empresas, um grupo de médias empresas. Mas eu, como depoente aqui, não participei do evento. A informação que eu posso dar é a mesma que os senhores têm. Tem Camargo, Andrade, OAS, CNO, UTC, são as empresas de engenharia e construção. Eu acho que é válido somente uma informação: a PETROBRAS era a grande contratante deste País, estava com um volume de obras que era incapaz de o mercado interno atendê-la. Então, usando até, parafraseando uma frase que o senhor utilizou "*estava todo mundo e mais alguém dentro da PETROBRAS*". Essa era a realidade do mercado.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Agora, a PETROBRAS, como todos nós temos conhecimento, tinha grandes obras, obras médias e obras pequenas. Nas



chamadas “grandes obras”, essa cartelização, a qual V.Sa. afirma que a Camargo participou, se ela não existisse, quais empresas estiveram impedidas de participar desse processo em decorrência da cartelização? Porque a PETROBRAS tinha muitas obras. V.Sa. mesmo afirma aqui que o mercado interno já tinha dificuldade de atender a enorme demanda, mesmo assim existia um cartel. Há outras empresas que ficaram impedidas de participar desse processo, o senhor acredita, por causa do cartel, ou seriam essas empresas as mesmas?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Olha, pegando um pouco do meu conhecimento, que são de obras privadas, com clientes privados nacionais, tipo Vale do Rio Doce... Eu cheguei a participar de licitações dentro da Vale do Rio Doce em que tinha somente dois concorrentes. Por quê? Porque eram obras de um porte significativo e a Vale falava: *“Eu acho que é muito risco eu não fazer somente com esses dois grupos empresarias, que eu tenho mais confiança com relação à performance”*. Então, eu acho que o cadastro da PETROBRAS, que classifica as empresas, eu acho ele correto. Mas, por exemplo, quando eu participei dessas concorrências dentro da Vale, a Vale tinha procedimentos que evitavam que você fizesse... Mesmo tendo só dois concorrentes, ela tinha procedimentos que evitavam qualquer entendimento de mercado. Então, existem práticas que podem ser feitas, com baixo nível concorrencial, em que você consegue evitar que ocorra um ilícito.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Eu acho que um dos grandes trabalhos da CPI é, também, poder propor à PETROBRAS leis, ou mecanismos que evita. V.Sa. aqui está dando o exemplo de que participou de licitação na Vale, em que compareceram duas empresas, mas que a prática e o procedimento acabavam impedindo uma combinação e ocorria uma disputa. Muito rapidamente V.Sa. poderia aqui detalhar, num resumo, que práticas e procedimentos evitavam essa cartelização, nesse exemplo que V.Sa. está me falando?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - A primeira questão é projeto de engenharia. Você não pode partir para uma execução de contratos sem... ou para precificação de contratos sem um projeto de engenharia avançado. A segunda questão: em função de um projeto de engenharia avançado, a sua capacidade de orçamentação é mais precisa, então você passa a influenciar o preço e não ser influenciado pelo preço. A precisão te leva a ter redundância. Vou aproveitar, nesse



caso, para citar um exemplo. A Camargo fez uma obra em Medellín para uma empresa chamada EPM, que é uma empresa pública, que é Empresas Públicas de Medellín. Ela fez uma hidrelétrica em Medellín. Porque tem todas as dificuldades de uma hidrelétrica aqui, no meio do mato, dificuldade de logística. E a variação de preço dessa hidrelétrica entre o início e a entrega foi de 3%. Por quê? Porque eles tinham feito o projeto há 10 anos e estavam fazendo revisões e eles tinham uma total precisão do orçamento. Quando você tem total precisão de orçamento, não acontece nada de errado. Na hora em que você não tem precisão, você é refém de quem precifica, e aí o cara põe o preço que lhe convém. Eu, como administrador de empresas e não como engenheiro, eu gosto sempre de citar que eu falo: “*A precisão do orçamento impede qualquer ilícito*”. A partir do momento em que você tem um orçamento preciso, impede qualquer ilícito. E esse é o principal procedimento que eu enxergo, por exemplo, dentro da Vale do Rio Doce.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Então, num projeto de engenharia avançado...

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Orçamentação precisa. E aí tem mecanismos de tomada de preços. Na verdade, você não precisa pedir o preço integral para as duas empresas que estão disputando. Você pode separar, uma orça a metade da obra, a outra orça a outra metade. Na verdade, você vai checando se o seu orçamento está preciso e escolhe a empresa. O mecanismo de escolha aí passa a ser diferente.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Uma outra informação que para mim é importante: quando V.Sa. foi ocupar, na Camargo, a Diretoria de Óleo e Gás, foi comunicado a V.Sa. o mecanismo que existia na PETROBRAS. Alguém chegou a detalhar desde quando isso existia, quando isso começou, com mais precisão, desde quando isso vinha?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Na verdade, não me foi passado um histórico do cliente, me foi passado o que estava em vigência, quais eram os contratos que a Camargo tinha junto à PETROBRAS, quais eram os contratos que a Camargo tinha junto aos consultores que iriam pagar os compromissos de propina e quais eram os contratos que já tinham sido ganhos e qual era o compromisso que tinha sido assumido. Então, não chegaram a me dar um histórico, mas, até pela



minha colaboração, por levantamentos que fiz, eu vejo um grande movimento a partir de 2006, que foi quando os grandes contratos começaram a aparecer.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Você está falando de um grande movimento, mas e o pequeno movimento? Não tinha pequeno movimento?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu não tinha essa informação.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Não tinha essa informação. E V.Sa. conheceu pessoalmente o Sr. Alberto Youssef?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Sim. Eu fui apresentado a Alberto Youssef dentro da Camargo Corrêa, em uma reunião onde o Sr. Alberto Youssef, acompanhando o Sr. José Janene, na época não sei se Deputado ou ex-Deputado, foi procurar o Sr. João Auler, para cobrar dele pactos e pagamentos de propina. E aí o Sr. João Auler me chamou para participar da reunião, porque estava tendo uma discussão, e naquele momento ele me empossou, falando: *“Esses dois são os agentes responsáveis pela área de abastecimento”*. E virou para ele e falou: *“Os senhores vão tratar com o Sr. Eduardo daqui para frente”*. E naquele momento, inclusive, o Sr. José Janene falou: *“Não, não, quem vai tratar é o Sr. Alberto Youssef”*. Então foi aí que eu fui apresentado.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Agora, a Camargo Corrêa é uma grande empresa, com grandes obras, presente em vários países, uma capacidade empresarial enorme. Uma coisa chama a minha atenção e, acredito, de muitos Parlamentares, porque o Alberto Youssef, quando entra para operacionalizar essa situação, já era uma pessoa conhecida, até aquele momento já tinha sido preso sete vezes, já tinha feito uma delação premiada. Na delação, um dos compromissos deles era o de que não ia mais operar no câmbio. Então, era um criminoso incorrigível, até porque o pai já foi preso quatro vezes, a irmã já foi presa cinco vezes. Então, é uma organização criminosa familiar incorrigível. Mesmo assim, uma empresa desse porte não chegou a pedir uma outra pessoa, aceitou um criminoso dessa ordem e foi operar com um bandido dessa qualidade? Ninguém questionou isso?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Olhe, eu particularmente não questioneei, não procurei saber quem era a pessoa. O que eu posso lhe informar é que ele era uma pessoa extremamente inteligente, extremamente inteligente! E me



assustei quando, da Operação Lava-Jato, na hora em que eu percebi em quanta coisa essa pessoa estava envolvida. Então, assim, eu não acho que eu fui o único que foi surpreendido com o que aconteceu. Nós tivemos várias pessoas, várias empresas, vários órgãos. Muita gente está, tanto quanto eu, sendo surpreendida com essa questão do Alberto Youssef. Eu não levantei a ficha do Alberto Youssef. Quando eu perguntei a ele qual era a atividade dele, ele me falou que era empresário. Passado um tempo, ele veio me pedir para que... Ele tinha uma empresa de turismo, que era uma espécie, era uma empresa que vendia passagem aérea, que queria vender passagem aérea para a Camargo Corrêa. Então, assim, realmente eu não sabia o histórico dele. Realmente eu não sabia.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Relator, só para perguntar ao depoente se ele tinha conhecimento do histórico de vida do Youssef, porque era de conhecimento nacional. É impossível que um empresário da categoria do Sr. Eduardo não conhecesse o histórico do Youssef, que tinha sido envolvido no escândalo do BANESTADO, com ampla divulgação nacional.

**(Não identificado)** - Condenado.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Condenado. Só para saber se ele conhecia o histórico.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não, eu não tinha essa informação e não o conhecia.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Nunca tinha ouvido falar no Sr. Alberto Youssef?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Nunca tinha ouvido falar.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - O senhor não lia jornal, não via televisão? Está certo.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Nunca tinha ouvido falar. O senhor vai me desculpar. Eu vejo jornal, eu vejo televisão, e nunca se veiculou, durante o período em que ele me foi apresentado até o início da Operação Lava-Jato, eu não vi nenhuma informação sobre ele na mídia.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Porque o Alberto Youssef esteve no centro do escândalo chamado de BANESTADO, das chamadas contas CC5; ganhou



notoriedade naquela época; foi condenado; e saiu da prisão, porque ali ele fez a sua primeira delação premiada.

Quer dizer, me causa estranheza que uma empresa do porte da Camargo não tivesse conhecimento de que estava tratando ali com um criminoso. Então, eu deixo aqui registrada essa estranheza. Quer dizer que, na visão de V.Sa., ele era apenas um empresário, uma pessoa inteligente e que por isso participava das decisões, mas que seria um mero intermediário ou um doleiro?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Ele era um operador de propina. Já não é um bom currículo, mas, assim, do mesmo jeito que do outro lado também tinha o Dr. Júlio Camargo, que é um empresário também. Mas, Deputado, eu até falo que infelizmente eu não tinha essas informações. Não vou mentir que depois, com o andamento das coisas, a gente vai... E cometi os meus erros, como eu falei, lamentavelmente. Agora, no que tange à empresa, como a empresa não tinha relação formal com o Sr. Alberto Youssef, era através de empresas que ele indicava, nesse critério, a Camargo Corrêa acabou sendo mais... Não existe a mais correta, mas não contratou aquelas empresas tradicionais do Sr. Alberto Youssef, MO... Ela acabou fazendo através de outras empresas um pouco mais qualificadas. Mas, de novo, isso não impede que o ilícito aconteça.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Até porque a Camargo Corrêa, no entendimento meu e de muitos, ela já teria que ter cuidados maiores, uma vez que também na chamada Operação Castelo de Areia ela teve diretores indiciados, esteve envolvida em uma situação da qual conseguiu se livrar porque a Justiça condenou a coleta de provas. Então, naquele caso específico, saiu todo mundo sem nenhum problema. Mas ela já tinha estado no centro de um furacão grande e que envolvia exatamente pagamento de recursos, percentuais a partidos, a agentes. E ela, depois, retoma uma operação, e uma operação com bandido de criminalidade maior. Então, eu confesso que isso causa estranheza.

Mas a Camargo Corrêa, da qual V.Sa. foi Vice-Presidente a partir do episódio conhecido como Castelo de Areia, em 2009, não tomou procedimentos mais criteriosos para agir, para operar?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Só para lhe informar, eu não virei Vice-Presidente em função... Eu diria o seguinte: eu não participei das atividades do



Castelo de Areia, mas eu até faço uma frase: eu fui beneficiado pelo Castelo de Areia, ele abriu espaço dentro da empresa pra mim. Todos aqueles que participaram ou que estavam envolvidos com alguma coisa, isso abriu uma avenida profissional pra mim. Foi dali que eu comecei a ganhar espaço dentro da empresa. Então, assim, de alguma forma, eu fui indiretamente beneficiado. Tiraram meus concorrentes internos. Eu ganhei uma avenida. Eu vinha de clientes privados. Agora, com relação às práticas, eu acho que a própria empresa vem se defendendo, vem se mostrando aí junto à mídia os procedimentos que ela tem. Procedimentos existem, mas ilícitos também.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E o episódio conhecido e que ocorreu em que empresas teriam pago recursos para se abafar uma CPI da PETROBRAS em 2009? A empresa Camargo Corrêa tomou conhecimento desse fato, participou desse fato?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Se tomou, não é do meu conhecimento. A mim, esse tema não chegou.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - O.k. O pagamento de vantagens a diretores da PETROBRAS de que V.Sa. tem conhecimento foi só a esses dois diretores?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Barusco, não?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não, o Barusco não era diretor. Ele respondia ao Dr. Renato Duque, e foi beneficiário, sim, por intermédio do mesmo núcleo ali com Júlio Camargo, Renato Duque e Pedro Barusco.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E desses recursos que o Youssef recebia e pagava, depois ele pagava também algum percentual disso ou alguma vantagem dessa a alguns diretores das próprias empresas?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Que eu saiba, de propina, não.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas de outro mecanismo, sim?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - No caso, eu, particularmente, tive um evento com o Alberto Youssef que eu já posso esclarecer: uma das empresas que ele me trouxe para que operasse, para que houvesse a possibilidade de passar recursos da Camargo Corrêa para ele foi uma empresa de tubulação. Tubulação era



um item de grande movimentação dentro de uma obra do tipo da PETROBRAS, principalmente no caso da RNEST. A Camargo Corrêa acabou contratando esta empresa indicada por ele, depois que essa empresa passou na aprovação da PETROBRAS, depois que essa empresa passou nos conceitos de risco e preço da Camargo Corrêa. Então, assim, nós compramos tubos muito baratos em relação ao preço de mercado, com um risco de fornecimento, porque não era uma empresa tradicional. Mas compramos esse risco, porque ela iria cumprir funções de repasse de dinheiro para pagamento de propina. E, em determinado momento, como essa Operação foi instalada, o Youssef enxergou na Sanko a possibilidade de, tendo em vista que ela trabalhava com importados num preço muito abaixo do preço de mercado, vender para o mercado inteiro. E falou: *“Pô, eu com uma empresa que antes não era capaz e que passou a fornecer para a Camargo Corrêa, eu consigo vender para o mercado interno em geral, eu preciso de recomendação da Camargo Corrêa”*. Então, fruto deste interesse de ele representar a Sanko e ganhar comissão da Sanko vendendo, em determinado momento ele falou: *“Eu quero partilhar com você a possibilidade de a Sanko fazer novas vendas”*. E me capturou. Sendo bem claro, me capturou. A partir daí, ele fez... Não foi uma combinação comercial. Ele me falou que iria me fazer um pagamento para essa finalidade e fez. E foi aí que...

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Relator, qual foi esse valor recebido? E foi apenas um valor?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Foram 500 mil reais que ele me pagou em pequenas movimentações em dinheiro. E, ao término, ele ainda pediu para a Sanko fazer um pagamento para mim acho que de 1 milhão de reais. Então, foi 1 milhão e 500 mil reais.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. tem conhecimento se ele se utilizava dessa prática também com outros diretores de outras empresas?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não, não tenho conhecimento.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Muito bem. Nos dias em que V.Sa. esteve preso considera que o fato de ter estado preso faz com que uma pessoa seja levada a firmar um acordo de delação, ou são simplesmente os benefícios do acordo que o levaram a fazer essa delação premiada?



**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Olha, eu posso responder no meu caso específico. O meu inferno não começou quando eu fui preso. O meu inferno começou o dia em que essa Operação apareceu e o meu nome foi veiculado. A partir dali eu passei por um desgaste pessoal, midiático, empresarial, familiar. Então esse processo é um processo desgastante. E eu tomei uma decisão em determinado momento que era que eu iria colaborar. E essa decisão foi logo depois que foi instaurada a Operação. Aí, lógico que essa é uma decisão minha, mas ela não é só minha, eu tive que partilhá-la com a empresa. Tanto que a empresa passou a ter uma discussão, e isso foi público, uma discussão com o Ministério Público a respeito de um termo de colaboração que envolveria a própria empresa. Então, eu aguardei essa posição da empresa. O dia que essa posição da empresa não se consolidou, imediatamente eu fui para esse processo de delação. Então, o processo de delação é um pouco inerente à prisão propriamente dita. Ele tem a ver com o processo como um todo. E, assim, até comentei com o meu advogado, o processo como um todo mostra que nós temos responsabilidades e temos que ter atitude. E a atitude é perante a mim, perante a minha responsabilidade. A assunção de uma pena que nem eu assumi previamente, independente de saber até quais eram os crimes efetivamente que iam conseguir ser imputados a mim, é uma decisão difícil. Eu tive que tomar, e eu tomei, do mesmo jeito que eu acabei colaborando.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Uma última pergunta: V.Sa. tinha conhecimento ou sabe informar se os pagamentos feitos a Paulo Roberto Costa por Youssef eram no Brasil ou eram depositados no exterior, também para o Sr. Renato Duque?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu não tinha essa informação para os dois casos, porque o que eles me cobravam era o pagamento da Camargo para eles. O que eles faziam depois, eu tinha total desconhecimento.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. conheceu o Vaccari?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Conheci.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Em que situação?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Em 2010, acredito que entre fevereiro e março de 2010, num restaurante, em São Paulo, à saída de um restaurante. Não vou saber precisar, mas, assim, eu lembro porque algumas coisas



a gente marca. Foi-me apresentado: *“Esse aqui é o tesoureiro do Partido dos Trabalhadores”*. Houve uma troca de cartões. Passado um tempo, houve um primeiro contato, marcamos um encontro. Encontro esse que eu me lembro onde foi, porque foi num lugar que eu frequento, que é próximo a minha residência. Então, era um lugar aonde, quando eu tinha um funcionário que queria falar comigo fora do horário alguma coisa, era o lugar que eu marcava, que era a dois quarteirões da minha casa, um restaurante grande. Eu tive um primeiro encontro com ele nesse local, onde ele me perguntou como é que funcionava a questão de doação eleitoral na Camargo. Eu expliquei para ele que nós tínhamos um Vice-Presidente institucional que era responsável por isso. Então, foi uma conversa institucional. Até que houve uma segunda reunião. Nessa segunda reunião, já houve uma abordagem diferente. Ele veio me informando que ele tinha conhecimento de que a Camargo estava em débito com a área de engenharia e serviços da PETROBRAS no que tange às propinas, e, se a Camargo não desejava liquidar isso através de doação para o Partido dos Trabalhadores. Reiterei a ele que essa decisão não era minha, era da área institucional da empresa, e que iria encaminhar. Encaminhei essa solicitação para a área institucional da empresa, e a resposta que houve é: *“Não iremos proceder dessa forma. Vamos tentar honrar nossos compromissos na medida do possível, do jeito que a gente vem fazendo, mas não faremos através desse veículo”*, que é a doação eleitoral. Então, isso foi o que eu vi acontecer. Se ocorreu algo além disso, eu não sei informar. Mas isso foi o que efetivamente eu vi acontecer.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Então, foram três encontros no geral?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não, encontros com o Vaccari eu tive mais do que esses dois. Tive outros, e de conversas assim... Eu tive ene encontros com o Vaccari, ene encontros com o Youssef, ene encontros com várias pessoas.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E com políticos? Com quais...?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não, eu não tenho... Eu não sou uma pessoa... Primeiro que a gente tem uma área que é responsável por esse tipo de relacionamento, que é a área institucional. Ele é uma pessoa... o Marcelo Bisordi é uma pessoa que sabe lidar com esse tema, conhece, tem diálogo, sabe... Eu...



não é minha área. *(Riso.)* Então, eu não, eu nunca... Os senhores, eu nunca tive contato com nenhum.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Relator, só acrescentando. No termo de colaboração, quando ele foi inquirido na Polícia Federal, ele disse que não se lembrava de quem apresentou o Vaccari a ele. Eu queria saber se o senhor reavivou na sua memória esse fato. O senhor lembra tantos detalhes! Eu gostaria que o senhor se esforçasse. Quem fez essa apresentação? O senhor se lembra do restaurante, da data, do mês, mais ou menos. Não se lembra de quem fez essa apresentação?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não, não. Eu sou sincero em lhe falar, porque eu não teria o menor problema, porque essa pessoa não cometeu nenhuma irregularidade, né? Mas é aquilo: na saída de um restaurante, onde eu estava entrando, provavelmente eu conheci a pessoa, porque a pessoa não ia se... Mas eu não memorizei. Eu não tenho nenhuma referência para...

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Mas, com doleiros, V.Sa. só se reuniu com o Alberto Youssef, ou teve outros doleiros com que V.Sa. chegou a se reunir?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Com operadores desse sistema, eu só me reuni com o Sr. Júlio Camargo e com o Sr. Alberto Youssef, e nenhum outro operador, que eram as duas pessoas com as quais a Camargo Corrêa tinha contratos e fazia os repasses.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Quem é que apresentou o Sr. Júlio Camargo como operador do PT?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - O Sr. Júlio Camargo tinha contratos com a Camargo Corrêa desde o ano de 2000. Então, ele já era um... Ele já possuía a empresa, que tinha relacionamentos comerciais com a Camargo Corrêa, desde a década de 2000, fruto das empresas que ele representava: Pirelli, Mitsue. A Camargo teve uma série. E, no dia em que eu assumi e que me foram passados os contratos do Júlio, através do meu Diretor anterior, que era o Leonel Viana, e do João Auler, foi-me apresentado o Júlio: *“O Júlio já vem, é Mitsue, parará parará...”*. E hoje faz a intermediação de relação com a área de engenharia e serviços. Então, foi o Dr. Leonel Viana e o Dr. João Auler.



**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Presidente, havendo necessidade, eu retomo. Eu vou passar aos Sub-Relatores.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento agora com aos Sub-Relatores, o primeiro Sub-Relator é o Deputado Altineu Côrtes. V.Exa. tem até 10 minutos.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTE**S - Sr. Presidente, antes de começar com os questionamentos ao Sr. Eduardo, eu queria só dizer que, antes de fazer um comentário, quando a Operação Lava-Jato aconteceu, e aí surgiu a CPI, eu, na minha visão sobre o assunto PETROBRAS, acho que a Operação Lava-Jato vai ter ainda muitos desdobramentos em outras áreas, porque ela se deu na área do cartel dos empreiteiros. E eu acho que, dentro da PETROBRAS, existem outros cartéis; por exemplo, o cartel da área de serviços. E eu fiz requerimentos aqui nesse sentido; eu fiz requerimentos também na área petroquímica. E foram aprovados aqui nesta CPI alguns nomes que eu considero o centro dessa questão, que são os Srs. David Feffer, Daniel Feffer e Caio Gorentzvaig. Isso é maior do que Pasadena. Isso é maior, talvez, do que um escândalo da Camargo Corrêa. Tudo é importante.

Então, quero fazer um apelo a V.Exa., e já agradecendo — nós temos dez nomes convocados do COMPERJ e da RNEST —, para que nós possamos, nos próximos dias 8 e 9, encaminhar um ofício. Mas não sei como faria. Se o senhor pudesse marcar essas oitivas... Porque esta CPI vai estar saindo na frente da Justiça Federal do Paraná e do Dr. Sérgio Moro, que, eu tenho certeza, estão no rastro dessas outras duas vertentes que ainda não surgiram na Operação Lava-Jato. E vão surgir, não tenho dúvida disso.

Sobre o Sr. Eduardo, eu gostaria de começar, fazendo uma pergunta ao senhor. A última pergunta do nosso Relator foi sobre outros operadores. O senhor conheceu o Sr. Dario Messer?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTE**S - Nunca esteve com ele?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Nunca.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTE**S - No assunto que envolveu a esposa do senhor, da Sanko Sider, o senhor recebeu esta Comissão e o senhor disse... O senhor me desculpe, Sr. Eduardo, porque eu não estava aqui na delação — na



delação, não; desculpe-me —, no depoimento do Sr. Paulo Roberto Costa. E acontece uma coisa aqui com que eu não concordo: acho que o senhor está arrependido obviamente, acredito nisso, mas parece que as pessoas fazem delação e viram vítimas. O Paulo Roberto Costa hoje anda no Brasil com a cabeça em pé, como se ele estivesse no alto da moralidade: *“Me arrependi! Roubamos todo mundo, fizemos tudo com todo mundo, e agora eu estou arrependido. Falei para todo mundo.”* Então, parece que está tudo certo, enquanto vocês deixaram terras arrasadas! Eu sempre faço questão de colocar isso aqui. Eu repito toda vez: eu sou lá de Itaboraí, onde tem o COMPERJ, que foi assaltado por essa quadrilha de vocês e de outros Estados do Brasil. Parece que vocês vêm aqui, arrependem-se, e está tudo certo.

Eu pergunto o seguinte: o senhor, como diretor, deu dinheiro ao Alberto Youssef, para ele pagar a propina aos diretores da PETROBRAS. Mas o senhor também recebeu comissão do Alberto Youssef. O senhor foi o único empresário nesse esquema todo até agora que recebeu dinheiro do Alberto Youssef. O senhor foi uma espécie de vendedor do Alberto Youssef, e o senhor usou a esposa do senhor, a Sra. Milena.

O senhor recebeu, em nome da empresa Paiva Ribeiro Gerenciamento Ambiental e Paisagismo, 1 milhão de reais?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Exato.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Só o Sr. Alberto Youssef pagou isso ao senhor ou alguma outra empresa fornecedora também pagava ao senhor através dessa empresa?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - O Alberto Youssef foi quem me pagou através dessa empresa.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - E a Camargo Corrêa, obviamente, não sabia disso.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O senhor enganava a empresa em que o senhor trabalhou 20 anos?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - De forma alguma! A Paiva Ribeiro é uma empresa que tem atividade; ela tem outros clientes, ela tem atividade, do



mesmo jeito que a Sanko me pagou... A Sanko me fez pagamento através da MQuian, que é a empresa de projetos de interiores da minha esposa.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - É porque a Camargo Corrêa comprou da Sanko Sider?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - E o senhor recebeu comissão? O senhor era o diretor; e o senhor recebeu uma comissão por fora, sem a Camargo Corrêa saber?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - É. E mais uma comissão referente a outra atividade.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Outra atividade... Mas estava no preço, não é?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - É. Do mesmo jeito que... Na Paiva Ribeiro, por exemplo, um dos clientes da Paiva Ribeiro é o banco Citibank, de que também é correntista a Camargo, e as operações não têm a mesma relação.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Mas o senhor acha então normal isto? O senhor é diretor de uma empresa, e a esposa do senhor recebe uma comissão de um produto que o senhor está comprando para a empresa.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Se fosse normal, Deputado, provavelmente eu não estaria aqui e não estaria pagando a pena que eu estou pagando.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - É. Eu estou dizendo isso porque isso também é um sobrepreço nos contratos, não é? Esse é mais um recurso que o senhor recebeu, porque a última refinaria que nós visitamos foi lá em Recife, a Abreu e Lima. O senhor tem contrato com a Abreu e Lima ainda?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Tenho.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Nos contratos que o senhor tem na Abreu e Lima, a Camargo Corrêa está dando algum desconto ou continua o mesmo preço?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu não tenho essa informação, porque, desde novembro, eu não tenho mais informações de dentro da empresa. Mas acredito que ela continua praticando os mesmos preços.



**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - E o senhor acha isso justo? Porque, por exemplo, o senhor declarou, em uma de suas colocações: “*Era fácil.*” E era fácil, porque, em primeiro lugar, os volumes dos contratos junto à PETROBRAS eram significativos, de muitos milhões ou bilhões de reais. Era fácil incluir os valores de propina. Então, se esses valores eram inclusos, e a Camargo Corrêa não deu esse desconto até hoje, quer dizer que a PETROBRAS continua pagando esses valores a mais, apesar de... Eu acredito que, neste momento, a Camargo Corrêa não esteja repassando mais a ninguém, até porque foi todo mundo preso. Ou continua pagando?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Acredito que sim.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - A PETROBRAS continua pagando esses preços ainda hoje nos contratos?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu diria para o senhor que, hoje, a visão que eu tenho é de que todos os problemas inerentes à PETROBRAS, às empresas e aos contratos continuam existindo, até porque eles têm como fundamento maus projetos de engenharia, contratações não adequadas e procedimentos, como o senhor está colocando, inadequados. O conjunto dessa obra continua existindo lá. E eu acredito, e concordo com o senhor, que o conjunto disso tudo é maléfico.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Inclusive, Sr. Presidente, eu não sei o que nós, da CPI, poderemos fazer, mas, quando estive na Abreu e Lima — estive até com os diretores —, perguntei isto a eles, ao pessoal da PETROBRAS: se nós poderíamos fazer inclusive um ofício.

Acho um absurdo até a PETROBRAS não ter tomado essa atitude de pedir desconto referente às comissões que essas empresas pagavam aos executivos, porque isso continua no preço. A PETROBRAS continua pagando esse valor majorado de 1%, 2% ou 3% às empresas. E, hoje, essas empresas nem pagam mais essa propina. Então, se isso era propina, ela tem que dar desconto nos contratos que estão em andamento. E isso continua acontecendo, na opinião do senhor, não é?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Na minha opinião, sim.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Agora, sobre o Sr. Vaccari.



Sr. Presidente, quero aqui deixar claro que, quando comecei a fazer o comentário sobre essas outras áreas, eu acho que — não sei se são áreas maiores em valores, mas, com certeza, maiores em escândalos —, pelos documentos a que tive acesso e a que também a imprensa teve acesso, na parte desses documentos referentes às áreas petroquímica e de serviços os atores são os mesmos. Os atores são os mesmos operadores, os mesmos diretores. Por isso até, eu acho que, através dessas delações premiadas que ainda estão acontecendo, o Ministério Público e o Dr. Sérgio Moro devem estar nessa trilha. Essas áreas vão surgir. E seria importante a CPI que está acontecendo agora, num primeiro momento, ouvir essas áreas antes de acontecer, o que não foi o caso nessa primeira fase dos empreiteiros da Lava-Jato.

Eu queria fazer a seguinte pergunta: o senhor esteve na casa... O senhor encontrou o Sr. Alberto Youssef e o Sr. Renato Duque, numa única vez, junto com o Sr. Júlio Camargo? Vocês fizeram uma reunião?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Pedro Barusco, Renato Duque e Júlio Camargo.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - E vocês fizeram uma reunião?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu tive uma primeira reunião, que foi feita na casa do Dr. Júlio Camargo. Dali para frente, eu passei a tratar com o Dr. Júlio Camargo; eventualmente, de questões técnicas; de PETROBRAS, com o Dr. Renato Duque; e, eventualmente, também de questões técnicas com o Dr. Pedro Barusco. Mas a reunião, vamos dizer assim, de informação daquilo que eles já tinham pactuado com a Camargo — eram credores — foi esse encontro na casa do Dr. Júlio Camargo, entre outubro de 2009 e dezembro de 2009.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sobre o Sr. Paulo Roberto Costa, a Camargo Corrêa fez um contrato de consultoria com ele. Pagava a ele 6 mil reais por mês.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Exato.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Obviamente, esse valor é um valor irrisório, perto do tamanho de toda essa corrupção. O senhor não considera também que... Vocês, na realidade, estavam tentando ali comprar uma informação privilegiada, porque ele sabia tudo o que ia acontecer. Eram pagos 6 mil por quê?



**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Porque ele foi contratado efetivamente, nessa primeira contratação de 6 mil reais, como consultor, para dar 1 dia por mês, para atuar junto à minha área, a de planejamento estratégico, que é uma área que estava projetando a Camargo Corrêa para 20 anos. E, realmente, eu queria informações da PETROBRAS para 20 anos.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - E ele tinha as informações privilegiadas...

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu não sei se eram privilegiadas. A gente nunca abordou dessa forma. Ele estava... A pergunta foi?...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Não era nem privilegiada; era trabalho dele mesmo. Ele tinha as informações, trabalhava ali.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Então ele veio e passou a...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Privilegiada seria para vocês.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Ele teve interação conosco. Inclusive, chegou a participar de um encontro nosso, que a gente faz, que eu faço com 50 executivos, num hotel em São Paulo, onde foi que ele...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Ele recebeu por essa consultoria, então?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Ele recebeu por essa consultoria. Depois disso foi aditado, a pedido de Alberto Youssef e do próprio Paulo, para pagamento de propinas que ficaram pendentes.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Aí foi um encontro de contas entre a propina e a consultoria.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Seis mil reais... E ele trabalhava 1 dia. Era bem pago, não é, doutor? Seis mil reais por 1 dia de trabalho!... Ele era bem pago. Acho que é o consultor mais bem pago dessa operação.

Agora, em relação às obras das refinarias COMPERJ, RNEST, REPAR, qual a obra que o senhor operou e que deu mais rentabilidade? Qual é o contrato que deu mais rentabilidade à Camargo Corrêa?



**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu não tenho essa informação de pronto. Eu diria que... A Camargo não tem obras na COMPERJ. Ela tem na REPAR e na RNEST.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - REPAR e RNEST.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu diria que nas duas obras a Camargo teve um bom resultado.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O TCU aponta superfaturamento, não só em relação à Camargo, mas também em relação aos contratos como um todo, de 30%, ou em torno de 30%. O senhor é tranquilo em relação à tabela de custo e de preço apresentada à PETROBRAS? O senhor não acha que existe um superfaturamento? A Camargo Corrêa praticou superfaturamento, o que vai ser verificado ou está sendo verificado pelo TCU?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Olha, eu acho o trabalho do TCU muito difícil de... É inglório para o TCU.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Peço que conclua, Deputado Altineu.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - É inglório para o TCU, por quê? Porque, aí, você pega um contrato — é que nem eu falei —, que tem um preço, com um projeto de engenharia ruim... Então ele tem uma precificação que não está certa, e você começa a monitorar o contrato. E você tem a execução do empreendimento. Eu vejo que é muito difícil para o TCU fazer o casamento do que é o contrato e do que é o empreendimento. Mas eu diria ao senhor que, com relação ao preço contratual, efetivamente nós estamos... Vão se superar para fazer a RNEST, os 30%... Agora, com relação ao preço...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Ao lucro, não é? Está dizendo que superfaturamento não é o preço total. É só o último questionamento.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - É mais com relação a quanto vai custar a refinaria até o fim da obra, não é? Uma paralisação, uma semana de greve na refinaria quanto custa?

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Ah! é bom para...

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - É um custo, não é?



**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - É. O senhor sabe que... Sr. Presidente, é que eu fiz as perguntas e ele foi respondendo. Então, se eu fizesse as perguntas todas e aguardasse ele responder, iria demorar mais tempo. Eu só peço ao senhor... Eu vou fazer só mais uma pergunta.

Sobre isso que o senhor falou. O senhor sabe que eu participei muitas vezes das greves lá no COMPERJ. Eu vi operários humilhados e representantes da empresa do senhor e das outras empresas com um semblante assim de sorriso. Eu via que aquela greve beneficiava a empresa, que, depois, levava os aditivos. Eu não entendia aquilo naquele momento, que essa operação tinha acontecido. Então, quero dizer ao senhor que eu participei ali. Foi muito covarde o que vocês fizeram com aquelas pessoas ali! Muitas estão desempregadas hoje.

Mas a última pergunta que eu faço ao senhor é a seguinte. Em depoimento à Justiça, o senhor chegou a comentar que achava que não estava cometendo um crime. O senhor sentia-se participando de... O senhor disse que o senhor se sentia participando apenas de um esquema, de uma coisa maior; de um esquema — o senhor disse. O senhor se sente assim? O senhor acha que é insignificante o pagamento que até agora vocês declararam, que eu acho que é muito mais que isto, 110 milhões de reais de propina? O senhor considera que isso... Ou hoje o senhor já admite que realmente o senhor participou de um crime e que 110 milhões de reais é muito dinheiro? Ou o senhor continua achando que é insignificante?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não, não. Eu admito. Tanto admito que estou em pagamento de pena.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Última pergunta, pelo Deputado aqui: em outros Estados, por exemplo, nas outras refinarias, Premium I, Premium II, as obras nos estaleiros, por exemplo, Atlântico Sul, em todas elas o senhor participou de pagamento de propina?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Veja bem, a questão de *offshore*, que é a parte de estaleiros, sondas, isso, dentro da Camargo, não estava na divisão de engenharia e construção. Existia tinha uma divisão chamada Divisão Naval, que era responsável por esse investimento e por esses empreendimentos. O representante, o diretor-presidente da divisão naval é o Sr. Décio Amaral, quem teria



condições de lhe responder. E ele é subordinado ao Sr. Vitor Hallack, que é o presidente da *holding*. Assim, eu não tenho informações do setor naval para lhe dar.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O Deputado Altineu já tem uma lista extensa de perguntas, e ainda mais com a ajuda dos universitários...

**O SR. DEPUTADO VITOR VALIM** - Presidente, é só para perguntar o seguinte: as obras, as grandes obras que aconteceram no meu Estado do Ceará...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Me sinto honrado, Presidente, de receber aqui uma...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu sei que V.Exa...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - ...de socorrer os Deputados aqui.

Eu só quero poder contribuir, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO VITOR VALIM** - Presidente Motta, é só para contribuir com os esclarecimentos, porque essa quadrilha não roubou só a PETROBRAS. Eu gostaria até de aproveitar o Relator para perguntar sobre o meu Estado do Ceará, sobre grandes obras que aconteceram no meu Estado também, em parceria com a Camargo Corrêa, se esse propinoduto aconteceu também no meu Estado do Ceará com alguns gestores ou alguns secretários. Quero aproveitar V.Sa. aqui.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE**- As obras do Estado do Ceará que o senhor cita, pelo que eu saiba, elas são concomitantes até com as obras aí da RNEST. Isso é da época em que eu estava exclusivamente na área de óleo e gás. Então, eu não tenho informações para lhe dar. Isso está dentro da área de infraestrutura da Camargo Corrêa, e eu não tenho informações a lhe dar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento aos sub-relatores, Deputado Bruno Covas.

V.Exa. tem até 10 minutos.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Agradeço, Sr. Presidente.

Sr. Eduardo Leite, V.Sa. já afirmou que confirmou o pagamento de 110 milhões de reais em propinas entre 2007 e 2012. De acordo com os autos na Justiça



Federal do Paraná, a Camargo Corrêa sinalizava a aceitação dos acertos para a assinatura dos contratos. Caso não cumprisse o acordo, sabia que teria dificuldade na gestão do contrato. Ainda segundo os autos, os acertos eram possíveis na medida em que os projetos básicos eram muito ruins, o que gerava distorções significativas de preços durante a execução das obras.

Chama-me a atenção a menção que V.Sa. faz aos projetos básicos ruins da PETROBRAS. Ou seja, por serem ruins, havia necessariamente a necessidade de ajustes durante a execução dos contratos. Nesse momento é que justamente aparecem as oportunidades dos acertos. É neste ponto que eu gostaria de indagá-lo. Quando o Sr. Paulo Roberto Costa esteve aqui nesta CPI, ele disse que a PETROBRAS decidiu fazer uma série de projetos sem estar com o projeto básico definido. Em razão dessa imprecisão, trabalhava com uma faixa de preços de menos 15% e até mais 20% do orçamento básico. Disse ele: *“A diretoria da PETROBRAS entendeu que deveria ser dessa maneira por fazer priorização das obras. Ela colocava esse percentual de menos 15 a mais 20, o que acontecia pela formação do cartel. Porque você tinha um sobrepreço — um sobrepreço em cima daquilo que a empresa achava conveniente colocar como proposta. Se a empresa achava que naquele momento para ela era confortável ganhar 12%, ela colocava 3% acima para fazer a distribuição para grupo político, para pessoas da PETROBRAS, para pessoas intermediárias do processo.”*

Então, indago: V.Sa. concorda com a avaliação de Paulo Roberto Costa?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Concordo e reitero a minha, porque o que ele fala é exatamente aquilo que eu falo: a falta de projetos adequados leva a PETROBRAS a ter uma orçamentação inadequada. As empresas que vão entregar propostas também vão ter uma orçamentação inadequada, e, conseqüentemente, isso gera essa confusão que, em algum momento, ela vai ter que ser acertada. Que momento é esse? No andamento da obra, na hora em que se faz um aditivo fruto da realidade que você está vivendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Vou só pedir ao Sr. Eduardo que fale um pouco mais perto do microfone e um pouco mais alto.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Pois não. É fruto da realidade que você está vivendo. Se você tem projeto ruim, conseqüentemente, o preço que está



baseado num projeto ruim... Você não tem nada. Você, dentro da execução do contrato, começa a enxergar as realidades, e aí aparecem os aditivos que não têm nada a ver, às vezes, ou com o contrato ou com o projeto.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - V.Sa. então concorda em que essa priorização de obras por parte da PETROBRAS, sem a adoção dos cuidados necessários, viabilizou as brechas para atuação das empresas nesse esquema?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Concordo.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - V.Sa. também concorda em que, se os projetos básicos fossem mais bem feitos, a PETROBRAS poderia trabalhar com uma margem mais estreita em relação ao orçamento básico?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Concordo.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - V.Sa. também concorda em que essa priorização de obras feita de uma forma meio que improvisada foi o pano de fundo de todo esse esquema de corrupção?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não consigo precisar ao senhor.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - V.Sa. concorda em que toda a diretoria executiva da PETROBRAS deve responder por esses danos causados à companhia?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - É muito difícil eu ter uma opinião sobre isso porque é uma questão mais jurídica, além da minha capacidade de entendimento.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - V.Sa. entende que essa priorização de obras também buscava atender a interesses político-eleitorais?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Acredito que sim.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - V.Sa. concorda em que os pagamentos feitos a título de propina alimentaram campanhas políticas?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Acredito que sim.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - V.Sa. relatou no Termo de Colaboração nº 1, de 6 de março de 2015, que a propina era contabilizada como um custo da Camargo Corrêa no fechamento da proposta, sendo que esse custo era absorvido pelos recebentes da construtora, que obtinha da PETROBRAS, pois estava embutido na proposta, e que desse modo o pagamento das propinas não



impactava o lucro da Camargo Corrêa pois elas estavam embutidas como custo sendo arcado pela PETROBRAS. V.Sa. confirma que a propina paga aos agentes políticos não afetava a margem de lucro pré-estabelecida pela empresa?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Confirmando.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - No Termo de Colaboração nº 1, também de 6 de março, V.Sa. fez um breve relato das dificuldades que a Camargo Corrêa poderia encontrar caso não participasse do esquema. Indagado sobre o motivo pelo qual a Camargo Corrêa efetuava os pagamentos e as vantagens devidas, afirma que era fundamental para o relacionamento com a estatal PETROBRAS, senão não eram sequer recebidos pelos diretores, e para que futuras discordâncias com relação ao andamento do contrato fossem corretamente apuradas sem eventual penalidade ou desequilíbrio; porque, caso a Camargo Corrêa não pagasse a propina, isso poderia impactar no não recebimento de valores contratados e no não reconhecimento de novos valores devidos, refletindo diretamente no aspecto financeiro da construtora.

Entretanto, o Sr. Paulo Roberto Costa, quando prestou depoimento a esta CPI, disse que não houve nenhum tipo de achaque às empresas, e que elas participavam porque tinham interesse em outras áreas e não tão somente na PETROBRAS. Disse ele o seguinte: *“Não houve nunca pela minha parte nenhum achaque a nenhuma empresa. Se houvesse isso ou se havia isso, por que é que as empreiteiras já não tinham procurado alguém na Polícia Federal, alguém na Justiça para dizer isso? Obviamente, isso não é verdade, nunca houve. As empresas tinham interesse também em outras atividades, em outros órgãos de governo. Recentemente li pela imprensa e vi também parte do depoimento do presidente e de um dos diretores da Camargo Corrêa, que entraram também no processo de delação premiada, onde eles dizem que esse mesmo processo ocorreu em algumas áreas do setor elétrico”*.

V.Sa. poderia esclarecer essa aparente contradição entre o Termo de Colaboração de V.Sa. e a fala de Paulo Roberto Costa?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu diria que o Dr. Paulo fala que não pediu propina, e os empreiteiros falam que foram extorquidos. Parece que nada aconteceu, e eu estou aqui pagando pena, comparecendo a uma CPI. Então, assim,



a minha frase é de que tudo ocorreu. Tudo ocorreu, e por isso é que isso tudo está acontecendo. Então, houve interesse do agente público, houve interesse do agente privado, houve interesse de todas as partes. Por isso é que aconteceu tudo isso que está aqui.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Como é que eram as abordagens de Paulo Roberto Costa?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - No caso específico, eu tenho uma boa imagem do Paulo, porque eu fiz praticamente tratativas institucionais com o Paulo a respeito dos contratos que nós tínhamos. Ele delegava isso 100% para, no caso, o operador dele lá, o José Janene e o Alberto Youssef.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Quer dizer que o achaque era terceirizado?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - É, do mesmo jeito que o pagamento de propina era terceirizado.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - De acordo com os autos, foi interceptado um diálogo em que Alberto Youssef faz referência a uma dívida de 2 milhões de reais da Camargo Corrêa. Indagado a respeito pelo Juiz Sérgio Moro, o doleiro respondeu o seguinte: *“A Camargo Corrêa me devia 2 milhões. E o próprio Vice-Presidente e o Presidente pediram que eu adiantasse aos agentes políticos e a Paulo Roberto Costa”*. Pergunta o Juiz Sérgio Moro: *“O Presidente e o Vice-Presidente — quem?”* Alberto Youssef: *“O Dalton e o Eduardo Leite”*. V.Sa. poderia dar mais detalhes sobre esse episódio?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Tem vários episódios. A Camargo não era uma boa pagadora. E o que significa isso? A Camargo atrasava, estava em constante atraso dos pagamentos, até porque ela não tinha veículos, consultorias contratadas. Os veículos existentes eram insuficientes para fazer frente aos novos contratos, que eram de valores extremamente altos. E, constantemente, nós tínhamos que conversar com o operador e convencê-lo de que ele tinha que mandar uma sinalização de que as coisas estavam indo bem, embora a gente estivesse com dificuldade. Em algum momento, ele se propôs. E ele falou: *“Não, olha, eu vou... Pô! ele está me cobrando! Eu vou transferir 2 milhões para ele e vou falar que foram vocês que pagaram. Mas vocês vão ter que acertar comigo”*. Foi essa a colocação



que ele fez. E, na verdade, esses acertos acabaram ocorrendo, porque existia um encontro de contas, não é? Eu tinha n contratos de consultoria que eu ia pagando, e essa dívida ia aumentando conforme a obra ia andando. Então, era uma dívida impagável. Pelas condições que a Camargo Corrêa tinha, dificilmente ela ia honrar esse compromisso aos seus valores totais. Tanto que não honrou.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Ele disse o seguinte: *“Pedi que eu adiantasse aos agentes políticos”*. Então eu pergunto: V.Sa. também interferia no processo de destinação desses recursos aos agentes políticos?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não, não. Esse era o principal papel que os operadores faziam. Inclusive, eles faziam questão de nos alijar de qualquer contato, porque era por onde eles desenvolviam o poder.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Uma última pergunta, Sr. Presidente.

No Termo de Colaboração nº 1 de Augusto Mendonça, quando ele se refere ao clube de empresas, ele diz que a Camargo Corrêa era representada por V.Sa. e Dalton Avancini. Diz que a Camargo Corrêa fazia parte inclusive do clube VIP. Disse ele que *“o número de empresas que compõem o cartel foi ampliado a partir do final de 2006”*, que *“a partir daquela data a Camargo Corrêa passou a ser representada no clube por Dalton e Eduardo Leite”*, e que *“no clube VIP o representante da Odebrecht era Márcio Faria, da UTC era Ricardo Pessoa, da Camargo Corrêa era Eduardo Leite e Dalton, da Andrade Gutierrez era Elton Negrão, da OAS era Léo Pinheiro e Agenor Medeiros”*.

V.Sa. confirma ou nega essa fala do Sr. Augusto Mendonça?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Nego. Eu acho que houve uma confusão, tanto que, nos depoimentos existentes, nas oitivas dos nossos processos, em que nós somos réus — só para o senhor ter ideia, eu não conheço Augusto Mendonça até hoje; não fui apresentado a ele —, ele declarou que também não me conhecia. E, na verdade, o Dalton declarou que ele participou da reunião. Então, na essência, o que nós temos? O Dalton efetivamente representou a Camargo Corrêa nesses eventos. O Augusto passou uma informação que eu não sei onde ele obteve. Mas ele não validou essa informação, mesmo porque ele não me conhece, não é? E eu, efetivamente, tinha ciência, sim, de que existia o cartel, porque me foi falado. A obra da REPAR, como me foi informado, foi ganha num entendimento de cartel. E o



Dr. Dalton me informou que ele foi participar de reuniões em que ele tentou botar a Camargo Corrêa para participar do COMPERJ. Então, conhecimento eu tinha, mas não participei de nada.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Muito obrigado.

Era só isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo Sub-Relator é o Deputado Arnaldo Faria de Sá. S.Exa. tem até 10 minutos.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Eduardo Leite, o senhor estava na Camargo Corrêa quando aconteceu a Castelo de Areia?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu era funcionário da empresa.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Que cargo o senhor ocupava nessa época?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu era diretor de clientes privados.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Castelo de Areia já foi um momento que certamente conturbou a vida da Camargo. O senhor tem essa avaliação?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Bastante, bastante!

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Mas o senhor disse que o seu inferno começou só a partir da Lava-Jato. Então, já tinha o pré-inferno, que era a Castelo de Areia.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Mas eu não participei... É que nem eu falei: eu não participei, eu não tinha nenhum vínculo àquilo que estava sendo investigado.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Envolvia a Camargo?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Envolvia a Camargo.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Se não fosse uma decisão de tribunal superior, a Camargo já teria tido problemas sérios ali na Castelo de Areia?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Acredito que sim.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Por que o senhor disse que a Camargo era mau pagadora?



**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Porque a Camargo não operava por sistema de caixa dois. Essa deliberação não é minha. Para lhe falar a verdade, eu nem sei quem é que poderia fazer uma deliberação dessas, num sistema tão rígido quanto a Camargo é, pelo tamanho e porte da empresa. E a Camargo teria que pagar através de contratos de consultorias para serviços. A Camargo tentava fazer isso majorando serviços existentes. Já era um limitador. E você não tinha volume de consultoria capaz de suportar esses pagamentos.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Agora, quem autorizava o pagamento dessas consultorias?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Na verdade, nós temos um processo de contratação e um processo de pagamento. Isso, na Camargo, é 100% informatizado. É muito simples você constatar como é que funciona. A gente tem um sistema SAP em que o contrato entra no SAP e você tem lá as pessoas que podem apertar o botão e autorizar o pagamento. Eu não tenho essa informação de pronto. Mas todos os contratos de consultoria foram aprovados por alguém para serem assinados e aprovados por alguém para efetivar pagamento.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O senhor aprovou a consultoria ou aprovou o pagamento?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não era da minha alçada. A minha função não me permitia aprovar pagamento.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Mesmo que parecesse uma coisa natural, alguém tinha que saber que aquilo não era legal, que aquilo era propina e não consultoria efetiva.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não, isso era protegido internamente na empresa.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Protegido, de que forma?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Quem conduzia o processo de contratação criava o fato. Então, assim, se você contratava uma consultoria, você tinha que fazer um pedido para uma contratação de consultoria. Aí, você tem que fazer cotações com consultorias, quando o cabível é escolher uma consultoria, celebrar um contrato, assinar esse contrato, imputar no SAP e mandar pagar. Não é um processo simples. Então, necessita de...



**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Eu acho que é um processo complicado. Eu queria que o senhor desse detalhes.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - ...necessita de autorização superior, para que isso...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - E de quem é essa autorização superior na Camargo?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Ah! é o... Começa pelo presidente da empresa, sempre — não é? —, e daí toda a cadeia diretiva que esteja envolvida.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Quem é dessa cadeia?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Na área de óleo e gás, o diretor comercial de óleo e gás e o de operações de óleo de gás.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - De que era o senhor?!

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - De óleo e gás era eu.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - E, depois, quando vice-presidente, não tinha mais nada a ver com isso?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu só tinha conhecimento daquilo que estava em andamento, do que nós tínhamos celebrado. Mas, só para lembrar, depois que eu virei vice-presidente, nós não tivemos mais nenhum contrato assinado com a PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Mas contratos assinados na época em que o senhor era diretor foram?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Foram.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O senhor disse que recebeu esse passivo de alguém anteriormente.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Quem foi que passou isso para o senhor?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - O Sr. Leonel Viana, que era o diretor anterior, e o Sr. João Auler, que era o vice-presidente institucional anterior.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Eles chamaram o senhor para uma reunião privada. Como é que foi essa conversa?



**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Uma reunião interna na Camargo Corrêa, na qual o Leonel me trouxe os contratos que existiam em andamento, os compromissos que existiam, os contratos de consultoria para suportar esses pagamentos de propina. E tudo isso me foi apresentado.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O senhor conheceu o Janene como diretor ou como vice-presidente?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Como diretor. Mas...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - E o Youssef?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - ...eu só estive com o Janene aquela única vez em que o João Auler me apresentou e falou: "*O Eduardo é o responsável da Camargo pela PETROBRAS*". Aí, o Janene falou: "*O meu operador aqui, quem vai tratar com o Eduardo é o Youssef*". Dali para frente, só Youssef.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O senhor disse, numa resposta ao nosso relator, que foi capturado. Capturado por quem?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Desculpe, eu não entendi o contexto.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O senhor disse numa resposta que o senhor foi capturado.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Ah! Assim, do ponto de vista comum, na minha função executiva, eu fui capturado para dar sequência a um processo existente. No que tange à minha atuação como executivo, eu também fui capturado para atuar com essas pessoas nas formas já existentes, como das minhas falas, pessoas que eu já coloquei aqui também.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Esse contrato de consultoria com o Paulo Roberto, quem autorizou, quem efetivou esse contrato com o senhor?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - O contrato inicial dele, quando ele foi contratado... Como eu mesmo falei, ele foi contratado pela minha área para dar uma consultoria efetiva no meu planejamento estratégico. Então, esse contrato foi celebrado por mim e pelo Dalton, presidente.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O senhor lembra a data?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu posso lhe falar: salvo ledor engano, 2012.



**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Ele ainda era funcionário da PETROBRAS?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não, não era; ele já tinha saído. Ele saiu, acho, em abril, e esse contrato foi no final de 2012.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Depois que ele saiu da PETROBRAS?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Depois que ele saiu.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O senhor está afastado da Camargo desde quando?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Na verdade, eu não vou à companhia desde novembro, porque eu fui preso, não é? E eu continuo ainda em regime prisional, só que cumprindo a domiciliar. Então, eu não vou à empresa.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O senhor continua recebendo salário?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Até o mês de maio — não é? —, Continuo. E agora nós estamos discutindo a nossa relação, a minha relação contratual com a empresa.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Qual é o seu salário?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Oitenta e cinco mil reais.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O senhor disse que a Camargo pagou cerca de R\$110 milhões de propina. Com base em quê? O senhor tem conta corrente disso? O senhor tem uma anotação? Como chegou a esse número?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não, esse número é o que eu tinha anotado, e essas planilhas foram entregues ao Ministério Público.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O senhor fazia contabilidade da propina?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu fazia uma contabilidade.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - E por que há essa diferença neste total, de R\$ 63 milhões para o Renato e de R\$ 47 milhões para o Paulo Roberto?



**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Porque os contratos para a área de serviço eram superiores aos contratos com a área de abastecimento, porque eles existiam anteriormente. A área de abastecimento passou a ter obras a partir de 2005, 2006, e, na área de serviços, já existiam obras anteriores. Então é por isso que existe essa diferença.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O senhor disse que a Camargo se negou a pagar propina como doação eleitoral. Quem foi que propôs isso ao senhor?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - O João Vaccari.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O Youssef alguma vez propôs isso ao senhor?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não, não. O Youssef tinha o interesse de receber sempre através da operação de consultorias.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - A partir de quando esses valores começaram a ser pagos? O senhor pode precisar o ano em que começaram a serem pagos esses valores?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Os primeiros contratos com consultorias remontam a 2005. Então, a partir dali.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Após a Camargo ter vencido a licitação para as obras da Unidade de Coqueamento Retardado, da RNEST, foi contratada a Sanko Sider para o fornecimento de tubos e conexões, e, no preço superfaturado da Bimetal, já foi embutido o valor de propina. Quem definiu esses valores junto com a Sanko Sider?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - O Sr. Dalton Avancini.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Não era a sua área?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Comprar tubo, não. A minha área... Eu sou comercial e planejamento. Isso inclusive vai constar da relação do Dalton e do processo.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - A Camargo e a Queiroz Galvão se associaram para montar o Estaleiro Atlântico Sul, em Pernambuco. Conseguiram vários contratos da TRANSPETRO, da PETROBRAS, para construção



de navios petroleiros e navios-sonda para exploração dos campos de pré-sal. Nesses contratos, como era o esquema de pagamento de propinas?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu desconheço, porque isso, que nem eu falei, é de uma outra divisão, da Divisão Naval da Camargo Corrêa.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O senhor, como Vice-Presidente, não tinha conhecimento...

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu não era... Eu era Vice-Presidente da Divisão de Engenharia e Construção. Nós temos a Divisão Naval, nós temos a Divisão de Cimento...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O senhor é engenheiro?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não, sou administrador de empresas.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - E como o senhor era Vice-Presidente da área de engenharia?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Da Divisão de Engenharia e Construção.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O senhor não é engenheiro, e era da Divisão de Engenharia?!

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - O senhor sabe, isso foi uma... Quando eu entrei na empresa como estagiário, falaram que eu estava estagiando na empresa errada porque aquilo era uma empresa de engenharia. E eu sempre falei que uma empresa não vive sem um administrador. Então, vamos entender a minhas atribuições, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Questões tributárias, decisões... A decisão de um contrato envolve a análise de risco do contrato, mais do que da obra.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Como administrador, o senhor acha que administrou corretamente?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu acho que eu cumpri o meu papel das minhas funções, como elas me foram delegadas.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Mas não foi um bom administrador?



**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu acredito que, pelo resultado, pelo fato de eu estar passando o que eu passei, eu não posso falar aqui.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço.

O Sr. Relator pede a palavra, para que depois possamos dar início à manifestação dos autores.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Respondendo ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, V.Sa. se referiu ao pagamento e disse assim: *“Mas isso foram pagamentos anteriores”*. O senhor se refere a esses “anteriores” como anteriores à sua chegada?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Agora, no depoimento que V.Sa. prestou à Polícia Federal, no Paraná, V.Sa. disse que fez um contrato com a empresa do Paulo Roberto Costa para continuar pagando a ele a propina de contratos que tinham assinado, mesmo quando ele já tinha saído da empresa; que também fez contratos de consultoria com o Renato Duque, mesmo depois que ele já tinha saído — mas, como ele tinha assinado esses contratos, V.Sa. continuava pagando a ele. Mas no Termo 1 da sua delação V.Sa. relaciona 31 contratos. E, desses 31 contratos, grande parte deles foi de contratos assinados antes de 2002. Então, nesses contratos, quem é que recebeu por eles?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não sei lhe informar porque... É que nem eu lhe falei: no dia em que me passaram a PETROBRAS, ninguém veio e me trouxe um histórico. Ele me trouxe o que estava em vigor.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas, quando lhe falaram que essa é a prática, pela sua dedução, houve esse mesmo pagamento para esses contratos?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não me foi explicitado.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Não lhe foi explicitado?!

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não me foi explicitado.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas, como administrador, depois V.Sa. gerenciou esses contratos. E dava para perceber que esses contratos estavam com preço justo, real?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não, a maioria dos contratos já tinha encerrado. Aqueles contratados do início de 2000.



**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E por que V.Sa., no termo de delação premiada, relaciona esses contratos que foram anteriores, que já estavam cumpridos?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Porque...

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. não teve, então, uma participação neles?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Porque me foi solicitado. Isto foi uma solicitação feita num interrogatório da Polícia Federal, que eu apresentasse uma relação de todos os contratos celebrados pela Camargo Corrêa com a PETROBRAS. E aí eu relatei todos os contratos que existiam.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas o histórico de como isso se deu, se foi com a utilização do cartel, sem cartel, com sobrepreço, V.Sa., então, não tem essa informação?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Tanto que, na minha delação, a minha explicação é justamente de que eu não tenho essa informação porque não me foi passada.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Dando prosseguimento, vamos aos autores dos requerimentos de convocação.

O primeiro autor é o Deputado Delegado Waldir.

V.Exa. tem até 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, servidores, jornalistas, bom dia!

Bom dia, Sr. Eduardo Hermelino Leite! Meu nome é Delegado Waldir. Eu gostaria de fazer algumas perguntas ao senhor.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Pois não.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Caso a Camargo Corrêa não pagasse as propinas, quais seriam as consequências?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Olha, de fato, e pragmaticamente falando...

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Sim?!



**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - ...é uma relação muito difícil com o cliente PETROBRAS. É como eu dei como exemplo: o fato de um diretor da PETROBRAS não me receber para uma agenda, para fazer uma discussão referente a um custo que surgiu no empreendimento, e ele me retardar para me atender 1 mês, eu estou incidindo no custo por 1 mês e eu estou sendo penalizado por isso. Então, eles tinham como, sim, infligir a nós penalidades, dando um tratamento, vamos dizer assim, não adequado, não com a velocidade demandada.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - A escolha pelo pagamento da propina foi o melhor remédio naquele momento?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - É difícil eu ter uma opinião sobre o assunto porque — volto a repetir — era uma situação preexistente. Eu tinha sido alçado a cuidar do maior cliente deste País, não é? Eu...

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - O senhor...

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - ...pisei no acelerador. Eu estava recebendo uma outorga da empresa para trabalhar com um dos maiores clientes do País, sabe? É por isso que eu comento um pouco que, em alguns momentos, a nossa visão fica um pouco limitada. A gente não... A gente vai executar a nossa função, e não questiona algumas coisas, não faz algumas ponderações.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - A minha pergunta foi em razão de o senhor ter falado que 70% até então dos clientes eram de clientes privados.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Sim, sim. Os clientes da Camargo, 70% à época, eram privados.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Quem era o padrinho do Duque? O senhor disse que...

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Era o Partido dos Trabalhadores. Era o partido como um todo. Mas eu não sei identificar...

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Não havia uma pessoa específica que era o padrinho. Era o Partido dos Trabalhadores, que era o partido do Duque.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Quem disse que era para o Júlio Camargo passar a operacionalizar a grana? Quem deu essa autorização?



**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Isso já vinha assim, porque o Júlio já tinha contratos com a Camargo para essa finalidade. E quando eu assumi a função, o Júlio me chamou para uma reunião na casa dele com o Pedro Barusco e com o Renato Duque, onde foi reiterada a disposição de que a Camargo efetuasse os pagamentos através de Júlio Camargo.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - O pagamento de propina era uma continuidade ou era especificamente durante as campanhas políticas?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não, ele era uma continuidade durante o contrato com a PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Certo. O senhor sabe me dizer o que a Defesa do senhor quis falar quando afirmou que, com a prisão do senhor, a propina não iria parar de ser paga? Hoje, ainda continua sendo paga propina?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não sei lhe informar.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Não sabe informar.

Vou fazer uma outra pergunta aqui. Essa corrupção foi uma decisão administrativa ou uma decisão política?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não sei precisar.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - O senhor não sabe dizer se foi uma decisão administrativa ou uma decisão política?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não sei precisar.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - O Presidente da Camargo Corrêa sabia dessa corrupção que era paga, dessa propina?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Sim.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - A Presidência da PETROBRAS sabia disso? Porque, se a Presidência da Camargo Corrêa, uma das maiores empresas do País, sabia, a Presidência da PETROBRAS não iria saber?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não sei lhe falar.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - O senhor não sabe?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - É assim, do mesmo jeito...

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Quem paga sabe, quem recebe não sabe?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - É.



**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - O que o senhor me diz a respeito disso?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Têm coisas que acontecem dentro da Camargo, por exemplo, que eu tenho desconhecimento...

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Certo.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - ...porque estão em níveis diferentes. Mas, assim, acho que, pela grandeza do tema e dos volumes, não sei, é difícil responder.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - O senhor tem guardado ainda aquele cartão que o Vaccari passou para o senhor no primeiro encontro?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não sei, não sei lhe falar. *(Riso.)* Não sei. Eu tenho um bolo de... Posso procurar.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Pode procurar.

Uma última pergunta, Sr. Presidente. Em algum momento, passou pela sua cabeça a situação “eu já vi essa história antes”?

Estou dizendo ao senhor o que o nobre Relator disse. Ele disse que a Camargo Corrêa era uma grande empresa, e ela teria que ter essa visão de ter-se relacionado com o Youssef. De repente, não passou pela cabeça do senhor “olhe, nós estamos saindo do mensalão, José Dirceu preso, João Paulo preso, José Genoíno preso, o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, preso”? O senhor estava tratando com outro tesoureiro. De repente, não passou pela sua cabeça algo assim: uma empresa do porte da Camargo Corrêa, como pode isso, mais um tesoureiro do PT enrolado? O senhor não acha que o PT também teria de ter tido cuidados maiores? Será que o PT não aprendeu? Tinha acabado de ter um tesoureiro preso, pelo mensalão, e vários membros dele. E, de repente, vê uma formação de quadrilha, uma grande organização criminosa. Não era um terremoto, era um *tsunami* gigantesco. Tinha acabado de sair de uma e já vinha a Operação Castelo de Areia.

Então, acho que a Camargo Corrêa, uma grande empresa, tinha de ter tido uma visão. Mas o senhor não acha também que o PT teria de ter tomado um extremo cuidado e ter mais critérios na cobrança da propina? Se a Camargo Corrêa tinha de ter esse cuidado, o senhor não acha que o PT também, que saía de uma



grande crise institucional, com o mensalão... *“Vou colocar um outro tesoureiro nessa confusão.”*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Sr. Deputado Delegado Waldir.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - *“Vou colocar um outro tesoureiro, vou colocar mais membros meus, Senadores, Deputados...”* O senhor não acha que outras pessoas deveriam ter tomado mais cuidado na cobrança dessa propina?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Tenho dificuldade em avaliar a sua colocação. Tenho dificuldades.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Por que o senhor ficou encabulado...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Conclua.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - O senhor ficou encabulado com a menção da Camargo Corrêa? Acho que o PT também, como empresa, como pessoa jurídica, deveria ter tomado os mesmos cuidados. Saía de uma confusão e entrava em outra.

Obrigado.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - O próximo autor é o Sr. Deputado Ivan Valente. V.Exa. tem até 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente Eduardo Leite, a primeira pergunta que eu quero fazer é bem direta. A Camargo Corrêa doou a vários partidos políticos? Ela faz doação?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Faz.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - E ela faz com que interesse?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Isso é uma decisão... Existe uma área da Camargo que é a área institucional...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Mas ela faz com interesse de ter retorno? Sim ou não?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Como eu não participo da área institucional, eu nunca...



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Mas o senhor disse que a Camargo pagou 110 milhões de propina.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Sim.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu quero saber: a Camargo Corrêa, quando faz doação aos partidos, ela faz com a intenção de ter retorno. É isso? Inclusive nos contratos com a PETROBRAS?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - É que, no meu caso, a propina não tinha a ver com doação eleitoral. A propina, se ela teve essa função, eu não participei do evento.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Tudo bem. O senhor conhece alguns dos políticos citados na Operação Lava-Jato? Eram 48.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - O Sr. José Janene, que eu conheci uma vez, e mais ninguém.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Só esse aí que o senhor conhece?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Sim.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O senhor falou aqui de vários encontros que o senhor teve com o Sr. Pedro Barusco, o Sr. Paulo Roberto Costa, o Sr. Youssef e também com o Júlio Camargo. O senhor conhece bem o Sr. Júlio Camargo?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu conheço.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Conhece muito bem?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não, eu tive muitas interações com o Sr. Júlio Camargo.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O senhor sabe que a gente não está conseguindo trazê-lo aqui para depor, porque a Comissão não quer trazê-lo? O senhor sabia disso?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Nós já tentamos votar esse requerimento aqui dez vezes, e ele é o único que está com delação premiada que não se aprova aqui. O senhor sabe por que ou não?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não.



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Em algum momento em que o senhor conviveu com o Sr. Júlio Camargo, ele colocou que estaria sendo pressionado para pagar propinas para políticos?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Tem certeza?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Tenho.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Onde o senhor encontrava o Sr. Júlio Camargo?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Em restaurantes em São Paulo. Às vezes, ele ia ao meu escritório, na Camargo Corrêa; às vezes, eu ia ao escritório das empresas dele.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O senhor o considera uma peça-chave nesse processo de corrupção na PETROBRAS, não é?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Ele teve um papel importante.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Ele é uma figura importante? Quero registrar isso na CPI para a gente aprovar, apoiar a convocação do Sr. Júlio Camargo aqui.

Agora, em nenhum momento o senhor ouviu dele que ele estaria sendo pressionado a pagar propina, inclusive através de requerimentos de informação, na Câmara dos Deputados?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não, nunca tive essa informação.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Tem certeza?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Tenho.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Nunca fez isso aí. Muito bem. O senhor... Em 2013, o Alberto Youssef teria procurado a Camargo Corrêa para cobrar uma propina de 12 milhões. Teria que ser apresentada para a empresa Costa Global. O senhor sabe disso, não é? Após pressão, a Camargo teria pago um depósito de 3 milhões. O senhor sabe para onde foi o resto do dinheiro?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não, não foi feito pagamento desse saldo.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Nem dos 3 milhões?



**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não, os 3 foram pagos. Aí, ficou faltando um saldo, que não foi pago.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não foi pago?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não foi pago.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - E por que foram pagos esses 3 milhões? Por que vocês resolveram pagar 3 em vez de 12?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Porque era o valor que era plausível, do ponto de vista...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - É uma propina plausível? É isso?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Plausível num contrato de consultoria. E, com relação ao resto, não houve condição de pagamento, tanto que existe, no início da operação, a ligação onde ele constata que a empresa ainda está devendo a ele.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Vou colocar uma outra questão. Então, o senhor está vendo aí... Hoje vai ser votada a reforma política aqui no Congresso. O senhor, como empresário, participante num cartel que achacou aí a PETROBRAS — formaram um cartel —, acha que deve continuar o financiamento empresarial de campanha?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu não tenho uma opinião formada.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Apesar de a empresa ter levado muitas vantagens. E aí o senhor terminou, nesse processo, preso etc.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - É, eu não sei a opinião da Camargo. Sobre esse tema, eu não parei para analisar. Eu não tenho uma...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Então, eu só queria, Sr. Presidente, finalizar dizendo o seguinte: eu ouvi do Sr. Eduardo Leite uma palavra que chamou a atenção de todos aqui, que é que ele foi capturado, dentro de uma estrutura, para tocar o processo, que envolvia viciamento de concorrências, ganhos expressivos. E, logicamente, V.Sa. fez uma escolha, fez uma opção — certo? — pela propina. De modo que, ao dizer...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Ivan.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - ...que V.Sa. foi capturado, V.Sa. não pode se eximir de responsabilidade. Eu cito, inclusive, a frase de um famoso



humorista, que falava o seguinte: “*Eu fiz sem querer querendo*”. O senhor ganhou muito! A Camargo Corrêa ganhou muito! A PETROBRAS perdeu muito! Na verdade, essa estrutura toda é montada com operadores, com políticos e com os empreiteiros. Ninguém pode se eximir. Ninguém deve nem pode se eximir. Eu vou dizer, enquanto houver financiamento empresarial de campanha, haverá corrupção, ganância, lucro exacerbado, e assim por diante. Então, V.Exa. praticou um crime contra o interesse nacional, logicamente. Infelizmente, ainda há dados que o Juiz Sérgio Moro disse...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Ivan Valente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - ...que não seria conveniente o senhor colocar aqui.

O nosso tempo é pequeno, mas eu queria, Sr. Presidente, só colocar isto: a Camargo Corrêa é uma das maiores empreiteiras do Brasil. Ela não é pequena, é uma das maiores. E eu espero que esse processo todo acabe por passar o País realmente para um outro estágio, mas não votando o financiamento empresarial, a constitucionalização dele aqui no plenário da Câmara. Será uma vergonha para a Câmara dos Deputados, depois de um depoimento como esse aqui, com 110 milhões de uma única empreiteira declarados.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo autor é o Deputado Efraim Filho.

V.Exa. tem até 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Sr. Presidente, Dr. Eduardo...

Dr. Eduardo, ouvi o início da sua fala. O senhor falava a respeito do seu arrependimento por ter colocado em xeque a sua carreira profissional, construída dentro da empresa. Imagino também que a situação familiar, neste momento, lhe causa constrangimentos, e talvez seja um dos grandes incentivos para que o senhor possa falar, buscar a sua honra e mostrar que o arrependimento faz parte da vida das pessoas que verificam que estão no caminho errado. Então, seria muito importante, neste momento, a verdade, que o senhor esmiuçasse um pouco mais essa sua relação, por exemplo, com o tesoureiro Vaccari. Ela aconteceu? Que tipo



de diálogo existia? Quando vocês conversavam... O senhor disse que uma vez foi para bater papo — eu não sei que papo seria esse —, outras vezes foi para tratar de propina. O Vaccari lhe cobrava? Ele lhe ligava, quando atrasava? Ele já chegou a lhe cobrar? *“Está atrasado! Deposite hoje! Deposite amanhã!”*

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não. Esse tipo de cobrança, de novo, vinha através dos operados para mim.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Dos operadores Youssef...

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - E Júlio Camargo.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - E Renato Duque?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não, Renato Duque acionava o Júlio Camargo, que era quem me cobrava.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - O Renato Duque falava para você em nome do PT? Você tinha essa percepção?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Na primeira reunião que eu tive, isso, pra mim, ficou claro na explanação do Pedro Barusco.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Quem lhe deu a notícia de que o Duque representaria e operacionalizava em nome do PT? Foi o Vaccari ou o Barusco?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Estávamos sentados na casa de Júlio... Primeiro evento: eu estava sentado na casa de Júlio Camargo. Fui chamado para um jantar lá. Estávamos Pedro Barusco, Renato Duque, Júlio Camargo e eu sentados. E Pedro Barusco falou da propina, falou de quanto ele estimava, nos controles dele, que a Camargo devia, e que isso tinha o panorama de apadrinhamento, que eles tinham que prestar conta junto ao Partido dos Trabalhadores. Ponto. E, no segundo momento, quando da saída do Renato Duque da diretoria, ele me procurou para que fosse contratada uma empresa de consultoria que ele havia aberto para pagamento de propina, onde também foi citado que isso tinha a devida correspondência. E, por fim...

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Tinha a devida correspondência — só para ficar claro — com o PT?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Exato.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Era um dinheiro que serviria ao PT?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Exato.



**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Isso foi o que o Paulo Renato Duque disse?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Isso eram as coisas que eram faladas. E teve o evento do Vaccari, no qual ele pediu para que os valores e propinas devidos na PETROBRAS fossem feitos através de doação eleitoral para o Partido dos Trabalhadores.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Essas doações eleitorais já foram comprovadas e os recibos devidamente apresentados?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - A Camargo não efetuou o pagamento de propina através de doação.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Foi recusado, então?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Pelo menos que eu saiba. Não sei nem se naquele ano a Camargo fez doação eleitoral, porque isso não é partilhado. Se a Camargo tivesse feito pagamento de propina, eles teriam que me avisar para...

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Para você abater na planilha.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - ...para eu abater na planilha.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Quitar um pedaço da dívida. Agora, depois da saída do Renato Duque, em 2012, essa relação continuou até 2014?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Na verdade, depois que houve a saída tanto do Renato Duque como do Paulo Roberto, ficou sem aparecer, vamos dizer assim, o credor da propina em vigor.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - O credor era a empresa de consultoria?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - É.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Eles cobravam para que, através da empresa de consultoria...

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eles cobravam até a data de saída dos diretores. Só que dali para frente não apareceu...

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Depois de 2012 não pagaram mais?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - É. Houve pagamento de liquidação de passado.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - De passado.



**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Mas de coisas novas... Quando eu falo coisas novas...

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Novos contratos?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não aconteceram.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Certo. E a percepção da empresa era de que o pagamento das empresas de consultoria estava servindo aos interesses do PT.

Está claro, então, Sr. Eduardo, que não existia simplesmente mera corrupção. Não era uma questão de vantagem pessoal ou de vantagem da empresa. O que está claro é que existia uma máquina de corrupção para financiar um projeto de poder.

Nunca se roubou tanto neste País, de forma tão sofisticada... Até porque nunca uma agremiação partidária teve uma organização tão grande, e o PT sempre se vangloriou de ser o partido mais organizado do Brasil. Infelizmente essa organização valeu por um lado, serviu a Deus por um lado e serviu ao diabo por outro, porque, na hora de roubar, roubou de forma tão sofisticada como nenhuma outra agremiação partidária.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Efraim Filho.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Esse contexto se aplica à realidade que você viveu? Existia uma máquina de corrupção para financiar um projeto de poder?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu não consigo ter essa amplitude, Deputado.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Você tem conhecimento da Operação Mãos Limpas, na Itália? Já leu sobre o tema, já viu?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Acabei lendo sobre o tema.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Existia uma expressão lá que se chamava...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Efraim Filho

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - ...democracia *vendida*. Concluo aqui, Sr. Presidente. Existia uma expressão na Operação Mãos Limpas que se chamava



democracia *vendida* — democracia vendida. E pela forma, pelos valores, que ultrapassam bilhões de reais daqueles que já estiveram sentados nessa mesa, eu acho que, no Brasil, infelizmente, a legitimidade do mandato da Presidenta é colocada em cheque, porque nós vivenciamos uma democracia vendida, uma democracia que foi conquistada não com argumentos e ideias, mas com o dinheiro roubado da corrupção. E o povo brasileiro é, hoje, obrigado a pagar essa conta. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo autor é o Deputado Jorge Solla, do PT da Bahia.

V.Exa. tem até 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria começar logo, Sr. Presidente, aproveitando o que disse o nobre colega que me antecedeu, que falou em democracia vendida, e reiterar o que o Deputado Ivan Valente colocou aqui. Não é possível que, depois de tantos escândalos de corrupção neste País, relacionados diretamente com financiamento privado empresarial de campanha eleitoral... Eles vão desde a reeleição de Fernando Henrique Cardoso — petróleo, que botou dinheiro na mão de Sérgio Guerra; Metrô de São Paulo; Cidade Administrativa de Minas Gerais; Furnas, que botou dinheiro na mão de Aécio Neves; mensalão tucano; Privatária Tucana, que entregou as teles a preço de banana, que vendeu a Vale a troco de nada — até uma série de escândalos regionais, nos quais o PSDB é reiteradamente envolvido. E teve a sofisticação e competência de não permitir que nenhum fosse apurado, garantindo o engavetamento do procurador que virou “engavetador-geral da República”, e até conseguindo que a Justiça bloqueie e derrube investigações da Polícia Federal.

Não é possível que, depois disso tudo, este Congresso vá aqui votar, na reforma política, na continuação do financiamento privado empresarial das campanhas, que é a mãe e o pai das corrupções que estão sendo passadas a limpo, inclusive nesta CPI.

Eu queria começar fazendo este registro: realmente, há democracia vendida da reeleição de Fernando Henrique Cardoso; há democracia vendida da eleição e reeleição de vários dirigentes; sempre, neste País, houve a redemocratização. Isso



existe. Há documentos da década de 80 mostrando repasse de recursos das empreiteiras para campanhas eleitorais.

Então, por favor, vamos aproveitar este momento, passar a limpo esse processo e votar contra o financiamento privado das campanhas eleitorais neste Congresso Nacional.

Eu queria saber do senhor, Sr. Eduardo Hermelino Leite... O seu colega Dalton Avancini esteve aqui e disse que não podia responder sobre pagamento de propina fora da PETROBRAS nem fora do período, porque o acordo de delação premiada não permitia, e o juiz não permitia que ele falasse aqui. O acordo do senhor permite que o senhor não fale apenas o que o juiz quer que o senhor fale?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não. O meu acordo é restrito. Minha delação, em primeiro lugar, só tem como escopo a PETROBRAS, porque é onde eu atuei.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ** - Então, o senhor só pode falar sobre o que o juiz permitiu que o senhor falasse? É isso?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Sobre aquilo que eu delatei e que já se tornou público, além de...

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ** - Então, o senhor só pode falar sobre aquilo que o senhor negociou na delação premiada. Fora isso, o senhor está proibido pela Justiça de falar aqui?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - É uma posição... Eu não entendo dessa forma.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ** - Não. É sim ou não. O senhor pode falar aqui sobre temas...

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu posso falar sobre PETROBRAS, todos os ocorridos sobre PETROBRAS, dos quais eu partilhei, exceto aquilo que...

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - A CPI é da PETROBRAS, não é?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Exceto aquilo que ainda não...

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ** - O senhor falou aqui que em 2002 o senhor pegou uma situação preexistente na Camargo Corrêa e tem cópias de documentos entregues ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal em 2002. O senhor está autorizado pela Justiça a falar sobre a corrupção em 2002 e antes?



**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu desconheço. Na verdade, isso...

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ** - O senhor falou aqui. Eu tenho a gravação aqui. O senhor falou hoje, no início.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Isso...

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ** - Está aqui textualmente:

*“A situação preexistente da Camargo Corrêa consistia em combinações de contratos que foram celebrados através de consultorias a partir de 2002, conforme cópia de documentos já entregues ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal.”*

*“Herdei uma prática e tive que administrá-la.”* O senhor falou isso aqui.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ** - Então!

E mais:

*“Em quase todos os depoimentos dos delatores e outros envolvidos diretamente, a gente observa uma memória seletiva e uma decisão da Justiça de obstruir a apuração.”*

Repito aqui o que eu disse na semana passada: delação premiada foi um instituto criado para induzir o réu a falar, não para dizer que o réu tem que falar sobre A e que está proibido de falar sobre B; não para induzir que o réu fale sobre C e proibir que o réu fale sobre o resto do alfabeto, que ele conhece muito bem, porque rezou nessa cartilha muito tempo.

Então, aqui há depoimento do Sr. Augusto Mendonça; há depoimentos relacionados a contratos da Camargo Corrêa — diga-se de passagem, contratos bilionários com a PETROBRAS, desde a década de 90, como é o caso do Gasoduto Brasil-Bolívia; como é o caso do Sr. Augusto Mendonça com a Toyo Setal —, que mostram um clube que já era compartilhado entre as empreiteiras há muito tempo — pagava propina, envolvia-se em escândalos.

Há o caso do policial federal Jayme Alves de Oliveira Filho, conhecido como Jayme Careca, funcionário do doleiro Alberto Youssef, que entregou recurso em Belo Horizonte, em 2010, e depois reconheceu que a pessoa que recebeu o dinheiro



era Antonio Anastasia, que se tornou depois Governador de Minas Gerais. E ele reconheceu Antonio Anastasia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Jorge Solla.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Na mesma ocasião, ele citou a empresa Camargo Corrêa.

O senhor tinha conhecimento dessas doações ilegais da Camargo Corrêa para a campanha do PSDB em Minas Gerais, em 2010, e da entrega desse recurso ao Antonio Anastasia? Isso está relacionado com as obras que a Camargo Corrêa fez na Cidade Administrativa de Belo Horizonte? Isso está relacionado com as doações e propinas ao PSDB? A Camargo Corrêa fez, em 2010, uma distribuição de doações eleitorais até interessante, porque o primeiro que mais recebeu foi o PSDB; segundo, o PT; terceiro, o PSB; quarto, o PMDB; quinto, o PSC. Dá para explicar a distribuição das fichas que vocês fizeram em 2010, as apostas e os valores apostados naquela eleição?

E para concluir, Sr. Presidente, eu vou me permitir passar às suas mãos novamente os Requerimentos nºs 705 e 706, em que nós cobramos a oitiva do Sr. Pietro Francisco Bianchi, da Camargo Corrêa, que na Operação Castelo de Areia foi pego com a boca na botija, com várias gravações, com planilhas de 208 obras da Camargo Corrêa com envolvimento na distribuição de propina; e o Requerimento nº 706 pede os arquivos da Operação Castelo de Areia.

Sr. Presidente, eu imploro, mais uma vez, a esta CPI o bom senso de aprovar esses requerimentos, para que o Sr. Pietro seja aqui ouvido e a Polícia Federal entregue a esta CPI os arquivos da Operação Castelo de Areia — repito, com propinas de mais de 208 obras da Camargo Corrêa. Porque a Camargo Corrêa não pagou propina só na PETROBRAS, não. Pagou propina no Brasil inteiro, durante muito tempo, durante, provavelmente, toda a sua vida e a sua relação com os partidos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Existe mais algum questionamento do Deputado Jorge Solla a que V.Sa. queira responder?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não.



**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Eu fiz três perguntas que o senhor não respondeu.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Por favor.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Eu perguntei acerca das doações da Camargo Corrêa para os principais partidos, em 2010; ou seja, cinco grandes partidos foram muito bem contemplados. Queria saber se o senhor sabe explicar qual foi a estratégia usada para botar as fichas, pela Camargo Corrêa, nesses cinco partidos.

Outra pergunta que o senhor não me respondeu foi acerca das doações privilegiadas para o PSDB; se esse privilégio está relacionado com as obras da Cidade Administrativa, do PSDB, em Belo Horizonte.

A outra pergunta que eu fiz e que o senhor não me respondeu foi acerca da entrega de recursos que vieram da Camargo Corrêa, através do Jayme Careca, e ele reconheceu que a pessoa que recebeu foi Antonio Anastasia, ex-Governador de Minas Gerais. Perguntei se o senhor tem conhecimento desse recurso e se o senhor concorda que esse recurso está relacionado com os desvios ocorridos no Metrô de São Paulo, Cidade Administrativa de Minas Gerais e outros mais. O PSDB é contumaz em se envolver em escândalos que, infelizmente, não são apurados, são muito bem blindados. Temos que parabenizar o PSDB, que é campeão de blindagem de corrupção neste País.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Com relação ao sistema de doação eleitoral, de novo, não é... Isso é debatido na área institucional, fora da área executiva, direto com o Conselho de Administração, sem a nossa presença. Então, eu desconheço um pouco quais são os critérios estratégicos ou de seleção de qualquer um que seja beneficiado. Eu não tenho essa informação. Então, como eu não sei de campanha eleitoral e não sei de doação eleitoral, eu tenho dificuldade em responder essa questão.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - O senhor não sabe informar nada?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Infelizmente, não.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Ou está proibido de falar sobre o assunto?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não, não. Eu não sei lhe informar.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento aos próximos autores...

O depoente pede para interrompermos a sessão para ele usar o toalete. Nós vamos interrompê-la por 5 minutos e voltaremos para que o Deputado Aluisio Mendes possa fazer os seus questionamentos.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Voltando aos nossos trabalhos, passo a palavra ao Deputado Aluisio Mendes, para falar como autor do requerimento e Líder do Bloco/PRB, PTN, PMN, PRP, PSDC, PRTB, PTC, PSL, PTdoB.

V.Exa. tem 5 minutos como autor e 4 minutos pelo Bloco. V.Exa. deseja usar primeiro qual tempo?

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Sr. Presidente, somando os dois, 9 minutos. Vou discorrer primeiro sobre alguns pontos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - V.Exa., no tempo de Líder, não pode fazer questionamentos.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Está certo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Pode fazer colocações...

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Eu vou falar primeiro como Líder, depois entro nas perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Então, V.Exa. tem 4 minutos. Em seguida, eu lhe darei os 5 minutos para os questionamentos.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - O.k.

Sr. Eduardo, eu vou aqui fazer um breve histórico da sua trajetória na Camargo Corrêa — diga-se de passagem, uma trajetória exemplar até certo ponto.

O senhor iniciou na empresa ainda como Assistente de Análise. Não é isso?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Assistente Comercial.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Assistente Comercial. Depois foi promovido a Assistente de Análise, depois foi promovido a Superintendente de Desenvolvimento de Negócios, depois foi promovido a Diretor de Desenvolvimento de Negócios, depois foi Diretor de Cliente. No caso específico, o senhor atendeu à Vale do Rio Doce. O senhor mesmo disse aqui que nesse período ainda não tinha



sido cooptado ou chamado a essa quadrilha que atua na PETROBRAS, porque a Vale do Rio Doce, como empresa privada, não permitia que esses acertos fossem feitos lá. E, talvez, dado a essa sua brilhante atuação até esse período, o senhor foi promovido a Diretor de Óleo e Gás. E aí, nesse momento, começou a sua participação nessa organização criminosa dentro da PETROBRAS. O senhor ficou como Diretor de Óleo e Gás até 2011. E, segundo seu tempo de colaboração, como eu já disse aqui, o senhor começou a participar desse esquema de crimes dentro da PETROBRAS a partir da sua chegada à Diretoria de Óleo e Gás, onde o senhor passou a ter contato direto com a PETROBRAS.

Talvez pela sua brilhante atuação nessa máfia que atuou na PETROBRAS, o senhor foi promovido a Vice-Presidente comercial da Camargo. Não é isso? *(Pausa.)*

Bom, observa-se até aqui que uma trajetória que poderia ser brilhante, a partir de um certo momento foi conspurcada por essa associação. Como o senhor disse, o senhor foi cooptado por esse grupo para começar a atuar de maneira criminosa nesses contratos da PETROBRAS.

O senhor diz no seu Termo de Colaboração Premiada nº 1, feito na sede da Polícia Federal, no Paraná, que esse *modus operandi* implantado na PETROBRAS, através das cartas-convite, é que permitia essa ação criminosa desse clube de empreiteiras.

A minha preocupação é porque nós ouvimos falar aqui de diretores da PETROBRAS envolvidos nessa organização criminosa, de gerentes de alto nível, como é o caso do Sr. Pedro Barusco. Mas o que me chama a atenção é que eu acho... eu acredito piamente que dificilmente esse esquema foi mantido dentro da PETROBRAS sem a participação de setores inferiores aos diretores e gerentes de alto nível.

E o senhor fala aqui, no seu termo de delação premiada — e eu fiquei assim bem curioso com isso, especificamente com relação à Carta-Convite 053.450.308/8 —, de uma obra da RNEST, onde a Camargo foi beneficiada, dentro desse acordo entre as empreiteiras, para ser ganhadora desse contrato dessa carta-convite. Mas houve algum imbróglio nesse acordo, essa carta-convite foi desconsiderada e foi emitida uma nova carta-convite, na qual a Camargo, aí, sim, foi ganhadora da obra. O senhor se recorda disso? Está aqui no seu termo de colaboração premiada.



**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Certo.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - O que me chama a atenção? Por exemplo, no caso da Vale do Rio Doce, dificilmente uma carta-convite seria emitida e seria cancelada sem uma justificativa muito forte, plausível. No caso da PETROBRAS, parecia que isso não acontecia. Se havia uma carta-convite, se a empresa selecionada nessa carta-convite, no acerto entre as empreiteiras, não fosse a ganhadora daquela obra, desfazia-se essa carta-convite, fazia-se uma nova carta-convite e, aí, sim, o acerto era validado nessa nova carta-convite. Isso seria impossível de acontecer sem a participação de setores inferiores na PETROBRAS. Qual justificativa técnica e jurídica era dada para o simples cancelamento de uma carta-convite de uma obra desse valor, sem uma justificativa técnica ou jurídica?

Então, a minha preocupação, e aí vai a minha pergunta ao senhor — e eu tenho convicção disso —, é que esse esquema criminoso na PETROBRAS não podia funcionar única e exclusivamente com a aquiescência dos diretores e dos gerentes de alto nível, porque alguém de baixo precisaria também estar participando disso.

O que eu queria entender aqui... Embora todos os empreiteiros e todos os diretores que passaram aqui diziam que os valores envolvidos nessas propinas variavam de 1%, 2% a, no máximo, 3%, eu acho que esses valores eram muito superiores, porque essa cadeia de corrupção tinha de começar lá por baixo, pelo chefe da licitação, pelo responsável pela emissão da carta-convite, pela pessoa que cancelava a carta e emitia uma nova. Então, parece-me que esse esquema era muito maior dentro da PETROBRAS e não estava única e exclusivamente centrado nos seus diretores e nos seus gerentes de alto nível.

A minha preocupação e a minha pergunta ao senhor são no sentido de que outros setores da PETROBRAS... O senhor tem conhecimento, porque o senhor participou ativamente desse esquema. Por exemplo, especificamente no cancelamento da carta-convite, quem participava desse esquema, além da diretoria e dos gerentes? O grupo envolvido na comissão de licitação tinha conhecimento disso, porque cancelava uma carta e emitia uma nova carta-convite. O senhor tem conhecimento, nessa sua participação nesse esquema, de que setores inferiores a



diretores e gerentes de alto nível também tinham conhecimento desse esquema de corrupção que acontecia na PETROBRAS?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Só com relação à RNEST, houve um *bid* e um *rebid*. Eu entrei e já havia ocorrido o *rebid*. Então, a gente estava somente esperando para assinar o contrato no *rebid*. Então, eu não tenho o procedimento. Porém, posso lhe informar que a sua colocação está correta. Não posso lhe dar maiores informações, porque isso faz parte dos anexos que não foram...

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Muito obrigado. Mas só para reafirmar o que eu perguntei. Foi muito bom o senhor dizer isso. O senhor ainda está fazendo a colaboração. Existem ainda itens da sua colaboração que não foram divulgados, estão sob segredo de Justiça, mas eu gostaria que o senhor reafirmasse o que o senhor me disse agora, que é muito importante. Outros setores dentro da empresa, que não eram de diretoria nem de gerência de alto nível, também participavam desse esquema criminoso na PETROBRAS. Essas informações nós já temos. Gostaria apenas que o senhor confirmasse, não especificamente, porque faz parte ainda da colaboração que está se efetivando, mas que o senhor me confirmasse este fato: que não se restringia a diretores e gerentes de alto nível a corrupção que se entranhou na PETROBRAS.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - A sua colocação está correta, e eu não posso falar nada além disso.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Bom, a sua relação com o Sr.... Eu vou começar aqui com a relação com o Sr. Vaccari. O senhor disse que ela se iniciou num contato informal, na porta de um restaurante, onde o senhor foi apresentado por alguém que o senhor não lembra agora. Até volto a pedir, parece que o senhor tem uma memória prodigiosa, lembra-se de detalhes de 10 anos atrás e não consegue se lembrar de um dado muito importante: alguém que lhe apresenta uma pessoa na porta de um restaurante. O senhor se lembra do restaurante, embora não fosse o restaurante que o senhor frequentasse habitualmente, e não consegue se recordar de quem fez essa apresentação. Gosto de voltar a essa pergunta, porque eu percebi aqui, no seu termo de colaboração, que o senhor se tornou amigo íntimo do Sr. Vaccari, com vários encontros, vários acordos. Inclusive, convidou-o para o aniversário da sua filha, do qual ele participou com a sua família.



Então, aproximou-se muito do Sr. Vaccari, e virou uma relação realmente de amizade com o Sr. Vaccari. Não é correto isso?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Eu tenho aqui vários encontros... Inclusive, o senhor disse que tratou, em vários encontros com o Sr. Vaccari, de assuntos diferentes de PETROBRAS, diferentes de contribuição. Então, eu não conheço nenhuma pessoa com quem eu me encontre várias vezes para almoçar junto, para jantar junto ou para bater papo que eu não tenha amizade; inclusive, para tratar de assuntos que não são profissionais. Que tipo de assuntos o senhor tratava nesses encontros com o Sr. Vaccari, se não eram propinas e não eram contribuições de campanha? Qual era o assunto de que tratavam nesses vários encontros? O Sr. Vaccari era uma pessoa tão interessante, tão inteligente, tão cativante, a ponto de o senhor estabelecer uma relação de amizade com ele, encontrar-se várias vezes com ele para tratar de assuntos diversos que não fossem PETROBRAS e doações partidárias?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu sou sincero em lhe falar, não é a minha área a questão pública. E eu sempre tenho interesse de aprender, de ouvir, de entender, do mesmo jeito que, para vir para cá, eu procurei entender o que é uma CPI.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Eu vi, inclusive, que o seu advogado tem um dossiê dos Deputados. Quando alguém lhe inquire, ele pega a foto, vê em um dossiê quem é quem. É muito interessante a sua preparação para vir aqui à CPI.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu acho que é uma consideração que eu devo ter junto aos senhores, para atender até as... Eu tenho até uma função aqui.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - É. Meu tempo já está se esgotando, e eu tenho algumas perguntas. Eu queria que o senhor me confirmasse: o senhor se transformou em uma pessoa próxima do Sr. Vaccari?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Com todos os clientes que eu tive dentro da PETROBRAS, eu me encontrava com relativa frequência, por questões profissionais. Ele era uma pessoa que, se eu falar que tive mais de dez encontros num período de 3 anos... Eu não acredito que tenha sido mais do que isso. O fato de



eu tê-lo convidado... A festa da minha filha tinha 500 pessoas, e eu errei com outros convites também.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Eu vi aqui que uma das passagens em que o senhor talvez tenha mais se emocionado foi quando o senhor admitiu aqui que roubou a empresa na qual o senhor fez sua vida profissional, na qual o senhor atingiu hoje o cargo de Vice-Presidente, quando o senhor disse que, num acordo, foi cooptado pelo Sr. Youssef para participar de um esquema que desviou dinheiro que a Camargo pagava para uma empresa, e, através daí, o Youssef remunerava o senhor. O senhor já recebeu 1,5 milhão através da Sanko Sider, através disso. É o fato que o senhor mais se envergonha em todo o seu envolvimento nesse crime da PETROBRAS?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não, não foi um roubo à Camargo Corrêa. Na verdade, essa...

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Bom, o dinheiro pago à empresa era da Camargo, certo?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Não era da Camargo?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Era de comissões que ele recebia da... Veja bem...

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Espere aí. Comissão que ele recebia da Sanko Sider, pago pela Camargo. É isso? Foi ou não foi? Vamos botar a coisa para não ter... A comissão que o Sr. Youssef recebia da Sanko Sider era através de pagamento que a Camargo fazia à Sanko Sider, não é isso? Então, esse dinheiro saía da Camargo.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Voltando, a Camargo devia propina a eles, estava atrasada com propinas a ele. O que ele falou para mim foi: *“Estou abrindo novos mercados para a Sanko; a Sanko está fazendo vendas para outras empresas, por questões que você colaborou pela existência da Sanko no mercado. E eu gostaria de partilhar as comissões que eu estou ganhando com você”*. Então... Primeiro, ele não me precisou de onde viria esse partilhamento.



**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Sr. Eduardo, o senhor não chegou Aonde chegou por ser uma pessoa ingênua. Desculpe-me, mas esse negócio de não saber de onde...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Aluisio.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Vou concluir, Sr. Presidente.

Então, o senhor já respondeu à minha pergunta. Não venha com essa questão de demonstrar uma ingenuidade, uma pessoa que ocupa o seu cargo, dizendo que não sabia de onde vinha esse dinheiro!

A minha última pergunta, Presidente — é um fato aqui que me interessa. O Sr. Paulo Roberto, quando esteve aqui, usou uma expressão que ficou marcada na memória desta CPI: *“Não existe almoço grátis. Nenhuma empreiteira, nenhum empreiteiro doa recurso para quem quer que seja sem objetivo”*. O senhor não concorda com isso?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu não conheço (*ininteligível*).

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Bom, é uma questão que é lógica. Eu faço essa pergunta porque nós vamos receber aqui o Sr. Léo Pinheiro, na sequência, e ele doou para o Governador do meu Estado, eleito pelo meu Estado, mais de 3 milhões de reais. O que me causa surpresa é que um empreiteiro, uma empreiteira tenha uma ligação tão próxima com o Partido Comunista Brasileiro. Até não vejo aí muita sintonia entre a filosofia dos empreiteiros e o Partido Comunista Brasileiro. Mas a minha preocupação é esta: qual seria o intuito, não só no caso da OAS, de doar ao Governador Flávio Dino, mas de todas as empreiteiras fazerem doações vultosas a partidos políticos e a candidatos sem ter interesse? Ninguém joga dinheiro fora, ninguém rasga dinheiro. Isso ficou provado nesse esquema da PETROBRAS. Todas as doações feitas tinham um objetivo escuso. Isso ficou claro, inclusive, com o seu depoimento aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Vamos agora à inscrição dos membros. O primeiro é o Deputado Izalci, que também está inscrito como Líder pelo PSDB. Indago a S.Exa. se quer juntar o seu tempo.



**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Eu falo como Líder e, em seguida, eu faço as perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - O.k. V.Exa. fala como Líder. Tem 8 minutos, em seguida, mais 3 para fazer questionamentos.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Lembro que no tempo de Líder, os questionamentos não podem ser feitos. V.Exa. tem a palavra por até 8 minutos.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Bem, no tempo de Líder, eu gostaria só que V.Sa. prestasse muita atenção ao que vou dizer e se tiver alguma coisa contrária ou se eu estiver equivocado, que V.Sa. anote para depois a gente comentar nas perguntas.

Primeiro, eu quero aproveitar e responder a alguns Parlamentares que se pronunciaram antes, dizendo que, em vez de reconhecerem o erro e buscar soluções para o erro, ficam tentando jogar todo mundo, todos os partidos na mesma vala comum. Eles estão há 12 anos no poder, poderiam muito bem ter apurado tudo isso, sem nenhuma dificuldade. Mas, na prática, nunca houve realmente um crime, uma quadrilha montada especificamente para roubar dinheiro público tamanho, como agora.

Então, eu vou dizer o que aconteceu, e V.Sa. anote, se eu estiver errado, e informe os pontos. Havia o mensalão — todo mundo já conhece, acho que V.Sa. também acompanhou pelos noticiários e depois o julgamento do Supremo —, que foi um projeto do Partido dos Trabalhadores, um projeto de poder. Inclusive, ficou muito claro, para manter a sua base de apoio no Congresso. E parte desse mensalão, a origem dos recursos, das propinas, para gerar realmente a manutenção da base, deu-se através de empresas publicitárias, de propagandas, de bancos, etc.

Terminou o mensalão, como fazer para manter o projeto de poder? Onde podemos buscar recurso para manter o projeto de poder? Aí, veio, então, a PETROBRAS. Como é que funcionava o esquema na PETROBRAS? Toda empresa que se preze... E V.Sa. disse aqui claramente que a Vale do Rio Doce é um exemplo de que a margem, com relação ao orçamento feito pela empresa, pela Vale, era em torno de 3%. Então, qualquer empresa que se preze e que tenha competência e não



tenha realmente intenções terceiras faz uma coisa correta. O que foi feito na PETROBRAS já premeditadamente? O Partido dos Trabalhadores, para manter a base e o projeto de poder, criou então condições para que isso operasse.

E o que foi feito, então? Primeiro, havia propina antes do Governo Lula? Sim, propina individual, de agentes que pediam aos empresários e empresários ofereciam, como foi dito aqui por Barusco. Mas, a partir de um determinado momento, especificamente a partir da gestão do ex-Presidente Lula, em 2003, aí não. Aí, houve a participação direta dos Diretores Renato Duque, Paulo Roberto Costa e Nestor Cerveró. E montou-se um esquema, chamado pelo Ministério Público de quadrilha. Como operava esse esquema, para não chamara a atenção? Primeiro, estabeleceu que a empresa aceitaria qualquer proposta que fosse mais até 20 ou menos 15. Ou seja, num contrato — são milhares de contratos — de 4 bilhões, 3 bilhões, o que era normal, quanto seria, quanto representaria 3%? Uma fortuna! Agora, imagine 20%! Quanto representaria 20% de 3 bilhões: 600 milhões. Então, estabeleceu-se essa margem ampla exatamente para gerar e possibilitar a corrupção e a propina.

Mas, mais grave: além de admitir até 20, a PETROBRAS fazia o seu orçamento e, como era carta-convite, dizia para as empresas, inclusive para a Camargo Corrêa: *“Olha, estou convidando aqui 26 empresas, ou 30 empresas; são essas as empresas que eu estou convidando”*. As empresas — já sabendo que é mais 20, menos 15, já sabendo, entre elas, quem ganharia a licitação, porque quem definia o vencedor eram as próprias empresas —, aquelas que foram convidadas e que não foram selecionadas praticavam um preço maior do que aquela que ganharia. E como disse aqui V.Sa., colocar 2% ou 3% a mais não fazia diferença nenhuma. Está dito aqui no depoimento. Por quê? Porque a margem era até 20%. E se por acaso alguém botasse 30, Deputado Aluisio Mendes, chamava a empresa, cancelava e fazia de novo. Mas aquelas empresas já sabiam como funcionava o esquema.

Feito isso, havia o conta corrente, que era pago com notas fiscais de consultoria, notas fiscais de empresas-fantasma, contribuições partidárias, que a empresa de V.Sa. definiu que não faria, mas que foi procurado para isso — e outras empresas confessaram aqui que realmente aceitaram a proposta.



Então, as contribuições da Camargo Corrêa para outros partidos, com certeza, não foi propina. Pode ter sido uma aposta para, como todas as empresas fazem, um Governo que vai ganhar, etc. Mas não é propina — pelo menos na Camargo. Então, esse é o esquema que foi montado pelo Partido dos Trabalhadores, envolvendo, inclusive, a base. Por isso Youssef cuidava do PP, e Renato Duque cuidava do Partido dos Trabalhadores.

Essa é a história. Se V.Sa. tem alguma correção a fazer nessa análise que eu estou fazendo, por favor, anote, para nós discutirmos com relação a essa questão.

Eu queria depois também que V.Sa... Vou entrar daqui a pouco nas perguntas. Nessa análise que eu estou fazendo, como se dava, nas empresas — eu sei que havia um campeonato parecido com campeonato de futebol —, como era a conversa?

Inclusive, V.Sa. disse muito bem aqui que é verdade. A própria Presidente Graça confessou aqui que o grande problema da PETROBRAS foi incompetência gerencial e gestão. E nós observamos que foi isso mesmo. Quer dizer, os projetos foram mal elaborados propositalmente. A Camargo Corrêa e outras empresas que já tinham obras em diversos países, grandes obras, não chegou a dizer para ninguém: *“Olha, esse projeto aqui está muito ruim, vocês precisam melhorar isso.”*? Ninguém falou nada disso? Porque vocês já tinham essa experiência, e a Camargo, pelo que eu vi, sempre atuou nas obras com contratos bem feitos, com projeto básico, com projeto executivo bem feito. Em cima disso, o risco de superfaturamento é mínimo. Como disse aí, em torno de 2% ou 3%. Agora, a PETROBRAS, não: 500%, 1.000%, 5.000%. Por quê? Porque já foi feito intencionalmente. A forma de desviar o recurso, de roubar bastante é fazer um projeto mal feito para gerar exatamente outros aditivos e novos contratos.

Eu queria, já partindo, então, Sr. Presidente, para as perguntas, que V.Sa. pudesse dizer algo sobre isso: se alguma empresa chamou a atenção da PETROBRAS, dizendo: : *“Olha, esse projeto básico aqui teve que melhorar, porque senão não tem como fazer uma proposta concreta, decente”*.

Eu sei que V.Sa. tem algumas limitações, mas eu não poderia deixar de dizer que Paulo Roberto Costa, na CPI, alegou que havia, sim, corrupção em outras áreas do Governo. E num trecho ele diz assim: *“E agora, recentemente, olhando as*



*delações, porque já saiu na imprensa, de Eduardo Leite, Diretor da Camargo Corrêa, e de Dalton, Presidente da Camargo, eles confirmaram que isso ocorreu em Belo Monte, e isso ocorreu em Angra 3”.*

E disse ainda mais: que esse processo ocorreu em algumas áreas do setor elétrico. E assim por diante. V.Sa. conhece bem o depoimento. Eu perguntaria: V.Sa. confirma que esse esquema montado na PETROBRAS ocorreu também no setor elétrico, no caso específico de Belo Monte, como já foi dito, e de Angra 3?

V.Sa. confirma que esses outros esquemas também atenderam interesse político-eleitoral, abasteceram campanha política? V.Sa. confirma que o clube, as empresas atuavam da mesma forma em Belo Monte e no caso específico também de Angra 3?

E a última indagação: de acordo com os autos, a Camargo Corrêa informou à Justiça Federal a existência de um contrato firmado com a empresa JD Assessoria e Consultoria, do ex-Ministro José Dirceu.

Segundo as informações disponibilizadas, foram pagos 844 mil e 650 reais, entre maio de 2010 e fevereiro de 2011. Solicitados os trabalhos de consultoria que foram desenvolvidos pela empresa, a Camargo Corrêa informou que não foram localizados relatórios de consultoria, e muito menos de consultoria produzidos — não foram localizados. Pergunto: V.Sa. poderia nos fornecer mais detalhes sobre esse contrato, sobre essa prestação de serviço da empresa JD Assessoria e Consultoria Ltda.? V.Sa. não tem como comprovar os serviços prestados? Por quê? V.Sa. saberia dizer se esses recursos abasteceram campanha de política? Desapareceu o documento, ou realmente não existia essa prestação de serviço?

Então, são essas as questões que eu queria fazer a V.Sa. Eu sei da questão da Sanko. V.Sa. já disse que foi captado pelo Youssef, e é verdade. O produto da Sanko era mais barato. Foi registrado na PETROBRAS e surgiu a grande oportunidade de ganhar dinheiro, porque era mais barato do que nos produtos de importação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Izalci.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Vou concluir. Então, eu sei que, se a Camargo não comprasse, dificilmente eles conseguiriam vender para outras empresas. Então, V.Sa., que foi um dos compradores, é que gerou a possibilidade de ele vender para



as outras empresas. Mas V.Sa. já respondeu: “O Presidente não sabia dessas operações”.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Eram essas as minhas indagações. Se V.Sa. puder esclarecer...

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Perfeito. No que tange à discussão com a PETROBRAS referente aos projetos, aí é uma área técnica da Camargo Corrêa, que é uma área admirável, que é quem sempre carregou o nome da Camargo Corrêa até o patamar que a levou. Sempre em discussões com a PETROBRAS e até com outros clientes, sempre de uma forma muito transparente, levantou essas questões. No contrato da RNEST existem atas onde o pessoal questiona algumas práticas no sentido de ordenamento de execução de obra, no sentido de processos que poderiam ser modificados, que, de repente, diminuiriam o custo através da diminuição de risco para a sua execução. Porque o projeto de engenharia era um pouco fraco.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Mas alguém falava sobre isso? “Não, vamos tocar isso assim mesmo, desse jeito”. Comentavam alguma coisa?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Tecnicamente, se falava. Porém, a existência de um projeto frágil... Ele é ruim para quem está executando, só que ele é ruim para quem está contratando. Os dois vão ter que resolver isso em algum momento lá na frente.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sim, mas esse contrato frágil, V.Sa. sabe se foi proposital? Dá para entender que foi feito propositalmente para ter aditivos e ganhar mais dinheiro?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu acredito que a celeridade levou ao problema e não a contratação do projeto; o fazer rápido, a necessidade de fazer. Foi citada aqui na CPI a questão até...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Podemos dizer que “o apressado come cru”, porque na prática foi o que aconteceu.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Foi citada aqui na CPI a questão da terraplanagem da RNEST — particularmente eu não sabia, porque eu não sou



técnico —, que a terraplanagem ocorreu num período de chuva. Então, assim, para mim é...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Era porque naquele momento precisava de propina, daí fazia de qualquer jeito para ganhar a propina.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Isso. Com relação ao setor elétrico, essas informações foram fornecidas pelo Dr. Dalton Avancini, na delação do Dr. Dalton Avancini, e elas estão sob investigação. Então, é por isso que ainda não foram trazidas, mas eu não tenho dúvida de que, com certeza, virão. Particularmente, a informação que eu tenho é muito básica para poder falar. Até porque isso era tão básico, que o Ministério Público nem se interessou em colocar isso junto à minha delação, porque estaria na delação do Dalton de uma forma muito mais completa. Com relação...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Mas existiu? V.Sa., então, há de convir que existia e foi colocada por ele. Confirma que nessas obras também existia propina?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu não tenho o que comentar, a não ser que informação que o senhor fala está correta. E com relação à JD, eu desconheço a finalidade da contratação. Eu sei que ela foi feita dentro da Divisão de Engenharia e Construção, mas ninguém da Divisão... O próprio Presidente esteve aqui e falou que desconhecia a finalidade da contratação, preço, valores, escopos...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Mas quem contratou?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Então, a informação que temos é de que foi o Dr. Vitor Hallack, que é o Presidente do Conselho, o Presidente da nossa *holding*.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - E ele não disse nada por que contratou?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - E V.Sa., como Vice-Presidente e o Presidente não...

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu nem... Eu fiquei sabendo...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Eles não dão satisfação nenhuma se vão contratar?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu fiquei sabendo...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Foi quase 1 milhão de reais!



**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu fiquei sabendo desse contrato agora que ele veio à imprensa, senão, eu desconhecia totalmente a existência desse contrato.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Mas V.Sa. admite que pode ser propina também, porque não tinha nenhum serviço, como nas outras empresas foram feitas?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu tenho dificuldade de identificar qual é o objeto...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Mas a Camargo utilizava o mecanismo de pagamento de nota para propina?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Sim.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Não é isso?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Sim. O que mais? Desculpa, eu...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Só para concluir: os comentários, no clube, aquela regra do clube, como é que funcionava? Como é que a Camargo era selecionada no clube? *“Bem, essa eu vou ganhar”*. Como é que funcionava isso? E quem combinava isso? Como é que era isso?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Na verdade, as informações que eu tenho foram aquelas trazidas pelo Dr. Dalton. No caso, as empresas... Eu vou repassar aquela informação que já veio aqui: as empresas pactuavam um objeto entre elas, e cada uma corria atrás daquele contrato. Então, por exemplo, eu sei — essa informação me foi passada — que na REPAR a Camargo ganhou um empreendimento, e a Odebrecht e a UTC ganharam outro empreendimento. E a Camargo acabou não “bidando”, não pondo proposta na disputa daquele outro empreendimento, porque ela sabia que ia ficar com esse. Essa foi uma informação que chegou a mim.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - E a Odebrecht também não apresentou na de vocês? É mais ou menos assim?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu não tenho a precisão da informação. Então, na verdade, a combinação entre empresas, eu acho que está claro que existe, é de domínio público hoje, e agora...



**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Já existiu algum caso, assim, semelhante em que os diretores participavam disso, ou não? Porque é comum, o cartel já existia — todo mundo sabe —, mas não existia a participação de quem paga a conta.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Olha, eu posso lhe citar casos da Vale do Rio Doce, que nem eu falei: ela chama dois propositantes e me fala: “*Você está concorrendo contra fulano*”. (*Riso.*) E ela tem mecanismos... Na modernidade, hoje, existem mecanismos que você consegue aplicar com esse objetivo. Eu acho, aproveitando que eu estou na Casa, que o que falta é uma... Nós temos que ter um avanço muito grande nessa questão de mecanismos de contratação, de definição de projetos. Eu acho que isso é fundamental para os objetivos. O Dr. Luiz Sérgio pediu a minha colaboração, mas eu acho que isso...

**O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA** - Isso se chama cobertura e planilha cheia. São as duas palavras que definem isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento aos demais membros inscritos, o Deputado Aluisio Mendes tem a palavra novamente por 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Sr. Eduardo, eu vou retomar aqui algumas perguntas que eu ia fazer, mas o meu tempo se encerrou. Eu vou fazer as perguntas e gostaria que o senhor fosse anotando e depois me respondesse, porque assim fica mais fácil.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Pois não.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - O senhor, nesse período em que se operou esse esquema criminoso na PETROBRAS, o qual o senhor já nos relatou aqui, fez algum pagamento em espécie ou autorizou algum pagamento em espécie a algum dos operadores nessa organização durante o período da sua operação?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Nunca fez nenhum pagamento em espécie nem foi solicitado a fazer nenhum pagamento em espécie? (*Pausa.*)

O senhor falou em 110 milhões de reais pagos pela Camargo durante o período em que o senhor administrou essa organização, especificamente no período em que o senhor esteve como Diretor de Óleo e Gás e como Vice-Presidente Comercial. Mas o senhor também nos disse que, quando foi alçado à condição de



diretor, herdou um passivo com relação a esses débitos. Isso quer dizer que isso vinha de mais tempo.

Então, esse valor de 110 milhões que o senhor relata e que é bem inferior ao que nós temos conhecimento, já remonta há muito tempo e com certeza os valores são bem superiores a isso. O senhor não concorda com isso?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Na verdade, 110 milhões remontam, sim, a uma parte anterior...

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Parte pequena que o senhor assumiu, fora o que já havia sido pago durante todo o...

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - ... até porque as consultorias já haviam sido contratadas, já estavam em andamento os contratos de pagamento a essas consultorias. O que aconteceu foi que, a partir do ano de 2006 e 2007, os contratos passaram a ser de um vulto maior. Quando você teve o contrato de vulto maior, necessitou que os contratos de consultoria, todos eles fossem majorados em valores mais significativos. Então, na verdade, isso pega uma abrangência, assim, de um período anterior. Por isso eu falo que há até uma planilha que eu entreguei para o Ministério Público e para a Polícia Federal que relata exatamente quais são os projetos e qual foi o cronograma de liquidação desses pagamentos.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Mas isso nos traz a informação de que os valores são bem superiores ao que o senhor declarou que é o que o senhor tem conhecimento de que operou nesse período.

O senhor disse que, num dos encontros com o Vaccari, ele entrou no assunto doações para partidos políticos. O senhor nesse momento disse: "*Não, esse assunto não é comigo, é com o Marcelo Bisordi*". E o encaminhou para conversar com o Marcelo, que é o Vice-Presidente Institucional.

O senhor tem ideia ou tem conhecimento de que outros operadores políticos também tiveram esse contato com o Sr. Marcelo ou procuraram o senhor, e o senhor encaminhou para o Sr. Marcelo?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não, eu não tive...

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Não, na sua relação...

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu não tive contato com outros, vamos dizer assim, tesoureiros formais.



**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Mas teve conhecimento de algum contato — o senhor era Vice-Presidente, como o Marcelo, se reunia de tempos em tempos para discutir esses assuntos —, de outros operadores que tenham entrado em contato ou que tenham tido relação com o Sr. Marcelo?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Com certeza a Camargo deve ter tido contato com tesoureiros de outros partidos, porque ela sempre fez doações eleitorais.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Nos seus contatos com Paulo Roberto, Renato Duque, com o Barusco, etc., essas conversas sobre propinas eram faladas abertamente? Vocês diziam: o valor referente à propina? Como eram tratados esses temas nessas reuniões?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Na verdade, a reunião que melhor ilustra isso é aquela primeira, na qual eu estive na casa do Dr. Júlio Camargo, na qual eles vieram me apresentar o quanto a Camargo estava em débito, vamos falar assim dessa forma. Então quais eram os...

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Não, mas o tema era esse. A Camargo estava em débito com relação a quê: a um serviço prestado?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não, ele relacionou quais eram os contratos, que, na visão dele...

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Mas esse débito era referente a... Qual era o termo usado?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Propina.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Era exatamente esse o termo usado?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Propina. Comissões e propina.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Não é preciso mais. Era só isso o que eu queria saber.

Agora, voltando à última pergunta, Presidente, com sua paciência, é a última pergunta. Voltando à questão do assunto que ainda está sob sigilo no seu termo de colaboração, eu gostaria que o senhor prestasse bem atenção ao que eu vou perguntar sobre a questão de envolvimento de setores inferiores à PETROBRAS, que não envolviam diretores nem gerentes de alto nível, como o senhor já nos disse



que existe e inclusive está fazendo uma colaboração nesse sentido. Isso nos remete a uma informação de que todos temos já certeza, de que os valores envolvidos nesses desvios são muito superiores.

Os valores de 1%, 2% se referiam à alta cúpula da empresa. Mas essa comissão começava embaixo, nos setores mais debaixo, para que a coisa pudesse fluir. O senhor mesmo nos confirmou isso aí. O senhor diretamente tratava também com esses setores, ou a sua atribuição era única e exclusivamente com o alto nível da empresa e o senhor delegava esse acordo com os setores inferiores a outros executivos da Camargo?

Só para encerrar, Presidente: o senhor poderia nos afirmar ou nos adiantar, dado esse envolvimento de setores inferiores da PETROBRAS, que esses valores eram superiores a esses envolvidos de 1% e 2%, de quanto seria esse percentual? Eu não quero que o senhor diga a quem, até porque isso está sob sigilo ainda, mas quais eram os percentuais também a esses setores envolvidos no baixo escalão da PETROBRAS?

A minha pergunta é exatamente: primeiro, se o senhor lidava diretamente com esses setores ou delegava a outros executivos e quanto eram esses valores envolvidos nessa negociação.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - A primeira resposta é que não, porque isso não ocorria. Ocorria no âmbito do contrato, como a gente gosta de falar, e não no âmbito das minhas interações.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - E quem tratava disso?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eram pessoas de dentro da estrutura da Camargo.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - O senhor está fazendo um termo de colaboração. O senhor está oferecendo... Eu não quero que o senhor...

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Essas informações...

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - O senhor não precisa citar nomes. Eu sei que isso está sob sigilo. Eu quero saber que setores da Camargo estavam envolvidos nessa negociação. Só isso!



**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Isso faz parte já da delação que eu já fiz. Eu estou impedido tanto do lado PETROBRAS como do lado Camargo, mas tudo faz parte da minha delação.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Para encerrar, Sr. Presidente. E com relação a valores, se envolvia 1%, 2% ou 3% do alto escalão. O percentual que envolvia esses setores inferiores da PETROBRAS.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - O que eu posso afirmar é: eu forneci documentação comprobatória dos eventos com valores responsáveis e partícipes.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Então, o que o senhor está nos dizendo é que essa corrupção era sistêmica na PETROBRAS e pegava de cabo a rabo: da alta cúpula até os funcionários mais embaixo. Parece que é isso que o senhor, no seu termo de colaboração, está explicitando à Justiça Federal e à Polícia Federal. Não é isso?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - O que eu posso colocar é isso o que eu lhe falei, que existe lá.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - O.k. Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento, concedo a palavra ao Deputado Leo de Brito, por até 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Sr. Eduardo, o senhor tem conhecimento de envolvimento de funcionários da PETROBRAS de setores de licitação nesses ilícitos que o senhor escreveu aqui?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Deputado, desculpe-me, mas eu não posso fazer nenhum... Não posso discorrer detalhadamente sobre nada nesse sentido.

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Sobre questão de licitação não pode?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não posso.

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Certo. Em relação ao financiamento de campanha, Sr. Eduardo, a Camargo Corrêa, ao longo da sua existência, tem feito doações para partidos políticos e candidatos das mais diversas matizes ideológicas. V.Sa. pode descrever, por exemplo, para quais partidos e candidatos e em quais Estados da Federação a Camargo Corrêa fez doações nas últimas eleições, uma vez que o senhor estava na Vice-Presidência desde 2009, portanto, na eleição de



2010, o senhor estava lá, e até novembro de 2014. O senhor tem conhecimento? O senhor poderia descrever?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Deixe-me informar como é que funciona esse tema em particular. A vice-presidência institucional é exclusivamente responsável por tratar isso junto ao Conselho de Administração. E aí, por critérios que eu desconheço, é feito o pacto das doações eleitorais. E isso... Eu desconheço até os valores. Eu fico sabendo, às vezes, de valores por imprensa, porque isso, efetivamente... Existe uma questão na Camargo que eu creio que seja ideológica de colaborar com a democracia ou da forma que ela quiser, ou não. Eu não posso fazer afirmação negativa também, porque eu desconheço, eu não participo do processo.

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Só para o seu conhecimento, em 2010, a Camargo Corrêa doou, para 13 partidos, um total de 22 milhões e 750 mil reais para a campanha desses partidos. Por exemplo, o PSDB, que foi o que mais recebeu, recebeu 5 milhões e 450; o PT, 4,5 milhões; o PSB, 4 milhões. Foram os que mais receberam da Camargo. Na eleição de 2014, o único partido que recebeu, segundo consta, foi o Democratas, 1,5 milhão de reais.

Eu queria fazer uma pergunta ao senhor: essas doações foram legais ou ilegais? Estão registradas no TSE. São doações legais? Elas foram registradas, inclusive, na contabilidade da empresa?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Ah, creio que... As anteriores, pelo menos na época em que eu era gestor do ponto de vista contábil, nunca apareceu nenhum relatório falando que as doações da Camargo...

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Elas foram devidamente contabilizadas?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Acredito que sim.

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Não foram objetos de propina essas doações?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu não tenho essa informação. Então, eu acredito que não.

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Certo. Então, o senhor não lidou diretamente com essa questão de doações de campanha?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não.



**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - A última pergunta, Sr. Presidente. Em relação a essa questão do Vaccari, tesoureiro do PT, o senhor pode afirmar categoricamente que as doações que foram feitas ao PT foram ilegais ou legais?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu não posso afirmar nenhuma coisa nem outra porque eu desconheço o critério da Camargo para... Mas, por princípio, pelo menos no que tange àquilo que me foi solicitado e que eu repassei internamente, não foi feito, que seria o irregular.

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Certo. Então, não foi feito irregularmente? É isso?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Pelo menos naquilo que me foi pedido, naquilo que é da minha informação.

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Certo. Então, as doações da Camargo ao Partido dos Trabalhadores foram doações legais?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu posso falar daquele caso específico, que eu sei que... Foi-me informado que não foi feito. Do resto, eu não posso informar; eu desconheço.

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Certo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Tem a palavra o próximo inscrito, o Delegado Waldir. *(Pausa.)* Ausente.

Tem a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues. *(Pausa.)* Ausente.

Tem a palavra o Deputado Edio Lopes. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Celso Pansera, V.Exa. tem até 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Sr. Presidente, vamos a essa personagem. Virou obsessão do meu amigo Ivan Valente. Júlio Camargo tem alguma relação de parentesco com os controladores da Camargo Corrêa?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Que eu saiba, não.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Tem alguma relação institucional com a Camargo Corrêa?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Ele é uma empresa que tem contrato... Já teve contrato desde a década de 2000 com a Camargo Corrêa, representando a Toyo, que é uma empresa japonesa, na qual a Camargo mantém



uma boa relação, e veio cumprindo, em toda a década de 2000 a 2010, o pagamento de propinas. Então, ele é uma pessoa que tem relações, sim, dentro da empresa.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Ainda sobre Júlio Camargo: tem saído notificações, ontem e hoje, na imprensa de que ele não teria falado tudo na delação dele, para proteger possíveis operadores políticos. Eu queria entender, já que o senhor passou por esse processo, como é que é a adesão, como é que é essa relação interna desse processo de trabalhar a delação, passar as informações, como é feita a checagem, a rechechagem dessas informações por parte do Ministério Público e da Polícia Federal durante o processo de montagem da delação premiada.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Veja bem, eu desconheço. Eu conheço a parte de que eu diretamente participei, que é... Eu sou... Eu sento e faço a minha colaboração, isso é gravado. O depoimento é ouvido com testemunhas presentes, com o meu advogado presente, é esmiuçado, as minhas informações são levadas, são debatidas com relação até a outras informações existentes. Eu diria que é um... Do ponto de vista de depoimento, há um trabalho muito, muito bem feito.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - E a Polícia Federal retoma o mesmo assunto com informações, mesmas informações, checando, buscando contradição? Como é que é isso?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Pelo menos no que tange ao que foi o meu processo...

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Isso, no seu caso, no seu processo.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Olha, é, é... Hoje eu posso falar até no bom sentido, mas eu brincava, eu dizia aos meus amigos, meu advogado: é um moedor de carne, porque a pessoa está te inquirindo e... Mas hoje eu vejo com muita admiração o trabalho feito tanto pela Polícia Federal como pelo Ministério Público, porque... Da minha parte, foram cinquenta e poucas horas de depoimento. É um volume de depoimento muito grande na frente de um delegado de polícia extremamente bem preparado, que me questionou, requestionou. No dia seguinte, ele voltava com questões do dia anterior, justamente fazendo algumas checagens. Então, assim, foi desgastante. Mas, ao término do trabalho, eu digo que ele



reproduz, com máxima precisão, as minhas informações e as minhas colaborações que seriam possíveis...

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Há margem para contradição, para não falar tudo? Há rastreamento de conta no exterior?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não. Eles...

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Como é que se dá esse processo?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não, eles não abrem em nenhum momento qual é a informação que eles detêm. O que eles fazem é a condução efetiva do interrogatório, trazendo, sim, controvérsias, quando eles acham que existe uma controvérsia.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Mas o senhor detectou onde eles vão buscar essas contradições e as informações?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não. Eu não tenho essa informação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Peço que conclua, Deputado Celso.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Por último: o clube das empreiteiras ainda se reúne?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu desconheço. Ainda hoje... Eu estou totalmente desligado, mas minha recomendação é que não? *(Riso.)*

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - E quais são as expectativas dessas empresas agora com o mercado de construção civil e pesado no Brasil? Como elas veem agora internamente, como elas estão enxergando o processo daqui por diante?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu não posso falar pelas empresas porque hoje ainda estou ausente, mas, como cidadão e pelo que eu estou vendo, vamos ter que nos reinventar. Eu acho muito importante. Vai ter que ser feita... Hoje, como cidadão, eu vejo isso aqui como um momento de reinvenção para que a gente possa ter um processo melhorado. Tudo isso que está acontecendo mostra que o processo tem que ser melhorado, e eu acho que este é o momento.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

A próxima inscrita é a Deputada Eliziane Gama. S.Exa. tem até 3 minutos.



**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Eduardo Leite.

Sr. Eduardo Leite, na sua delação premiada, o senhor fala de um momento em que esteve com o José Janene e o Roberto Costa, referente à cobrança de um débito da ordem de 25 milhões de reais. Naquele momento, vocês descartaram a possibilidade, para fazer esse pagamento, de utilização das empresas do Youssef. Recorreram aos fornecedores. Por que recorrer aos fornecedores? E quais eram esses fornecedores? Como se dava, na verdade, a sua relação com esses fornecedores? É uma pergunta.

Segunda pergunta que eu faço ao senhor: o senhor foi apresentado ao João Vaccari mais precisamente em 2010. O senhor quase disse, mas não disse, e a gente precisa, na verdade, saber: quem lhe apresentou ao Vaccari? Como é que se deu, na verdade, esse encontro entre o senhor e o ex-tesoureiro ou tesoureiro do PT?

Em 2012, o Vaccari se encontrou com o senhor e o Marcelo Bisordi, Vice-Presidente de Relações Institucionais da Camargo Corrêa. Como era o envolvimento dele nesse esquema? Ele tinha um papel preponderante, que era exatamente essa relação institucional. Como se dava essa relação dele com a classe política, com partidos políticos? Como acontecia, na verdade, essa relação? Ele tinha um papel preponderante nesse esquema de corrupção e de pagamento de propinas?

Segundo o seu depoimento, Renato Duque, por exemplo, após sair da PETROBRAS, em 2012, o procurou para cobrar uma dívida da ordem de 13 milhões de reais. Para quem era essa dívida? Quem ele representava? Como é que se deu realmente essa dívida? Para quem era de fato esse pagamento? Era para alguma representatividade partidária ou para algum partido político?

O senhor fala também, em seu depoimento, acerca de certo desleixo, digamos assim, na elaboração de contratos. E aí, depois, havia aditivos e mais aditivos e mais aditivos, que resultavam no pagamento de propinas. Essa ineficiência, digamos assim, na elaboração desses contratos, era feita de forma proposital, exatamente para garantir os aditivos e fazer o pagamento dessas propinas?



O Dalton Avancini, quando esteve aqui, falou da necessidade do pagamento de propinas, exatamente para manter esse bom relacionamento com a diretoria da PETROBRAS. Eu pergunto ao senhor: o senhor também concorda que era necessário fazer o pagamento dessas propinas para manter realmente essa boa relação?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - E, ao mesmo tempo, isso se dava também com outros espaços da administração pública, por exemplo, Ministérios, empresas estatais, fundações, autarquias ou coisa parecida?

Para finalizar, Sr. Presidente, só tenho mais duas perguntas.

Qual informação o senhor tem para nos dar acerca do superfaturamento da obra de Vitória, que foi conduzida pela Camargo Corrêa, iniciada em 80, 90 milhões e que chegou a quase 500 milhões de reais? Houve pagamento de propina para quem? Quem participou desse esquema? O PT, por exemplo, participou? O ex-Prefeito da cidade também participou desse pagamento de propina?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - E por último, agora de fato — só mais uma pergunta, e eu termino: na Abreu e Lima, por exemplo, que é um caso emblemático, começa-se com 2 bilhões e termina-se com 20 bilhões. Vários casos e fatos já foram relatados aqui, referentes ao pagamento de propinas.

Inicialmente, havia a presença da Venezuela — ela sai, deixa o Brasil sozinho. Houve informações, inclusive, de pagamento de propinas para Hugo Chávez. Como se deu? Quais os partidos que participaram, de fato, do pagamento? Quais os nomes dos atores que participaram do recebimento dessas propinas no caso da RNEST?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Vou ver se consigo... Com relação aos fornecedores escolhidos para fazer o repasse do pagamento, normalmente, existiam contratos que já estavam celebrados, quando da minha chegada. Esses contratos, basicamente, eram contratos com as empresas do Júlio Camargo e um ou outro contrato com algum fornecedor pontual, que também faz parte de uma investigação adicional que está sendo feita. No caso do Youssef, como ele não tinha um mecanismo que o Júlio Camargo tinha de já deter a empresa, ele trazia “n”



empresas para consultar se poderia ser feito através delas, sendo que, das empresas que ele trouxe para fornecimento tradicional, a única que foi aceita foi a Sanko. Agora, existem mais duas ou três empresas de atividades que eu não posso relatar ainda, porque estão sob investigação, que são espécies de consultorias — isso eu posso falar —, que foram utilizadas e trazidas por ele também, mas com finalidade de repasse de recursos para Alberto Youssef. Com qual destino e como ele ia operar o destino, eu não sabia.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Eram empresas de consultoria?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Sim.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - MO, Projeto?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não, não. No caso dessa empresa MO, a Camargo acabou não contratando.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - A JD também não? Projeto?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não. São outros escopos e outras empresas. Em relação a quem me apresentou o Vaccari, eu adoraria ter um nome para lhe dar. Se eu tivesse... Nem que fosse para inventar um nome, eu inventaria aqui, já que a pergunta é tão insistente.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Não poderia inventar.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Justamente por isso eu lhe falo que eu não me lembro. Eu gostaria de me lembrar. Não foi, de novo... Eu procuro fazer como todos os senhores devem fazer...

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Foi alguém da Diretoria da PETROBRAS?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não, não, não, não.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Foi um agente da Diretoria da PETROBRAS?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não, não, não, não, não, não, não. Eu me lembraria.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Foi de algum partido político?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Se fosse alguém de algum partido...

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Mas o senhor não se lembra do perfil dessa pessoa?



**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Se fosse alguém significativo, com certeza, eu me lembraria. Ainda bem que eu não me lembro.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Era alguém insignificante? Mas tratava com o Vaccari, que era alguém de uma representatividade incrível.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Para mim, não tinha essa representatividade. Para mim, não tinha essa representatividade. Quem cuidava da interlocução junto à Diretoria de Serviço do Partido dos Trabalhadores era o Sr. Júlio Camargo, para mim. Então, eu não fazia essa interlocução.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Certo. As outras perguntas.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Vamos lá. Com relação à reunião de Vaccari e Marcelo Bisordi.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Isso. O Bisordi tinha envolvimento no esquema? Foi essa a pergunta que fiz.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não. Não.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Como se dava a participação dele?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu não sabia o que acontecia com doação, e o Marcelo não sabia o que acontecia com óleo e gás. Eram dois vetores totalmente diferenciados dentro da empresa.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Mas ele tratava das questões institucionais?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Institucionais.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Então, tinha relação partidária, com alguns partidos?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Sim, mas, por exemplo, o Marcelo nunca foi à PETROBRAS, porque, aos olhos da Camargo, não tinha uma relação institucional a ser praticada pelo Marcelo lá dentro da PETROBRAS, e sim comercial e operacional.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sim. Mas tratava com partidos?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Acredito que sim, porque se ele tratava de relação institucional e fazia doação eleitoral, com certeza.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - O senhor não lembra quais eram os partidos?



**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu desconheço. Não é questão de lembrar ou não: eu desconheço.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - As outras, os 13 milhões do Renato Duque.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - No que tange aos 13 milhões, de novo, nós éramos cobrados pelos operadores e pelos... Quando aparecia alguém além do operador, era quem pudesse influenciar-nos a pagar. Por isso que, ao término, apareceram o Duque e o Paulo Roberto vindo fazer cobrança. Eu não sabia qual era o destino. Eu não sabia se era para ele, para o partido ou para o que fosse. Eu sabia que, daquele pactuado com a Camargo Corrêa de 1% sobre o valor contratado e faturado contra a PETROBRAS, na data de saída desses diretores, existia um saldo, e este saldo ficou de ser pago através daqueles intermediários. E isso veio cobrado, tanto que, no caso dele, não foram pagos os 13 milhões, como no caso do Paulo Roberto, em que a dívida era um pouco inferior, eram 10 ou 12 milhões, e também foram pagos só 3 milhões, porque, como eu falei, estávamos sem saber qual seria o desdobramento daquilo. Com relação à ineficiência, se ela era proposital, é difícil eu lhe afirmar. Eu acho que, como estratégia, deveria ser uma estratégia muito maléfica para chegar a esse ponto. Então, a princípio, eu acredito que era muito mais a velocidade que preocupava do que ser ineficiente, era um momento de alto investimento do País, cujo objetivo era dar celeridade e velocidade às contratações e tudo mais. Sobre a necessidade de pagamento de propinas, como eu falei aqui no início, eu não questionei, eu entrei para exercer uma função e exerci a minha função.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Continuando com os pagamentos de propinas? O senhor no início colocou isso, que o senhor só deu continuidade.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - De novo, não me isento de culpa, não adianta... Eu estou pagando pena, gente, eu estou sob regime de prisão.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - E Vitória, o prédio de Vitória?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Com relação a Vitória, ele também está sob sigilo, por causa do tipo de envolvimento que existe. Então, eu não posso lhe dar maiores detalhes, faz parte, eu tenho um termo de delação sobre...



**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - O Coser, o ex-Prefeito, o senhor tinha relação com ele?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não, não.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Conhece ele?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não. Até, nesse caso específico, a única coisa que eu posso lhe falar — eu acho que não tem problema —, é: eu trago informações ao processo, mas não foram informações por nós conduzidas. Nós estávamos ali num consórcio e nós éramos liderados e não líderes.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Por último, a RNEST, Hugo Chávez.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Com relação à RNEST, contribuições para fora, Hugo Chávez, na Camargo, durante o período em que eu estive lá, não houve essa discussão — não houve essa discussão. O que tinha, sim, era uma discussão técnica muito grande sobre: *“Vai ter o trem de produção do óleo venezuelano e o trem de produção do óleo brasileiro ou não vai ter?”* Essa era a discussão, era muito mais no conteúdo técnico do que no conteúdo político.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Muito obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Dando segmento, o próximo inscrito é o Deputado Antonio Imbassahy.

V.Exa. tem a palavra durante 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputados e Deputadas, sinceramente, eu vejo aqui o depoente, o Sr. Eduardo Leite, consciente dos delitos que cometeu e também muito disposto a colaborar, até porque já teria prestado mais de 50 horas de depoimentos junto a delegados da Polícia Federal e ao Ministério Público Federal.

Vi aqui também que, em todas as perguntas feitas, as respostas foram objetivas e diretas, traduzindo, assim, muita sinceridade e conteúdo.

Eu queria, dentro desse contexto, Sr. Eduardo, fazer referência a um depoimento do Paulo Roberto Costa, também em delação premiada, quando ele fala, aspas: *“Em relação a outros órgãos, eu tinha mencionado — o Paulo Roberto — anteriormente, na minha delação, que isso também ocorria em outros órgãos”*. E agora, recentemente, olhando as delações e o que já saiu na imprensa do Eduardo



Leite, Diretor da Camargo Corrêa, e do Dalton Avancini, Presidente da Camargo Corrêa, eles confirmam que isso também ocorreu em Belo Monte e em Angra 3.

A pergunta que eu faço a V.Sa. é se V.Sa. confirma que esquema semelhante a esse da PETROBRAS, montado na PETROBRAS, teria ocorrido também na construção da hidrelétrica de Belo Monte e da Usina de Angra 3.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Infelizmente, isso faz parte da delação do Dr. Dalton Avancini, está sob investigação, e ele foi até impedido de trazer essa informação à Comissão. Então, eu também tenho a mesma questão. Então, eu sinto muito.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Não, eu respeito a posição do senhor, até porque cumpre a orientação do Juiz Sérgio Moro, mas V.Sa. fez também considerações sobre a questão...

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não, não, até porque...

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Não fez?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - ... a minha consideração... os ilícitos que eram de meu conhecimento eram todos relativos à PETROBRAS, tanto que a minha delação, ela é muito completa nesse sentido.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Perfeito. Mas, mesmo na posição que V.Sa. tinha na alta direção da Camargo Corrêa, evidentemente conversava, dialogava, participava de conversações com outros dirigentes, em momento nenhum teria escutado algo sobre operações em outros segmentos da infraestrutura brasileira?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Para lhe dar uma explicação bem clara: eu fui alçado a ser Vice-Presidente do meio para o final de 2011. Por que isso ocorreu? Por uma grande transformação que se pretendia fazer — administrativa e funcional — na empresa. Então, quando nós assumimos, nós primeiro tivemos que fazer transformações, para, depois, tomar pé das situações. Então, assim, o que eu posso lhe falar é que não deu tempo hábil, tanto que é por isso que eu continuei, como Vice-Presidente, a ter informações sobre o que aconteceu na PETROBRAS. E continuei participando, porque não deu tempo hábil de haver uma reestruturação e a passada de bastão para novas áreas. Então, não houve uma interação total daquilo que estava acontecendo. Por isso é que o Dr. Dalton, que tem ciência e relata não



só o que aconteceu, mas as pessoas da Camargo envolvidas no que aconteceu ou no setor elétrico ou em outros setores... E eu infelizmente não tenho nada além de PETROBRAS para comentar. *(Riso.)*

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Eventualmente V.Sa. poderia admitir que isso poderia ter ocorrido em outros setores, evidentemente. Mas respeito a sua posição...

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Obrigado.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - ... e dou como encerradas as minhas perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Carlos Andrade, V.Exa. tem até 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Sr. Presidente, Deputado Hugo Motta; Sr. Relator, Deputado Luiz Sérgio; Sras. e Srs. Deputados; Sr. Eduardo, gostaria de fazer quatro perguntas bem objetivamente, e o senhor pode até anotá-las para poder responder a elas.

O que levou o senhor a tomar a decisão de fazer um acordo de delação premiada na Lava-Jato? Qual foi o fator e qual foi o fato?

A segunda pergunta é: quando o Deputado Waldir lhe perguntou se o Presidente da Camargo Corrêa tinha conhecimento desse pagamento de propinas, o senhor afirmou que sim. Ele lhe fez a mesma pergunta: se o Presidente da PETROBRAS tinha conhecimento, o senhor disse que não sabia, mas esboçou um sorriso e, logo em seguida, deu uma gargalhada. O que o senhor quis dizer com isso?

No início da sua fala, o senhor falou que o senhor havia sido alçado ao cargo de Vice-Presidente e que, se fosse outra pessoa, talvez não tivesse tomado uma decisão diferente da decisão que o senhor tomou, porque o senhor passaria... Todo esse processo veio junto. Mas a sua decisão de estar envolvido nesse processo coube unicamente ao senhor. O senhor poderia estar ou não estar, não é verdade?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - É verdade.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - O senhor poderia escolher estar Vice-Presidente, como o senhor poderia estar dando sequência àquele processo. É isso mesmo?



**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Perfeito.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Então, o senhor poderia nem falar por uma outra pessoa; o senhor mesmo poderia dizer que foi uma escolha sua: *“Eu escolhi estar Vice-Presidente e escolhi estar envolvido nesse processo de pagamento de propina”*. Verdade?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - É verdade.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Quando o senhor foi... As suas dificuldades, esse processo todo só veio à tona para o senhor quando se deu início à Operação Lava-Jato. A minha pergunta é: até então, o senhor não tinha a dimensão do que estava acontecendo nesse envolvimento, nesse pagamento de propina para empresas, sendo tirado da PETROBRAS, até porque, quando a Camargo Corrêa recebia esses dividendos, recebia esses pagamentos, era propriamente para fazer o repasse para partidos, para políticos, para empregados da PETROBRAS, para o senhor mesmo, né? A minha pergunta é: por que o senhor mencionou que só evidenciou isso quando do início da Operação Lava-Jato?

Essas seriam as perguntas.

Muito obrigado.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Com relação ao acordo de colaboração, é um pouco do que eu já falei. Isso passa na minha cabeça desde o momento em que apareceu a Operação. E é uma decisão que não depende exclusivamente de mim, é uma decisão que depende da empresa, porque, no primeiro momento, a hora em que aparece a Operação eu me enxergo... Eu até fiz um comentário no passado — é uma pergunta que o senhor me faz, a última, com relação a... —, eu até falei: eu não me via cometendo um crime, porque eu me via fazendo parte de algo que já existia, que era funcional. Então, a gente achava que o criminoso estava do outro lado do balcão e que nós estávamos só dando sustentação a alguma coisa que já funcionava dessa forma.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Mas ilícito e ilegal.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Ilícito e ilegal. Por isso que eu lhe falo...

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - O senhor tem filhos?



**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu tenho. *(O orador se emociona. Choro.)* A delação é um processo decisório individual, e eu tomei e eu fiz com muita consciência e precisão. E por isso que a minha colaboração é... Como é que eu posso dizer? É espontânea, não tenham dúvida disso, e consistente, não tenham dúvida disso, porque é uma decisão que eu tomei muito forte e venho cumprindo. Com relação à gargalhada que o senhor comentou, não foi gargalhada, assim como prefiro...

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Pareceu um tom de deboche.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não, não. Desculpe, desculpe. Assim como eu prefiro que isso também não seja um choro, porque é nesses dois momentos que eu crio prejuízo de imagem à minha família. *(O orador se emociona. Choro.)*

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Eu imagino.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Então, isso não me é agradável. E com relação ao por que só após a existência da Operação, é porque o volume das coisas era... o volume, a rapidez, o tamanho dos contratos, a dimensão das decisões, o momento decisório era enorme, envolvia muitas e muitas pessoas. Numa obra, a obra da RNEST, a Camargo chegou a ter 4.500 pessoas. O *site* da RNEST chegou a ter 45 mil pessoas trabalhando.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - O senhor imagina quantas pessoas ficaram desempregadas?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - O senhor não tenha dúvida, o senhor não tenha dúvida.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - O senhor consegue dormir com isso?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não, embora isso seja partilhado. Mas vamos lá. Então, eu acho que atendi a todos, eu acho que só vale a pena sempre deixar claro: essa questão da delação, ela é um processo decisório individual, é do indivíduo, e eu tomei e mais do que... não é uma boa decisão jurídica, é uma boa decisão pessoal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento aos demais membros inscritos, Deputado Efraim Filho. *(Pausa.)* Ausente.



Deputado João Carlos Bacelar. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado João Gualberto. V.Exa. tem até 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Eduardo Leite, eu percebi agora que o senhor se emocionou quando falou o nome de seus filhos. O Deputado Imbassahy falou da sua intenção de colaborar, de ter respondido, mas eu acho que a resposta do senhor não está completa.

Eu começo por uma — eu acho que quatro Deputados perguntaram — a respeito de quem lhe apresentou Vaccari, o senhor disse que não se lembra. O senhor disse também que, em determinado momento, na época, o senhor não conhecia ele, ele não era tão importante para o contexto. Mas logo depois, é até normal ser apresentado por alguém, essa pessoa você nunca ouviu falar, mas, mais na frente, quando a pessoa fica famosa, você relembra: “*Poxa, quem me apresentou Fulano foi Sicrano*”. Isso é normal.

Então, eu tenho certeza de que o senhor sabe quem lhe apresentou o Vaccari. Desculpe-me a franqueza. Eu tenho certeza. E se o senhor quiser colaborar, de fato, o senhor poderá falar isso. Talvez pense que isso não tenha importância, mas tem. Se o senhor quiser colaborar, pode falar.

Outra coisa, o senhor chorou quando falou do seu filho, repetindo. O senhor não sabe o que é pobreza. Eu fui Prefeito do Município de Mata de São João. O senhor não sabe quanto o povo brasileiro sofre por causa de vocês, de governo corrupto, de empresário corrupto, corrupto e corruptor. O povo sofre demais! É muito pouco o choro do senhor para o sofrimento daquele povo, que não tem hospital de madrugada, que não tem saúde de qualidade, que não tem educação, que não tem perspectiva para seus filhos. Isso é tudo fruto da corrupção. Pode entender isso, pode entender isso.

Então, esse choro do senhor... o senhor tem que ajudar mais, colaborar para acabar esta corrupção! Não é possível o Brasil continuar deste jeito!

Como o tempo está acabando, é importante que o senhor diga: o senhor tinha reunião com o Vaccari? O senhor tinha reunião com os coleguinhas que falavam de corrupção, com os seus intermediários, que eram os operadores? Não é verdade isso?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Sim.



**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - Quem o senhor acha — e não é possível que isto nunca foi falado — que era o chefe da quadrilha? De um lado, tinha os diretores e gerentes da PETROBRAS; tinha vocês, os construtores; tinha os operadores no meio, mas tinha que ter um chefe! Quem fazia a estratégia disso tudo? Vocês nunca conversaram sobre isso? E os presidentes da PETROBRAS, os dois, no seu período passado, esses não estão envolvidos?

Seria importante o senhor falar, porque o presidente da PETROBRAS esteve aqui, um baiano, e ele mostra que não participou de nada. Então, era muito importante, porque aí, sim, haveria a interligação com ele, com o ex-Presidente e a Presidente Dilma, que era Presidente do Conselho. Isso seria importante.

Então, se o senhor quiser colaborar, se o senhor não quiser ver pai chorando porque não tem alimento para seus filhos, colabore! Faça isso agora.

Muito obrigado.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Deputado, eu gostaria, sem dúvida nenhuma, de poder dar essa informação se eu tivesse, até porque a colaboração é um processo em que você é avaliado, com o maior nível de contribuição que você possa dar. E o senhor não tenha dúvida, eu entrei para fazer o acordo de colaboração, com o objetivo de dar a maior contribuição possível, para poder enfrentar o que eu estou enfrentando. Então, assim, infelizmente, eu não tenho, entendeu? Gostaria de ter, mas eu não tenho.

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - Não acredito que o senhor esteja falando a verdade. Não acredito. Desculpe-me, mas não acredito. Todas essas conversas, com tanto dinheiro envolvido, e o senhor não tem uma ideia?! Dê uma ideia! Não é certeza, não! Ninguém aqui está fazendo delação premiada, o senhor está fazendo depoimento numa CPI. O senhor não tem uma ideia sobre isso? Todo o mundo tem medo de falar quem era o chefe. O senhor acha que tinha um chefe acima de vocês?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu não sei lhe informar.

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - O senhor não sabe informar se tinha um chefe.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não sei lhe informar.



**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - Então, me desculpe, o senhor não quer colaborar. Eu acho que esse choro que o senhor teve tem que se repetir mais vezes, tem que se repetir mais vezes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento aos demais membros inscritos, tem a palavra o Deputado Lelo Coimbra, do PMDB do Espírito Santo, por até 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA** - Sr. Eduardo, o senhor foi o primeiro depoente aqui que usou a expressão “a liga” — “a liga”. Quando o Deputado Celso Pansera perguntou ao senhor se o cartel continuava se reunindo, o senhor, por um ato falho, seguramente, usou a expressão “a liga”. Era assim que o cartel se qualificava? Eu pelo menos ouvi. Posso ter ouvido errado, mas eu ouvi essa expressão.

Eu queria, em primeiro lugar, fazer uma pergunta, que eu sei qual é a resposta, mas eu queria que o senhor me respondesse novamente. Essa pergunta foi feita a um outro depoente, na sessão anterior, mas como foi feita por um Parlamentar que não é do meu Estado, e depois eu fui usar a palavra, já havia sido feita e eu não a fiz, mas isso foi usado na baixa qualidade da política para dizer que eu do Estado não fiz e alguém de outro Estado fez, que é: o senhor pode ou não pode falar sobre a obra da sede da PETROBRAS no Município de Vitória? Se não pode, por que não pode? E se pode, eu gostaria de reiterar as perguntas da Deputada que me antecedeu. Essa é uma pergunta.

Outra pergunta dentro dessa questão que vai ser a base das minhas outras colocações: a obra de Vitória estava prevista em 98 milhões inicialmente e ela virou 580 milhões. Pode uma obra dessas virar desse tamanho? Isso é superfaturamento? O que houve aí nesse meio?

E eu faço essa pergunta pelas outras questões. É muito comum aqui dentro, nesses depoimentos, vir reiteradamente o tema: a empresa dá a propina do lucro que ela recebe ou a empresa dá a propina de um *plus* que ela ganha no seu recurso? Nós sabemos, e isso já foi dito em vários, em outros momentos, que quando uma empresa... Como o senhor citou, a Camargo não botou proposta onde a Odebrecht botou porque sabia que a Odebrecht ia ganhar aquela obra. Isso se chama organização de mercado no ambiente empresarial. Para fazer isso, significa



que uma empresa cobriu a outra num lugar, com um preço maior, e a outra empresa cobriu a de cá, com um preço maior, porque sabiam que, no acordo, uma ganha de cá e outra ganha de lá. Isso se chama cobertura de mercado. Quando isso acontece, a planilha vem cheia. Não é uma planilha de concorrência, é uma planilha que vai no topo, no topo do cabelo. Então, esse é o dinheiro que fica dentro, planilhado a maior, no teto, no topo da planilha, que faz parte desse processo de propina? É a segunda pergunta que eu queria fazer para o senhor.

A terceira envolve a mesma questão. Quando Graça Foster aqui esteve, ela dizia que isso também é comum, que isso também aconteceu na INFRAERO. É por isso que nós temos uma crise de vários aeroportos pendurados. É que os projetos foram malfeitos. No caso da INFRAERO, havia a discussão de que foram feitas várias licitações com projetos básicos. Na hora em que foram para o mundo real da obra civil, os projetos básicos não valeram nada, mas estavam licitados com um preço "x". Os projetos eram mal elaborados.

Na mesma linha das duas perguntas anteriores, um projeto mal elaborado, o que permite ser tratado dentro dele, via vários aditivos, via vários replanilhamentos, para que essa propina... Aí já nem é mais pela cobertura na hora da licitação, já é pelo procedimento de sobrepreços a cada momento, para que nos aditamentos possam crescer faturas e remunerações, que aí sim vão além do preço planilhado e para outros perfis.

Eu queria que o senhor, como administrador, como gerente que foi desses contratos, como distribuidor da propina, pudesse nos dar essa qualificação de como se compunham, à luz do que eu estou falando, do que eu estou perguntando, esses processos de formatação de preços e planilhas.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - No que tange à questão de Vitória, efetivamente, eu não posso passar maiores informações, porque ela é ainda objeto de investigação. Essa relação da precificação e do aditivo e do projeto, as três coisas andam juntas, não é? É inevitável que um mau projeto será mal precificado para contratar e para executar, e, conseqüentemente, aditivos existirão. O aditivo, na verdade, é uma modificação daquilo que foi pactuado ao contratar-se, não é? Eu acho que a existência de aditivo é passível. O meu sonho técnico é ver as empresas com os seus clientes, no futuro, especificando: olha, tivemos... Como aconteceu em



contratos privados, em alguns casos que a gente teve, a gente chega para discutir: temos um custo novo não é para mim, não é para o cliente, é para o empreendimento. O empreendimento custa tanto a mais porque é um custo novo. Vamos discutir como é que a gente vai equacionar isso, não é? Esse é o melhor dos mundos, mas eu acho que, para isso, nós precisamos melhorar no início, que é no processo de contratação. Eu acho que o senhor está correto nas suas colocações. Eu já falei aqui que um bom processo de contratação, ele evita acordo de mercado, acerto de mercado, mau entendimento do que tem que ser contratado, precificação inadequada. Ele evita uma série de coisas. Então, começa-se por aí. No segundo momento é muito importante a função de ter uma mudança cultural empresarial e da parte pública e da parte de todos os entes envolvidos, para que a gente consiga ter uma evolução, que eu acho que é fundamental. Essa evolução é fundamental para a gente alcançar os nossos objetivos de melhoria. É muito importante, com relação em nível de entendimento, quem é que tem informação ou não do que pode está acontecendo, seja no nível gerencial, seja no nível executivo mais alto de uma empresa. Tem muito a ver com como é que o fluxo de decisão daquela empresa está estruturado. Na PETROBRAS — eu vivi na PETROBRAS aí final de 2009, 2010 e 2011 — ativamente 3 anos. Ela viveu três modelos diferentes. Teve hora que isso estava delegado nas estruturas; teve hora que isso estava centralizado, não é? E foram mudanças estruturais que a empresa fez. Temos que ter um monitoramento muito forte. A gente faz isso na área privada, da área administrativa, de como essa organização atua administrativamente, para aí a gente ter a melhor decisão. Eu volto a repetir: clientes privados, Vale do Rio Doce e outros, eles têm estrutura... Quando ele monta uma área para fazer um projeto é um negócio muito interessante de se aprender, porque o projeto é uma empresa. Ele tem preocupações de uma empresa, e isso é salutar. Em uma empresa o cara não erra orçamento. Não erra porque ele é remunerado por resultado que tem que mostrar que ele fez uma boa gestão daquela empresa. Então, tem um balanço, a obra tem um balanço contábil. Então, isso é muito interessante. Eu acho que a gente tem mecanismos muito importantes a serem utilizados, até voltando na questão do douto Relator aqui, para serem utilizados. Eu acho que temos de agir contábil, administrativa e tecnicamente, para termos projetos melhores e investimentos melhores neste País.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Lelo Coimbra.

O próximo inscrito é o Deputado Jorge Solla. (*Pausa.*) Ausente.

Por fim, o último inscrito, Deputado Félix Mendonça Júnior, que tem a palavra pelo tempo de 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Sr. Presidente, eu estava inscrito para falar. Eu queria pedir vênias a V.Exa. para, depois do próximo orador, fazer as minhas perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k. Registramos, então, que o Deputado Félix será o penúltimo e V.Exa. encerra.

**O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR** - Sr. Eduardo, eu gostaria de saber do senhor, primeiro, se a empresa já está fazendo acordo de leniência.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu desconheço.

**O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR** - Desconhece, não é? Outra coisa, ainda falando só sobre as empresas: quais as empresas que participavam mais ativamente desse processo e como outras empresas eram impedidas de participar disso, das concorrências, da distribuição das obras?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu, também, assim... O meu nível de conhecimento... Eu acho que é facilmente obtido hoje, dentro da PETROBRAS, o volume de contrato que ela tem em vigor com cada uma das empresas. Eu diria...

**O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR** - Eu gostaria de ouvir do senhor quais as empresas que participavam, que o senhor tem conhecimento.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - A impressão que eu tenho hoje em termos de mercado é que você tem Odebrecht e UTC com um volume mais amplo de contratos e outras — Camargo, Andrade, OAS — com volumes menores de contrato, sendo que a Camargo teve concentração de contratos de valores mais significativos. É difícil estabelecer um critério, mas, volto a repetir, o cliente PETROBRAS, ele foi um cliente para o mercado inteiro, pelo volume de investimentos que a PETROBRAS fez nesse período.

**O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR** - Mas existia um grupo que comandava, um grupo de empresas que comandava as grandes obras.



**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu escuto falar sobre o tema. Volto a falar: não participei efetivamente dessas pactuações. Sei que elas houve, tive informações claras, mas eu não participei. Eu posso fazer uma ilação, mas eu não acho que seja...

**O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR** - Então, o senhor nunca ouviu falar qual era a empresa que liderava e, dentro dessa empresa, quem era o que a gente poderia chamar de o “Al Capone”.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Ah, é difícil. Eu tenho dificuldade em fazer essa identificação.

**O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR** - O ex-Vice-Presidente da Camargo Corrêa, Sr. Eduardo Leite, disse que a UTC e Odebrecht também pagavam propina, como o senhor falou.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - É verdade.

**O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR** - E que inclusive haveria um depósito da Odebrecht de 30 milhões em uma conta secreta em nome do Sr. Paulo Roberto Costa. Está em *O Estado de S. Paulo* isso aí. Então, a Odebrecht vem dizendo que isso é devido a uma briga, devido a uma desavença comercial, a um retorno... Isso seria devido a uma briga. A Camargo estaria instruída a bater na Odebrecht devido a uma briga entre as empresas. Como o senhor considera isso?

*(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)*

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu não enxergo essa, essa... Eu posso falar muito bem por mim. Eu, eu, eu que fiz essa citação de que as outras empresas, pontualmente... Numa vez, o Ricardo Pessoa, e um executivo da Odebrecht, fez um comentário de desconforto com relação ao pagamento de propinas, porque isso ocorreu de fato.

**O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR** - Como foi esse comentário?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Numa vez, num encontro que eu tive com o Ricardo Pessoa, ele virou pra mim e reclamou. Ele falou: *“Puxa, esse volume de coisas que a gente tem que pagar pro volume de contrato que nós temos é absurdo!”* Essa foi a frase.



**O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR** - Foi só a UTC ou a Odebrecht também?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não. A Odebrecht também fez a mesma reclamação.

**O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR** - O senhor se lembra de quem era o representante da Odebrecht?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Márcio Faria, também reclamando da mesma situação.

**O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR** - De que pagava também propina?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - De que pagava e que isso era de um desconforto absurdo. Ponto. Não foi uma conversa elaborada. Estávamos discutindo outros temas, até por que... Quais eram os temas que nós estávamos discutindo? Quando eu estive com a UTC, eu estava discutindo, porque nós estávamos fazendo um consórcio pra uma obra fora da PETROBRAS, e com a Odebrecht a gente estava discutindo um consórcio que nós tínhamos já de contrato dentro da PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR** - Está bom.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Para encerrar, tem a palavra o Deputado Delegado Waldir, por até 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Obrigado, Sr. Presidente. Eu já tinha feito algumas colocações iniciais, vou ser bastante breve e bem objetivo.

Eu gostaria de saber se naquele evento em que houve o aniversário da sua filha, além do Sr. Vaccari, mais algum outro membro dessa organização criminosa esteve no evento, algum outro diretor da PETROBRAS, algum político; se, além do Sr. Vaccari, o senhor convidou mais alguém.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - O Sr. Júlio Camargo eu acho que esteve presente. De novo, conceitualmente, é uma festa de 15 anos, onde é um conceito: você apresenta sua filha à sociedade que o circunda.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Certo.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu tive cerca de 250 adolescentes...



**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Algum político?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Ninguém?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Lula e Dilma não receberam convite?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não! (*Riso.*)

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Não. O.k.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não tem... Não, não, não.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Não. O senhor se arrepende de ter levado essas pessoas que pediram propina ao senhor para perto da sua família, para dentro da sua casa, para sua residência?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Não. Pra um evento social, não, porque não, não, não foi feita uma diferença, não é? Eu acho que o meu principal lamento — eu volto a repetir aquilo que eu falei — foi não, não, não ter feito uma outra escolha.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - O.k. A última pergunta que eu vou fazer ao senhor. O senhor conviveu algum tempo com os outros empreiteiros lá em Curitiba, no presídio. Vocês estiveram 24 horas juntos, conviveram péssimos momentos — eu ia dizer bons momentos —, conviveram péssimos momentos; houve momentos de choro, houve momentos de conversa. Inclusive, o Ricardo Pessoa saiu, fez delação premiada. Então, vocês tiveram muitos momentos. Nesses momentos que vocês estiveram juntos, foi conversado a respeito de: *“Vocês vão ficar presos, mas o líder dessa organização criminosa não está aqui conosco!”* Houve esse momento de frustração, de não ter uma pessoa que realmente tivesse feito, comandado essa organização. O senhor acha, pelo conhecimento que o senhor tem, pelas delações premiadas que estão para vir, o senhor acha que a Polícia Federal, o Ministério Público e o Dr. Sérgio Moro vão chegar ao líder dessa organização criminosa, pelas informações que foram passadas pelos delatores? A sociedade brasileira, o cidadão brasileiro está assistindo ao senhor neste momento pela *TV Câmara* e pelos vários canais de TV que estão aqui. Eles vão chegar e



mostrar à sociedade brasileira quem é o líder dessa quadrilha, quem organizou a maior roubalheira da história deste País?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - No que tange ao, ao, ao período preso em Curitiba, eu diria que as relações que prevaleceram lá foram relações de pessoas, porque ali era um momento muito agudo pra cada uma das pessoas que estavam lá: passamos um Natal, passamos um Ano-Novo. Então, o grande debate que se teve lá não foi o que estava acontecendo na Operação Lava-Jato, foi o que estava acontecendo pra cada um dos indivíduos, um suporte coletivo, não é? Cada dia tinha um que tinha seu destempero, seu momento. Então, esse é o principal. No que tange ao trabalho que está sendo feito na Operação Lava-Jato, seja pelo Ministério Público Federal, seja pela Polícia Federal, seja pelo Juiz Sérgio Moro e seja por esta própria CPI, eu acredito piamente que nós vamos chegar a alguns momentos diferenciados num ponto futuro, fruto de tudo isso que está ocorrendo. Acho que é inevitável que isso seja alcançado. Independentemente de responsabilizações, elas vão acontecer, eu estou sendo penalizado, sou um exemplo disso. Com certeza, isso me leva a crer que a Justiça rapidamente atingirá todos aqueles que têm que ser atingidos. Acredito... Hoje eu estou num processo que eu posso falar para o senhor: eu acredito na Justiça brasileira, porque eu estou sofrendo com ela.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Eduardo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Atendendo ao mesmo critério, o Deputado João Carlos Bacelar também estava inscrito, nós abrimos uma exceção para V.Exa., teremos que dar o mesmo tratamento ao Deputado.

V.Exa. tem 3 até minutos.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Sr. Presidente, Deputado Hugo Motta, Sr. Relator, Deputado Luiz Sérgio, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Eduardo Leite, a construtora Camargo Corrêa eu acredito que seja uma das maiores construtoras do Brasil e do mundo. Eu, quando estudei engenharia, eram orgulho, na Escola Politécnica, as lições do Sr. Sebastião Camargo, como também eram orgulho as lições do Sr. Norberto Odebrecht. Eu acho que isso, para todo engenheiro da década de 90, ficou cravado. Eu tive oportunidade de ler alguns



artigos do Sr. Sebastião Camargo e aquilo me dava instrumento para meu futuro profissional, antes de me tornar político.

Vi aqui, quando V.Sa. falou sobre orçamentação, que o erro da orçamentação fazia com que ocorresse o que está acontecendo no Brasil. O Brasil acho que ficou muitos anos sem uma carteira de projetos, principalmente no setor de óleo e gás, no setor de infraestrutura. Com o crescimento do País nos últimos 15 anos, nos últimos 12 anos, isso fez com que o volume de obras fosse muito grande.

Então, eu queria perguntar a V.Sa.: qual o aprendizado disso tudo? O que V.Sa. tem a dizer pra Nação, para esta CPI e para o setor de infraestrutura? Qual o aprendizado que V.Sa. e a empresa de que V.Sa. participou têm a dizer perante tudo isso que aconteceu no País, que está acontecendo e que vai transformar o processo de contratação, o processo de infraestrutura, que está carente hoje?

Eu acredito que a infraestrutura brasileira está na UTI, ou seja, está agonizando, sem apoio do sistema financeiro, sem apoio das instituições, criminalizada. É uma atividade que tanto fez pelo País, construiu Brasília, fez grandes obras, grandes hidroelétricas. A empresa de V.Sa. fez grandes hidroelétricas, e está na situação constrangedora como esta.

Então, para finalizar, eu queria perguntar aqui qual é o aprendizado que V.Sa. tem a dizer perante tudo isso que aconteceu nesta CPI.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Sem dúvida nenhuma, até pela sua colocação e pela sua formação, precisamos investir na engenharia, seja na formação de engenheiros, seja na elaboração de projetos. Isso é fundamental. Precisamos avançar nas estruturas administrativas e gerenciais deste País. Nós temos que ter... Se nós queremos ter um futuro melhor, nós temos que ter estruturas gerenciais e operacionais melhores neste País, isso seja na área privada, como na área pública. Eu acho que os dois lados têm avanços. É importante reconhecerem que tem a necessidade hoje de criar esse avanço. Eu acho que isso é fundamental. Por isso que eu volto a falar o que eu já tinha comentado antes: estamos passando por um momento em que o reconhecimento é inevitável, falta agora traçar a caminhada para um futuro melhor.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Não se constrói, Sr. Presidente, uma empresa do porte da Camargo Corrêa, do porte dessas outras



empresas grandes envolvidas nesse processo aqui no Brasil com 5, 10 anos. Uma empresa dessas, para maturar, para criar um corpo técnico, para criar uma capacidade gerencial, uma capacidade administrativa, uma capacidade financeira, demora no mínimo 30, 40 anos de vida, de aprendizado para a Nação.

Eu sei que o grupo de V.Sa. tem outros grandes empreendimentos. Hoje a construtora representa muito pouco perante a *holding*. E, mais ainda, se for analisar, pelos balanços e pelos dados contábeis da empresa, a parte pública representa muito pouco, representava muito pouco em relação ao faturamento. Isso deve estar dando à família do Sr. Sebastião Camargo uma tristeza muito grande, até porque o nome Camargo Corrêa está envolvido diretamente, o sobrenome dele e da família dele, dos filhos e dos herdeiros dele.

E vi também aqui, Sr. Eduardo, uma coisa um pouco constrangedora, que foi a relação profissional, quando um colega aqui acusou V.Sa. de ter feito um mercado paralelo, perante uma empresa de grande porte, com um salário de 85 mil reais mais bonificações. Também queria aqui que V.Sa. dissesse para a CPI o que tem a dizer sobre isso, porque isso, no mercado profissional, além do constrangimento, fica pior ainda. E sei que a família de V.Sa. deve estar sofrendo muito com essa situação.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Na questão da empresa, não dá para atuar sem as empresas existentes. Mas elas vão ter que passar por uma mudança, que eu acho que está sendo provocada, volto a repetir, pelo momento, pela CPI, pela Justiça. Então, assim, eu não imagino o futuro sem essas empresas, mas eu imagino com essas empresas tendo outras atitudes. Então, eu acho que disso, com relação ao futuro, não tenho dúvida. E com relação à minha questão, como eu já havia comentado aqui anteriormente, é... Não é um aprendizado, não é? Eu estou com 50 anos. Com 50 anos, não é que a gente não aprenda mais nada, mas o formato da aprendizagem é diferente. Eu acho que eu estou passando por uma reestruturação pessoal, que eu não sei qual é o Eduardo que eu vou ter daqui a 1 mês, daqui a 2 meses. Eu não sei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exas.

O Relator quer fazer mais algum adendo, para que a gente possa encerrar este depoimento e dar início aos demais. Temos ainda mais dois depoimentos na tarde de hoje.



**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Aqui nesta CPI se repetiu muito, ou algumas vezes, a fala do Paulo Roberto Costa de que não tem almoço grátis. Aí eu queria apenas, como Relator, entender uma questão. Em 2010, a Camargo Corrêa doou 4 milhões e 500 mil reais ao PT, não foi almoço grátis, mas doou 5 milhões e 450 mil reais ao PSDB e 4 milhões de reais ao PSB. No caso do PSDB e do PSB, foi almoço grátis? Ela absorveu esse prejuízo? Qual é o juízo de valor que V.Sa., como vice-presidente da empresa, teria a comentar sobre essa questão?

A outra pergunta: o Barusco disse que começou a receber recursos a partir de 1997, mas que ele recebia sozinho e não doava para ninguém... Quer dizer, o processo de que V.Sa. participou tinha partido, tinha doleiro, tinha políticos, tinha empresários. No caso dele, que nem diretor era, era um cargo intermediário, ele disse que pedia e as pessoas davam. Ele não podia nem ajudar nem atrapalhar, porque estava num cargo intermediário. V.Sa. acredita que isso seja possível? E no caso da pergunta anterior, as outras doações possivelmente foram almoço grátis?

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - De novo, com relação à doação eleitoral, isso era cuidado pela área institucional da Camargo Corrêa, com uma vice-presidência. O Sr. Marcelo Bisordi que tratava do tema. O único evento de que eu participei, eu já o relatei aqui na Comissão. Então, assim, infelizmente eu não tenho como colaborar.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Com relação ao que o Barusco executou antes, eu também não consigo fazer juízo de valor, porque, volto a repetir, eu não conheço a estrutura que ele viveu lá nos idos de 2000, não é? Mas me assustam só os montantes e os valores que foram atingidos.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Não assusta só V.Sa. Assusta ele ter conseguido esse montante sozinho, só para ele. Mas é a vida.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Encerradas as inscrições, os Deputados inscritos, volto a palavra ao Sr. Eduardo para que ele possa fazer as considerações finais, seus agradecimentos, e a gente possa seguir o nosso trabalho.

**O SR. EDUARDO HERMELINO LEITE** - Eu agradeço a todos e espero ter colaborado com... Eu espero estar saindo com o intuito que eu declarei no início: ter



colaborado de uma forma clara e transparente para que os objetivos desta CPI sejam atingidos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradecemos a colaboração de V.Sa. É sempre muito importante quando o depoente responde aos questionamentos. V.Sa. está liberado.

Dando segmento, já convido para tomar assento à mesa o Sr. João Ricardo Auler. *(Pausa.)*

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Presidente, só uma informação, enquanto o depoente chega: já há previsão para a próxima reunião ordinária deliberativa?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Nós temos pauta marcada até o dia 9. Então, provavelmente, depois do dia 9 deveremos fazer a deliberativa.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Enquanto o depoente é trazido para o plenário, eu gostaria de dizer que nós marcamos o depoimento do Sr. Julio Faerman para o dia 03 de junho. Alguns Deputados me procuraram porque, na semana do dia 03 de junho, a Câmara funcionará apenas na segunda e na terça. A quarta seria, na verdade, um dia em que os Parlamentares estariam voltando para os seus Estados. Então, se for de comum acordo e da vontade de V.Exas., nós poderemos marcar esse depoimento para a outra semana, se assim for da vontade dos senhores. Eu, diligentemente, marquei para o dia 03, porque era o dia mais próximo que não tínhamos agenda. Então, se for de comum acordo dos Parlamentares, eu posso colocar o depoimento do Sr. Julio Faerman para o próprio dia 9 e os do dia 9, para o dia 10, porque são depoimentos da Sub-Relatoria do Deputado Altineu, que ele pode tranquilamente tocar na quarta-feira. Se for de comum acordo, eu remarco para o dia 08 o Sr. Julio Faerman. Há acordo?

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Eu acho que é importante reagendar, Presidente, porque é um depoimento muito importante e nesse dia quase não vamos ter quórum aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Então, nós estamos reagendando: no dia 9, terça-feira, será o Sr. Júlio Faerman; o Depoimento do dia 03



fica adiado para o dia 09; e os que estavam marcados para o dia 09 passam para o dia 10. Como há acordo, vamos...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Dia 03 não terá nenhum depoente porque os Parlamentares estarão voltando para os seus Estados, e eu acredito que é um depoimento importante. Quanto mais Parlamentares puderem estar aqui, melhor e mais produtivo para a nossa CPI.

Sr. João Ricardo Auler, advirto que V.Sa. será ouvido na qualidade de investigado, tendo em vista não só o teor dos requerimentos aprovados como também a decisão do Juízo da 13ª Vara Federal do Paraná, sendo-lhe garantidos todos os direitos constitucionais inerentes a sua condição, inclusive o de permanecer em silêncio e ser assistido pelo seu defensor constituído.

Entretanto, informo a V.Sa. que a sua colaboração para elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

Darei a palavra a V.Sa. pelos 20 minutos iniciais para suas saudações.

Antes, leio aqui a procuração assinada por V.Sa. outorgando o Sr. Celso Sanchez Vilardi, OAB/SP nº 120.797. Mas o advogado que o acompanha aqui é o Sr. Luciano Quintanilha de Almeida, OAB/SP nº 186.825, com procuração entregue à Secretaria da CPI.

V.Sa. tem a palavra para as saudações iniciais por até 20 minutos.

**O SR. JOÃO RICARDO AULER** - Sr. Presidente, boa tarde; boa tarde a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Se V.Exa. puder falar um pouco mais alto... Eu peço ao serviço de som que melhore o som.

**O SR. JOÃO RICARDO AULER** - Sr. Presidente, boa tarde; boa tarde a todos. Eu gostaria de dizer para o senhor que, conforme orientação dos meus advogados, eu vou ficar em silêncio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Relator.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. João Ricardo Auler, V.Sa. tem a decisão de ficar em silêncio diante de todas as perguntas ou, dependendo da pergunta, responderá a alguma delas? Essa é uma posição de, dependendo do



questionamento, o senhor responder ou já é uma decisão fechada de não responder a nenhum deles?

**O SR. JOÃO RICARDO AULER** - Na qualidade de investigado, eu não vou responder a nenhuma pergunta.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Presidente, mantendo a linha de coerência do outro empresário que esteve aqui, Almada, da Engevix, como o propósito da CPI é acrescentar e esclarecer e como neste depoimento nós vamos estar fazendo discursos sem nenhuma contribuição, o meu entendimento é que deveríamos dispensá-lo e chamar o outro depoente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu quero, mais uma vez, fazer um apelo a V.Sa.: se V.Sa. se dispõe a contribuir, V.Sa. deseja que tornemos a reunião secreta? Porque nós precisamos da colaboração de V.Sa. Então, mais uma vez eu indago: V.Sa. usará o direito de ficar calado em todos os questionamentos ou nós podemos aqui fazer ou tomar alguma medida para que V.Sa. possa contribuir com os nossos trabalhos ou essa decisão está tomada em virtude de orientação da sua defesa?

**O SR. JOÃO RICARDO AULER** - Essa decisão está tomada em virtude da orientação da minha defesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - V.Sa. está dispensado.

**O SR. JOÃO RICARDO AULER** - Obrigado.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Sr. Presidente, pela ordem. Eu acho que a gente tem que manter um critério aqui, como foi adotado nas outras oitivas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - O critério é o mesmo mantido nas outras oitivas. Eu não posso ter um procedimento em uma reunião e ter outro em outra.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Mas nós tivemos reuniões anteriores em que as pessoas ficaram em silêncio, como Renato Duque, como ex-Deputados, que ficaram em silêncio e foram arguidos. Eu acho que nós teremos uma decisão aqui que vai acabar maculando o trabalho desta CPI, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Aluisio Mendes...

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Peço a sua consideração para que aqueles que tiverem interesse em fazer perguntas ao Sr. João Ricardo façam as



perguntas. Ele tem o direito de não responder e nós temos de fazer. Corre o risco de esta CPI ficar maculada no seu trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu já respondi a esse questionamento. Eu tive esse procedimento com o Sr. Gerson Almada na semana passada. Como eu adotei esse procedimento, eu não posso ter outro. Por que eu iria liberar o Sr. Gerson Almada e não liberar os outros depoentes?

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Mas, Presidente, anteriormente o senhor teve outro procedimento. Isso deveria ter sido acordado com os integrantes da CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Essa é uma decisão que cabe ao Presidente tomar, e eu estou aqui exercendo a minha autoridade.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Mas eu tenho o direito de questionar e de dizer a V.Exa. que eu não concordo...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu estou respondendo aos questionamentos...

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - ... e que a gente vai recorrer dessa decisão de V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Acato o repúdio. V.Exa. tem direito a recorrer ao Presidente da Casa.

**(Não identificado)** - Vamos chamar o próximo depoente.

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Sr. Presidente, só 1 minuto, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Leo de Brito.

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Primeiro, o Partido dos Trabalhadores quer apoiar a decisão de V.Exa.

A título de encaminhamento, Deputado, eu sugiro que os Deputados que gostariam de ter feito as perguntas ao depoente que as encaminhem à Taquigrafia. Eu acho que, nesse caso, constarão, pela Taquigrafia, as perguntas que seriam feitas e que o depoente permaneceu em silêncio. Eu acho que aí se contemplariam as duas coisas. Quero parabenizar V.Exa. pela coerência e dizer que nós apoiamos sua decisão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Essa já é uma praxe adotada por nós quanto a todas as perguntas que poderiam ser feitas, para que constem em



ata as perguntas dos Deputados. Encaminhem à Secretaria, e nós faremos constar em ata as perguntas dos Parlamentares.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Presidente, em nome do PMDB, eu encaminharei os nossos questionamentos do partido também à Taquigrafia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. será atendido, na forma regimental.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Presidente, eu quero encaminhar as perguntas, mas também quero lamentar a decisão que V.Exa. tomou.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Valmir Prascidelli.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Sr. Presidente, só para registrar também que, como Sub-Relator, quero parabenizar V.Exa. por esse procedimento e encaminhar as perguntas à Taquigrafia, para que sejam registradas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. será atendido nos termos regimentais.

Convido o Sr. José Aldemário Pinheiro Filho a tomar assento à mesa.  
(Pausa.)

Sr. José Aldemário Pinheiro Filho, advirto que V.Sa. será ouvido na qualidade de investigado, tendo em vista não só o teor dos requerimentos aprovados como também a decisão do Juízo da 13ª Vara Federal do Paraná, sendo-lhe garantidos todos os direitos constitucionais inerentes à sua condição, inclusive o de permanecer em silêncio e ser assistido pelo seu defensor constituído.

Entretanto, reforço, informo a V.Sa. que a sua colaboração para a elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

Tenho em mãos uma procuração em que o Sr. José Aldemário Pinheiro Filho outorga e assina poderes para os advogados Roberto Lopes Telhada, OAB/SP nº 24.509, Edward Rocha de Carvalho, OAB/PR nº 35.212, Juliano Breda, OAB/PR 25.717, e Bruno Menezes Brasil, OAB/SP nº 199.522.

V.Sa. tem a palavra por até 20 minutos para fazer as saudações iniciais.



**O SR. JOSÉ ALDEMÁRIO PINHEIRO FILHO** - Boa tarde a todos. Sr. Presidente, comunico respeitosamente a V.Exa. que ficarei em silêncio, seguindo a orientação dos meus advogados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Sr. Relator, Deputado Luiz Sérgio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. não responderá a nenhuma pergunta ou, dependendo da pergunta, tem essa disposição? Se tomarmos a decisão de transformar esta reunião em reunião fechada, V.Sa. estaria disposto a falar, a contribuir, ou essa é uma decisão já acertada com os advogados, que será irreversível em relação a essa oitiva?

**O SR. JOSÉ ALDEMÁRIO PINHEIRO FILHO** - Excelência, esta foi uma decisão tomada em conjunto por mim e por meus advogados: permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Presidente, na mesma linha de coerência, como o depoente não vai responder a nenhuma pergunta e não acrescentará nada, eu solicito, da mesma forma, que o depoente seja dispensado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Mais uma vez, reforçando o interesse da CPI em colher os depoimentos e o direito que V.Sa. tem é constitucional, indago se, dentro da nossa autoridade, podemos fazer alguma coisa para que o senhor possa contribuir. Em havendo essa disposição, nós também nos disporemos, naquilo que for regimental, a fazer tudo que estiver ao alcance para que possa contribuir com os nossos trabalhos. Então, indago a V.Sa. se essa decisão está tomada ou se, em havendo essa disposição nossa de tornar esta reunião em reunião secreta ou tomar alguma medida que venha a fazer com que o senhor responda aos questionamentos parlamentares, V.Sa. pode rever essa decisão.

**O SR. JOSÉ ALDEMÁRIO PINHEIRO FILHO** - Excelência, essa é uma decisão tomada junto com os advogados, e eu permaneceria com a tese nossa inicial de permanecer em silêncio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - O procedimento que estamos adotando é o de liberar os senhores que optam por ficar em silêncio. Portanto, V.Sa. está liberado.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente, pela ordem...



**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Sr. Presidente, eu queria fazer uma questão de ordem. Eu queria manter...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu darei a palavra à Deputada Eliziane Gama e, em seguida, a V.Exa.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente, considerando a postura de V.Exa. de liberação dos convocados que não queiram falar, indago a V.Exa. como ficarão os trabalhos da CPI. Na verdade, se nós tivermos esta prática continuada, nós teremos uma obstrução dos trabalhos da Comissão. Imaginem só: se os próximos 20 convocados decidirem não falar, e todos terão esse direito, nós também perderemos o direito de questionar e teremos simplesmente reuniões esvaziadas. Eu queria inclusive discutir sobre outra forma de trabalhar, considerando a posição que V.Exa. tem colocado, que é irreversível.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu já expliquei a V.Exa. a minha posição na outra reunião. É uma posição que eu tomei visando ao bom andamento dos trabalhos. Eu não posso aqui, Deputada Eliziane Gama, com o respeito que tenho por V.Exa., sabendo que quer contribuir com as investigações, neste momento, nós temos 1 mês para encerrar a CPI...

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deixe-me concluir a resposta...

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Eu também queria concluir o meu raciocínio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Então V.Exa. conclua. Eu aguardo.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Então, vamos lá. Eu queria apenas tratar da questão daqueles que ainda não fizeram a delação premiada. Vai ser muito natural daqueles que estão pelo menos na expectativa de fazerem delação premiada não falarem aqui, recorrendo a um direito constitucional. Então, eu queria pedir o empenho de V.Exa. para nós agilizarmos, por exemplo, a aprovação das quebras, porque as quebras dos sigilos fiscais, telefônicos, bancários e telemáticos são até muito mais importantes do que os depoimentos de fato, porque alguns vêm para cá e acabam sem falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Sem dúvida.



**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Então, eu queria pedir encarecidamente a V.Exa. que a gente tentasse pautar. E V.Exa. tem a prerrogativa de colocar esse pleito na Ordem do Dia...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Nós vamos pautar.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - ...para que a gente venha a aprovar essas quebras, porque, aí sim, Presidente, vai agilizar os trabalhos da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu me comprometo com V.Exa. a pautar essas quebras.

Eu quero aqui deixar claro que, quanto a esses cidadãos que estiveram aqui, os que fizeram delação têm por obrigação falar; os que não fizeram passaram 6 meses presos em Curitiba e não falaram. Essas pessoas não vão contribuir. Essa é uma coisa lógica. Só não enxerga isso quem não quer. Essa é uma verdade que está à nossa frente, e a nossa lei permite isso. Eu estou satisfeito com isso? Não. Eu queria que essas pessoas contribuíssem? Sim. Agora, eu não vou ficar aqui 7 horas ou 8 horas não é porque eu tenho preguiça de trabalhar, já fiquei 10, 12 horas e ficaria 20 horas ou 30 horas sem problemas. Nós estamos aqui para trabalhar.

Agora, eu acho que é inócuo, é improdutivo, não contribui em nada. Se a gente trava a pauta com isso... Imaginemos que nós temos três depoentes hoje, sendo que o primeiro começou às 10 horas da manhã e acabou às 14 horas. Tivemos 4 horas de depoimento. Agora ficaremos aqui, se todos fossem falar novamente, mais ou menos 2 ou 3 horas, mesmo eles ficando em silêncio. Portanto, somando mais 2 ou 3 horas do outro. Nós não iríamos conseguir produzir aqui. Por mais que as pessoas façam perguntas interessantes ou inteligentes, o cidadão iria dizer: *"Não, eu vou ficar em silêncio"*.

Então, o que quero aqui é dar produtividade. Eu entendo os anseios dos Parlamentares, eu estou aqui entristecido também, mas eu não vou pautar a minha atuação enquanto Presidente por essas críticas que não contribuem com a investigação. Eu estou aqui para defender a investigação, eu não estou aqui para defender teatro, eu não estou aqui para defender algo que não contribui.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Todos nós, Presidente. A gente também não está aqui para defender teatro. Todos nós estamos tomando uma decisão conjunta, Presidente.



*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu quero que a investigação seja aprofundada. É isso o que eu quero. Agora, se o cidadão ficou 6 meses preso e não falou, ele vai falar se passar 2 horas aqui? O que a CPI vai ganhar com isso? Nada. É uma decisão tomada racionalmente. Racionalmente! A política não pode ser feita com falsas bravatas. O Brasil não quer mais isso; o Brasil não quer mais que as pessoas possam ir a um parlatório, esticar o dedo e falar de todo mundo, quando na verdade o País precisa de medidas que possam combater a corrupção. É isso que esta CPI vai fazer, é para isso que estamos trabalhando.

Nós vamos ouvir aqui quem quer que seja. Quando começamos nossos trabalhos, muito se falou que empreiteiro não viria. E quem está vindo hoje aqui? Então, esta é uma CPI séria. Agora, eu não posso aqui, todas as vezes que tivermos situações tristes como esta, passar por críticas de colegas meus que sabem, no seu íntimo, que isso não vai contribuir com nada. Isso muito me entristece. E esta é uma decisão que está tomada. Eu não recuarei. É uma decisão que tomei racionalmente e que vou manter, porque acredito que é boa para a nossa investigação.

O Deputado Aluisio Mendes está com a palavra.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Sr. Presidente, é só uma questão simples de procedimento. V.Exa. iniciou muito bem os trabalhos e continua conduzindo com maestria as reuniões, ouvindo inclusive aqueles que mantiveram o silêncio aqui. Eu acho que em muitas situações, mesmo no silêncio, eles contribuíram, porque em alguns momentos responderam a algumas perguntas. Nós tínhamos adotado esse critério aqui, que eu acho extremamente positivo. Aqui ninguém quer fazer proselitismo político. Nós queremos ter oportunidade de ouvir todos, mesmo aqueles que desejam permanecer em silêncio. Todos que chegaram aqui, sentaram e disseram que iriam permanecer em silêncio, em algum momento falaram alguma coisa. Todos, sem exceção!

Então, a única questão que nós colocamos, diferentemente do que V.Exa. entende, é que o depoimento demorou 4 horas porque ele quis colaborar. Agora, quando o depoente não quer colaborar, é muito mais rápido. Mas nós temos o direito de perguntar, porque pode ser que em algum momento a pessoa resolva falar.



Minha preocupação, Presidente, que é a mesma de V.Exa., é que possa parecer para a opinião pública que há uma grande organização aqui no sentido de poupar os empreiteiros. Sei que não é o interesse de V.Exa., tenho certeza disso. Mas é o que pode transparecer, porque antes de os empreiteiros sentarem-se aqui diante da CPI, ouvimos inclusive aqueles que permaneceram em silêncio. Agora, quando a gente passa a ouvir os empreiteiros, o direito deles de ficar em silêncio obscura o direito do Parlamentar de fazer as suas perguntas.

É esta a minha preocupação: que o nosso trabalho aqui não seja maculado. E eu sei, tenho certeza e convicção de que não é o interesse de V.Exa. Nós temos observado isso. Portanto, peço a V.Exa. mais uma vez que reveja esse critério, para que nós possamos ter a oportunidade. Pode ser que algum deles, em algum momento, resolva falar. Só podemos saber disso no decorrer da oitiva. Eu, com a experiência policial, e o Delegado Waldir sabemos que muita gente senta na frente de uma autoridade policial e não fala nada; no decorrer da inquirição começa a falar. Nós queremos ter a oportunidade de tentar extrair dessas pessoas, que são extremamente importantes, algum dado que seja relevante para a CPI. Agora, não nos está sendo dado o direito de nem tentar isso.

É essa a colocação que eu faço a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Presidente, pela ordem.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Sr. Presidente...

**(Não identificado)** - Eu pedi primeiro, Presidente.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Eu já tinha me inscrito aqui, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu darei a palavra a todos.

O Deputado Izalci pediu primeiro, em seguida, os Deputados Leo de Brito, João Bacelar...

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Deputado Celso Pansera aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputados Delegado Waldir, Pansera, Solla e Prascidelli.



**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, com relação a isso, eu me manifestei, na última reunião, mas eu queria primeiro registrar que vou encaminhar para a Taquigrafia as perguntas, tanto do João Ricardo quanto do José Aldemário.

Mas eu queria reforçar o que a Deputada Eliziane disse aqui, no sentido de verificar os requerimentos de solicitação de informações, de quebra de sigilo fiscal, telefônico e tal, para que a gente pudesse trabalhar, independente da oitiva. Eu acho que dá para adiantar bem isso, para que a gente pudesse priorizar essa aprovação desses requerimentos.

Evidentemente, Sr. Presidente, da mesma forma, mantida essa posição de V.Exa., seria interessante que a gente verificasse, antes de convidar para vir aqui, se a pessoa está disposta ou não a falar. Entre as muitas pessoas que estão sendo convocadas, a gente poderia priorizar aquelas que querem contribuir. Então, há muitos requerimentos em aberto. Isso é um apelo que eu faço a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Esse contato sempre é feito pelo Secretário da CPI. E os advogados avisam previamente aqueles que se dispõem a contribuir e os que não se dispõem. Mas eu, mesmo assim, insisto em trazer a pessoa aqui. E faço um apelo: se os que estiveram aqui hoje tivessem dito *“torne a reunião secreta, sem a participação da imprensa, que eu quero contribuir...”* Eu me coloquei aqui em condições de tomar qualquer decisão que esteja dentro da minha alçada, para que eles pudessem contribuir com o nosso trabalho.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Então vamos priorizar quem quer falar, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Isso. E eu concordo quando V.Exa. diz que tem que quebrar sigilo, que tem que avançar. Com isso eu concordo.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - E não chama esses que não querem falar neste primeiro momento.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Presidente, o problema é que tem Deputado que transformou isso aqui em fábrica de requerimento. Isso aqui é um Parlamento, não é delegacia. A gente não vai avançar mais do que a Polícia Federal e o Ministério Público.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Aqui é uma CPI, é uma Comissão Parlamentar de Inquérito, Deputado.



**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Agora, fazem mais de cem requerimentos, querem aprovar 50, aí tumultuam o funcionamento. Se não chama, é porque não quer trabalhar, quer fazer *pizza*. Aí chama, passa por essa situação, e criticam também.

Eu acho que as pessoas, os Deputados, os companheiros aqui têm que ser mais racionais no funcionamento disso. Eu digo isso, Deputada Eliziane, porque a sua bancada protocolou mais de cem requerimentos. Se a gente aprovar todos os seus requerimentos, a gente não anda!

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - A gente anda, Deputado, é o contrário.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Tem que ser mais racional, tem que ter estratégia aqui dentro.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - A maioria é de quebra de sigilos inclusive.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Não dá para fazer disso aqui uma fábrica de requerimento e de crítica o tempo todo, irresponsavelmente.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Presidente, eu quero falar. Ele citou o meu nome, e eu quero direito de resposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu darei a palavra ao Deputado Leo de Brito, que é o próximo inscrito.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Eu quero responder ao que o Deputado...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu darei a V.Exa. em seguida.

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Presidente, mais uma vez, quero apoiar a decisão de V.Exa. registrando algo que eu considero muito importante. V.Exa. tem conduzido o trabalho de maneira magistral. Em nenhum momento, ao longo da CPI, colocou qualquer óbice a quem quer que seja — empresário, operador, diretores da PETROBRAS — de vir aqui prestar seus depoimentos. Eu sei — e também estou ansioso em relação a isso — que todos nós aqui temos uma ansiedade para tirar todas as questões a limpo, doa a quem doer, e que todas as pessoas que vierem aqui possam, de fato, colaborar com as investigações da CPI.



Mas eu reitero o encaminhamento que fiz anteriormente: eu acho que os Deputados, inclusive, que neste momento reclamam devem registrar as perguntas que fizeram. Vamos dar como feitas essas perguntas exatamente para que sejam registradas em ata, conste no relatório final da CPI que as perguntas foram devidamente feitas e que, obviamente, os depoentes ficaram calados.

Aliás, nós não temos prerrogativa nenhuma para obrigar ninguém a falar, porque há um direito constitucional. E, como foi dito pelos próprios depoentes que ficaram em silêncio, de maneira irrestrita — e o Relator perguntou se havia exceções —, eles não vão falar de forma alguma.

Então, acho que esse é o procedimento mais correto, econômico e que dá mais efetividade ao trabalho da nossa CPI.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputada Eliziane, V.Exa. dispõe de 1 minuto para...

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Eu queria falar com o Deputado Pansera...

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Sr. Presidente, eu já tinha me inscrito, por gentileza, pela ordem...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - É porque ela foi citada.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Eu preciso responder, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Ela foi citada.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Primeiramente, eu quero dizer ao Parlamentar, ao nobre Parlamentar, que o PPS não tem fábrica de requerimento. O PPS é um partido que atua...

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Não, senhor! Não, senhor! Nós temos requerimentos suficientes de quebra e de convocações que são necessárias.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Se houve requerimento...

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Se V.Exa. não faz, esse é um problema de V.Exa. e do partido de V.Exa., não do nosso. Portanto, não tente colocar, não tente inverter os papéis aqui. O PPS tem cumprido o seu papel. Aliás,



eu, como representante do meu partido, tenho feito aquilo que é necessário fazer na investigação.

Outra coisa que V.Exa. coloca, que a CPI não pode ser melhor ou menor do que a Polícia Federal e o Ministério Público. Esta Comissão tem instrução e tem força judicial para fazer o seu papel. Se abirmos mão disso, então vamos fechar a CPI. Se não podemos convocar, se não podemos quebrar sigilos, então vamos lá para os outros plenários fazer os demais papéis e onde também temos responsabilidades. Agora, chegar aqui e colocar que a nossa função é embaraçosa, isso não é verdade, Deputado. Ao contrário, nós temos sido diligentes na investigação aqui. Com o que eu não concordo é a gente chamar três aqui que já disseram que não vão falar, e a gente ficar ocupando espaço.

Então, se não vão, vamos trazer e priorizar aqueles que estão dispostos a falar, porque nós temos uma série de requerimentos que já foram aprovados, e os convocados ainda não chegaram até aqui para serem ouvidos. Está aí, na verdade, o nosso questionamento. Se quebrarmos o sigilo fiscal, telefônico e bancário, nós vamos ter informações que são reais. Aliás, alguns depoimentos feitos aqui são mentirosos. A gente não consegue pegar na mentira e pedir, inclusive, ordem de prisão, porque, às vezes, você não tem um documento em mão.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Presidente, me inscreva aí.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Se você tem um documento em mão, você automaticamente consegue, inclusive, fazer pedido aqui de prisão imediata na CPI.

Eu quero dizer a V.Exa. que eu já venho de quatro CPis, no meu Estado, como Deputada Estadual. Presidi Comissões, no meu Estado, e eu sei perfeitamente as prerrogativas de uma Comissão. E é isso o que nós estamos fazendo aqui.

Eu quero dizer ao Presidente desta Comissão e aos demais Parlamentares que eu respeito o papel do Presidente desta Comissão...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Obrigado.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** -... que, aliás, tem sido um grande Presidente nesta Casa. Agora, eu também tenho o direito de divergir...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Sem dúvida.



**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** -...sob pena aqui de ser, simplesmente, conivente com ações com que eu não concordo.

Então, eu queria reafirmar isso, Presidente, mais uma vez, e pedir a V.Exa. que considere o nosso pedido de quebras, o que será extremamente fundamental para os trabalhos desta Comissão.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Já me comprometi com V.Exa.

Com a palavra o Deputado João Carlos Bacelar e, em seguida, o Deputado Delegado Waldir.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Sr. Presidente, Deputado Hugo Motta, Sr. Relator, Deputado Luiz Sérgio, Sras. e Srs. Deputados — e eu quero aqui parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos, Sr. Presidente —, nós temos aqui 108 requerimentos de convocação. Se nós fizermos uma média de 4 horas por requerimento, isso dá 18 dias ininterruptos de sessão de CPI. Então, nós temos que produzir, nós temos que mostrar ao Brasil o desmando da PETROBRAS, agora, não podemos ter aqui depoimento vazio. E temos aqui que respeitar a nossa Carta Magna, que é a Constituição, e o Regimento desta Casa. Então, se o depoente vem até aqui e se reserva o direito de se manter em silêncio, de acordo com a Constituição, nós temos que respeitar a Constituição brasileira. Não é nem o depoente, nós temos que respeitar a Constituição brasileira.

Então, vamos produzir. V.Exa. está correto nas suas ações, junto com o Relator, Deputado Luiz Sérgio.

E também quero dizer aqui que nós não podemos ter bola de cristal para adivinhar quem vai ou quem não vai falar.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - O advogado diz antes.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Mas, Deputada, a gente não sabe. O Presidente, nem o Relator, nem nenhum de nós aqui, nem o Vice-Presidente, nem nenhum de nós Deputados temos condições de ligar antecipadamente, uma semana, 15 dias antes, para saber se o depoente vai falar ou não vai falar. Isso ele, muitas vezes, decide na hora. E esta Comissão tem que ter maturidade suficiente para poder administrar esses problemas.



E V.Exa. tem tido, Sr. Presidente, maturidade. Apesar de ser um jovem Deputado promissor, V.Exa. tem tido maturidade suficiente para poder administrar essas crises, esses conflitos aqui, na CPI.

Então, eu quero parabenizar V.Exa., quero parabenizar o Deputado Luiz Sérgio. E vamos dar celeridade, vamos trazer pessoas, aqui, que venham contribuir para a CPI e também fazer com que se cumpra a Constituição brasileira.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Delegado Waldir.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Sr. Presidente, eu fiquei triste agora há pouco, porque, infelizmente, um colega nosso Deputado disse que aqui não é nenhuma delegacia. Realmente, Sr. Presidente, brasileiros e brasileiras que estão nos assistindo, aqui não é igual delegacia, não. Lá nas delegacias se faz justiça, é local de cidadania, onde vão as pessoas mais carentes da sociedade. E lá, com certeza, nós respeitamos os direitos constitucionais das pessoas. Mas nós as questionamos e colocamos no papel. Nós damos direito à pessoa de falar ou de não falar, mas consignamos as perguntas.

Então, eu só queria deixar claro que delegacia é lugar de cidadania. Algumas pessoas não conhecem delegacia. Eu vivi, ao longo dos meus últimos 24 anos, em delegacias. Foi graças ao meu trabalho em delegacia que estou aqui. Graças ao meu trabalho em delegacia que eu tenho feito questionamento, tenho sido respeitado pelos advogados, pelos indiciados, pelos investigados e pelos Deputados.

Então, delegacia é um local sagrado. Eu acho que quem for falar de delegacia, por favor, antes vá conhecer as pessoas que vivem lá. São trabalhadores, são profissionais categorizados. Então, eu não vou permitir que as pessoas humilhem quem trabalha em delegacia. Eu acho que isso é vergonhoso. Eles têm o mesmo papel que esta Comissão.

Mas V.Exa., que tem conduzido muito bem esta Comissão, tomou uma decisão monocrática, uma decisão que, como mencionou neste momento, é final. Mas V.Exa. é um democrata por natureza e tem demonstrado isso durante a condução desta CPI. Eu acho que, sabiamente, V.Exa. poderia fazer o seguinte...



V.Exa. é o dono do Plenário, né? Mesmo tendo tomado essa decisão... Eu só vou colocar, mesmo que V.Exa. não concorde com as minhas argumentações...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu não sou o dono.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Não, não, V.Exa...

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - É o maestro, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - V.Exa. é o condutor.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - É o maestro.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Então, eu gostaria de fazer algumas propostas aqui, muito rápidas.

Sr. Presidente, V.Exa. é o dono do Plenário.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - É o maestro.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - E eu ouvi aqui várias manifestações, de vários colegas, em vários sentidos. V.Exa. pode fazer uma consulta aos colegas: *“Vocês querem ouvir? Ou não querem?”* V.Exa. vai tomar a decisão e, com o Plenário, pode marcar um outro evento. E, pela maioria, V.Exa. vai ver se querem ouvir ou não querem, referendando essa decisão de V.Exa. ou não. É só uma proposta que eu trago a V.Exa.

Há uma segunda proposta que eu trago. E eu apoio a decisão da nobre colega de fazer 108, 110, 150 requerimentos. Cada um faz a quantidade de requerimentos que queira, para investigar. Cada um tem um perfil. V.Exa. está no cérebro, V.Exa. é a veia principal. Então eu pediria a V.Exa. que desse mais autonomia — assim o Relator o fez, e V.Exa. fez — às Subcomissões. Vamos dividir esta Comissão, para que as Subcomissões ocupem outros plenários aqui, e, dentro do seu interesse, ouçam essas pessoas, e que nós fiquemos aqui, com as veias.

E eu quero dizer, por último, dentro desse olhar democrático de V.Exa., dentro dessa sua postura e vendo que muitas pessoas podem seguir essa linha de não falar mais, que eu acho que a gente pode avançar, então, Sr. Presidente. Eu quero propor aqui, com base naquilo que nós já temos — e eu acho que não serão muitas pessoas que vão contribuir mais —, que V.Exa. dê prioridade então para as acareações.

Eu acho que essas são as ferramentas principais, agora, que toda a imprensa quer, que a sociedade quer, e onde a gente vai poder tirar algumas dúvidas. Quem



já conhece a Lava-Jato conhece; quem não conhece até agora não vai conhecer mais, né? Pela tendência, não vai conhecer mais.

Então, acho que para a gente avançar um pouquinho mais, eu sugiro a V.Exa. que a gente termine a fase dos empreiteiros, venha com as acareações, ou, então, com os agentes políticos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Presidente, uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Aluisio.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Com relação a requerimento, na linha do que a Deputada Eliziane disse, nós temos mais de 6 mil horas de interceptações telefônicas e milhares de interceptações telemáticas que estão à disposição da CPI...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu cobrei hoje, porque nós mandamos, com o pedido de V.Exa. na semana passada, no dia 22, um ofício requerendo a renovação dos policiais federais que estavam cedidos, mas que a Polícia Federal os requisitou de volta porque não tinha condição de pagar as diárias. A Presidência da Casa, atendendo à solicitação...

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Deixe eu só colaborar com V.Exa., numa questão. Eu estou sugerindo, inclusive, o nome de dois policiais especializados em inteligência que são de Brasília, não necessitam de pagamento de diárias. Eu soube dessa questão, então, vou sugerir a V.Exa. e vou encaminhar, porque esses dois profissionais residem em Brasília e virão, sem ônus nenhum, para esta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Sem problema algum. Quanto aos policiais federais que nós já havíamos solicitado, nós renovamos porque eles começaram a trabalhar. Estão trabalhando. Mesmo em São Paulo, eles continuam trabalhando, analisando documentações que foram pedidas, tanto pelo Relator como por este Presidente, e que também estarão à disposição dos demais Parlamentares. E a Presidência da Casa se dispôs, através da Diretoria-Geral, a anuir e pagar as diárias desses oficiais, para que eles possam estar aqui à nossa disposição. Claro



que quanto mais gente para ajudar melhor, porque tem lá um trabalho muito extenso.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - A diferença, Presidente, é que o profissional com esse perfil de que a gente precisa para esses dados é diferente dos que foram requisitados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu irei pegar os nomes que V.Exa. sugeriu e farei a requisição para que eles venham nos ajudar na análise desses áudios.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - O.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Celso Pansera.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Sr. Presidente, só para esclarecer, eu acho o seguinte: em sala de aula, damos aula; no açougue, vendemos carne; na delegacia, investigamos e inquirimos. E, no Parlamento, nós produzimos leis, melhoramos a legislação, fazemos avançar a sociedade. Temos diversos direitos constitucionais que estabelecem inclusive o funcionamento das CPIs, para ajudar nesse processo de investigação e buscar alternativas para colaborar com o avanço da sociedade.

O que nós queremos dizer aqui, sem nenhum demérito para outra função profissional, é que há necessidade de racionalidade no trabalho. Quando não aprovamos o requerimento de determinada pessoa, é porque “o PMDB, os partidos majoritários estão manipulando a CPI”. Quando aprovamos o requerimento e a pessoa vem e não quer falar é porque “o PMDB não quer que as pessoas falem aqui na CPI”. Agora, eu fico imaginando, se o Presidente Hugo Motta chegar aqui e disser: “O Sr. Ricardo Auler não vai falar hoje e, por isso, eu dispensei a vinda dele”. O pau vai pular em cima do Presidente Hugo Motta. Aí, trouxe aqui, insistiu. Não falou? Tem que dispensar. Nós ficamos aqui pressionando o Sr. Renato Duque durante 6 horas. Foram 6 horas fazendo perguntas para ele aqui, e não resolveu, não avançou — não avançou!

E nós temos um conjunto de agendas aqui nesta Casa, nas quais temos que atuar. Temos que fazer parecer de lei, temos que ir às Comissões Permanentes, às Comissões Temáticas. Daqui a pouco, o Plenário vai discutir a reforma política. E



temos um conjunto de preocupações aqui dentro, com o que de fato temos de trabalhar.

Então, o seu encaminhamento está correto e vimos aqui fazer coro, para defender a sua decisão e dizer o seguinte: eu estou protocolando agora mais cinco ou seis requerimentos que têm a ver com a nossa ida a Curitiba, que têm a ver com a questão da lavagem de dinheiro do Youssef. Agora, são requerimentos a partir de demandas e contradições que nós fomos criando aqui dentro e não porque eu li em alguma página de jornal, mas porque foram surgindo as contradições, e nós vamos apresentá-los porque é necessário para avançar o trabalho.

Outra coisa: mesmo que formos até o dia 10 ou 11 de maio sem aprovar nenhum requerimento, temos muito o que fazer. No dia 23 de junho, encerram-se os trabalhos desta CPI, e temos que começar a nos preocupar com a extensão do prazo de funcionamento dela. Por isso chamamos a racionalidade daquilo que, de fato, temos que aprovar, para sabermos até onde vamos avançar, porque a CPI constitucionalmente tem um tempo de vida e, depois disso, nós precisamos aprovar um relatório que contemple minimamente um pouquinho dos anseios da população brasileira. Por isso, dizemos que deve haver racionalidade nisso, para vermos aonde queremos chegar e para chegarmos a algum lugar de fato.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Jorge Solla.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Obrigado, Presidente.

Primeiro, eu gostaria de parabenizá-lo por sua decisão, porque realmente é completamente improdutivo ficarmos aqui por horas a fio, fazendo perguntas a alguém que se nega a falar. Já basta a “calação premiada”, que impede que alguns que vêm aqui falar falem mais do que fizeram na negociação da sua delação premiada.

Eu queria me solidarizar com a sua decisão, reiterar a importância. Mas eu também faria esse registro: não dá para dispensar antes, porque, senão pode haver especulação sobre se foi ou não uma decisão do depoente. Tem que ser feito como V.Exa. está fazendo mesmo: o depoente tem que vir, ser inquirido, e ele deve reiterar que não aceita nem sessão aberta nem sessão fechada, mesmo com todo o apoio.



Permita-me dois registros rápidos, Sr. Presidente. Estou presidindo a Subcomissão da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, voltada para a questão das empresas que estão afetadas em função da Lava-Jato. Nós estivemos visitando, junto com a Comissão de Trabalho, o Estaleiro Enseada do Paraguaçu, na Bahia. Confesso que, por mais informação que eu tivesse, foi muito importante ter ido lá, para verificar *in loco* a tragédia que nós estamos vivendo. Sr. Presidente, são 2,5 bilhões de dólares investidos num dos estaleiros mais modernos do mundo, com tecnologia vinda do Japão, 82% da obra construídos, 7 mil trabalhadores desempregados, e já estava sendo produzido o primeiro navio-sonda. Ontem, tivemos um almoço na FIEB, ao qual o Deputado Antonio Imbassahy também esteve presente, e lá a preocupação com o estaleiro era a tônica.

Então, eu queria pedir que nós pudéssemos também ter um olhar peculiar sobre a questão de como fazer para acelerar as medidas necessárias para que esses investimentos não sejam perdidos, que os empregos sejam assegurados, que a transferência de tecnologia seja preservada.

Também gostaria de comunicar que, infelizmente, apesar de todo o esforço de V.Exa. e do estorço de todos os Parlamentares aqui, o fato de, na semana passada, eu ter citado aqui o registro de denúncias da Operação Castelo de Areia que saíram no *Estadão*, de ter citado uma relação de partidos e nomes que foram envolvidos em escutas, levou um Deputado — cujo nome eu me permito não citar e que não faz inclusive parte desta Comissão — a agredir-me publicamente no meu Estado, em vários veículos de comunicação. A resposta que eu vou dar é entrar com uma ação judicial contra S.Exa. e outra aqui na Câmara por quebra de decoro, porque eu considero que estou aqui na CPI para perguntar aos inquiridos todas as questões que sejam necessárias.

E se alguém se sentiu atacado e é inocente, é só ir a público e dizer: “*Não participei, não tenho envolvimento nisso. O que saiu no Estadão é uma calúnia*”. Esse alguém não pode buscar me atacar e me acusar de coisas que eu nunca fiz, para buscar blindar as acusações existentes.

Então, nós vamos tomar essa medida, Sr. Presidente. E depois vou encaminhar-lhe a cópia para registro nos Anais aqui da CPI.

Obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

E quero dizer que em nenhum momento tomarei a decisão de dispensar depoente por telefone ou por comunicado prévio. Eu não assumirei essa responsabilidade porque sei das implicações que poderia haver diante da minha conduta.

Então, o depoente que optar por ficar calado terá que vir dizer aqui que vai ficar calado. Ele não precisa dizer isso a mim. Eu nem falo com o depoente, ele é intimado pela Secretaria. Eu só encontro com ele na hora em que estou aqui, nesta posição de Presidente. E todos os meus atos são totalmente transparentes e vão continuar a sê-lo pelo bom funcionamento dos trabalhos.

Deputado Valmir Prascidelli, V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Sr. Presidente, quero ir só nessa linha da necessidade de os depoentes virem aqui. Acho que fica registrado e mostra que esta CPI e, em especial, V.Exa. querem apurar.

Hoje, com a tecnologia avançada, além da *TV Câmara* e das demais redes de televisão, dos jornais, revistas e etc., temos a Internet. O que precisa ficar claro é que os Deputados desta Comissão não têm apenas o trabalho aqui, de inquirição da CPI. Há um conjunto de documentos, como já foi dito aqui, que precisam ser analisados e estudados. Há um conjunto de questões sobre as quais todos nós precisamos fazer as nossas avaliações, para que possamos chegar, inclusive aqui na inquirição, com conteúdo para conseguir as informações daquelas pessoas que vêm aqui prestar os seus depoimentos. Então, o trabalho não é feito só aqui.

E como já disse o Deputado Celso Pansera, além da CPI, há um conjunto de outras necessidades de atuação dos Parlamentares que precisamos levar em consideração.

Há um registro que sempre é preciso ser feito: esta CPI, assim como as demais CPIs do Parlamento, além de ter o trabalho de fazer a investigação, é composta por Parlamentares que representam posições políticas, que representam partidos políticos. Então, é natural que os Parlamentares, em função das suas visões políticas, das suas representações políticas e das suas origens nos Estados e Municípios, queiram levar a investigação para determinado lado ou não, queiram



apurar mais algumas questões relacionadas a algum tema e não a outro. Isso é natural, faz parte da lógica de Parlamento.

Nós precisamos levar em consideração isso, mas seguir o rito da apuração, seguir o rito do objeto e seguir o rito do bom andamento dos trabalhos. V.Exa. tem tentado fazer isso. E acho que todos nós precisamos colaborar nesse sentido. Parabéns!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Para encerrar, concedo a palavra ao Deputado Luiz Sérgio. Em seguida, falará o Deputado Edio Lopes.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Presidente, primeiro, o Eduardo Leite, que é empresário, veio e falou. Não dá para chamar quem quiser falar, nós temos que chamar todos. É aqui, de forma pública, transparente, na frente dos Parlamentos, que eles vão afirmar se querem ou não falar, porque, senão, nós criaríamos um clima de desconfiança. Qual é o Parlamentar e membro da CPI que iria entrar em contato com as pessoas, para saber se querem falar ou não? Não cabe a nenhum membro desta CPI, nem ao Presidente nem ao Relator, essa função.

Segundo, na Secretaria, muito material sigiloso e quebras de sigilo feitas em outras CPIs que foram transferidas para esta CPI estão lá à disposição dos membros. Mas há uma decisão do Supremo Tribunal Federal no sentido de que a quebra de sigilo tem que ser bem fundamentada. Então, também não pode ser feito um processo de quebra de sigilo aleatoriamente.

Terceiro, sobre a fala do Deputado Jorge Solla, há um requerimento do Deputado Antonio Imbassahy que eu estou subscrevendo, também sobre uma visita aos estaleiros que estão e estavam construindo as plataformas de petróleo. Como nós visitamos refinarias, eu acho que precisamos dar esse passo e também visitar os estaleiros.

E quarto, Sr. Presidente, eu vou manter o meu posicionamento construído a partir da dinâmica da CPI. Para aqueles que aqui vierem e optarem pelo direito constitucional de ficarem calados, eu vou continuar a defender a dispensa, porque isso não contribui, não soma e não traz nenhum dado novo a nenhum membro da Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, como eu solicitei, V.Exa. fez a dispensa.



Eu quero aqui reafirmar que vou manter a mesma linha de coerência com as outras pessoas que vierem aqui e mantiverem a postura e o direito constitucional de se manterem caladas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Edio Lopes, V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO EDIO LOPES** - Sr. Presidente, eu quero começar uma vez mais manifestando o meu irrestrito apoio à condução dos trabalhos que V.Exa. tem pautado nesta Comissão.

Feito isso, eu quero aqui tomar um pouco da fala do Deputado Jorge Solla, em que S.Exa. informou a esta Comissão o estágio em que está o estaleiro na Bahia, o enorme prejuízo com que o Estado brasileiro certamente estará arcando com paralisação dessas obras.

Eu volto aqui ao mesmo ponto que manifestei na primeira reunião desta Comissão. Eu acho que nós precisamos urgentemente criar, não sei se dentro desta Comissão ou fora dela, um núcleo de trabalho, para procurar salvar o que resta da PETROBRAS. Em termos de apuração, nós estamos apurando, o Ministério Público está apurando, a Polícia Federal está apurando, a imprensa está apurando. Mas quanto a cuidar de salvar os destroços que estão à deriva — porque a PETROBRAS está à deriva —, eu não vejo nenhuma instituição fazê-lo.

Segundo, quanto à questão de o depoente vir aqui e ficar calado, além de ser um direito que a Constituição assegura, nós temos que ter o bom senso e avaliar cada um dos depoentes que vem aqui e assim se comporta. Nós vimos aqui depoentes que passaram 5 ou 6 meses na cadeia, num ambiente hostil, sob intensa pressão psicológica pelo ambiente, pelo estado de coisas, pela família, sendo inquiridos por altos profissionais do mundo da investigação. E esses homens calados ficaram mesmo diante dessa tamanha pressão. Então, não é de se admirar que eles se posicionem no seu constitucional direito de ficar calados. Aqui não seria diferente.

Quanto às delegacias, eis aqui a grande questão, Deputado Delegado Waldir: por que as penitenciárias estão cheias de presos pobres, mas têm poucos ricos? É porque os ricos sabem que têm que ficar calados diante de V.Exa. lá na sua delegacia, e o pobre que chega lá sem um advogado e sem instrução nenhuma, no



primeiro murro que o delegado dá na mesa, confessa o crime e sai dali como réu confesso. Esta é a diferença, o que não é o caso desses senhores. Esses senhores, além de terem conhecimentos suficientes para saber quando devem ficar calados e quando devem falar, já têm 6 meses de reflexão dentro de uma cadeia, têm o aconselhamento dos melhores advogados que o dinheiro pode pagar neste País e têm a experiência de tantos outros que estão na mesma situação. Ou o senhor acha que eles não trocam informações?

Então, aqui é uma questão de bom senso. E o nosso Presidente tem se pautado, acima de qualquer coisa, pelo bom senso.

O Deputado Celso Pansera falou do Renato, que ficou aqui por 6 horas. Nós aqui fazendo perguntas e ele dizendo: “*Não vou responder*”. Nós aqui fazendo perguntas e ele dizendo: “*Não vou responder*”. Será que isso é produtivo ou será que isso é mais um jogo de retórica para a mídia e para o nosso público que está lá fora? A essa interrogação nós temos que responder.

Sr. Presidente, registro aqui, uma vez mais, o meu manifesto apoio a V.Exa. pela condução dos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. Quero agradecer a sempre lúcida intervenção de V.Exa.

Antes de encerrar...

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Sr. Presidente, peço só um minutinho. Serei muito rápido. Quero só lembrar ao Deputado Edio Lopes que hoje o delegado não usa mais a mesa para dar murro não, hoje ele usa a inteligência policial, a escuta telefônica...

**O SR. DEPUTADO EDIO LOPES** - V.Exa. parece que não conhece as nossas delegacias, Sr. Delegado.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Hoje as ferramentas são diferentes. Hoje as ferramentas são diferentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu quero, antes de encerrar os trabalhos, dizer, reforçando a nossa posição, sobre o número de depoimentos em que os depoentes optaram por ficar calados. Alguns vieram a falar ou a responder a alguma pergunta. Mas esses que optaram por colaborar depois de um tempo são a



grande minoria. A grande maioria que chegou até aqui ficou em silêncio o tempo inteiro. Isso foi visto em Curitiba e já foi visto aqui, no plenário da CPI em Brasília.

Outro ponto. Nós temos que ter essa responsabilidade porque precisamos evoluir nos nossos trabalhos. A CPI, a sociedade e a imprensa cobram que as acareações sejam feitas — e elas são inevitáveis. Nós precisamos chegar a esse momento. Nós precisamos evoluir para novas quebras de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático, para que a CPI possa ter mais informações. Nós precisamos analisar as mais de 6 mil horas de HD que estão aí, de gravações e interceptações telefônicas importantíssimas. Nós precisamos cumprir as agendas externas, assim como cumprimos no COMPERJ, como cumprimos na RNEST, como fomos a Londres. Agora um grupo de Deputados vai aos Estados Unidos conversar com a Câmara de Comércio de lá, que está com um processo porque lá existem acionistas da PETROBRAS. Os Deputados irão lá visitar e saber como esse processo anda.

Esta é uma CPI que saiu de dentro do Congresso Nacional, é uma CPI que se esforça para ir para a rua e procurar entender e conhecer o que foi realmente o prejuízo causado à PETROBRAS. Então, nós queremos continuar essas visitas aos estaleiros, acatando aqui a sugestão de Deputados e do Relator. Assim nós podemos, na verdade, conhecer de perto o estrago que foi feito no âmbito da construção dos estaleiros, que são também importantes e alvos da nossa investigação.

Nós vamos continuar nesse foco. Ninguém nos tirará dessa linha de aprofundarmos as investigações. Podermos, na verdade, gastar as nossas energias, porque não sabemos até onde esta CPI pode ir. Eu já fiz o pedido de prorrogação de 60 dias, porque o prazo para ela se encerrar é no próximo dia 25 de junho. Ou seja, nós temos só mais 1 mês de trabalho, o mês de junho. Então, eu pedi mais 60 dias, o que é regimental. E espero que o Presidente da Casa possa acatar o pedido, para que possamos continuar os nossos trabalhos.

Mas eu não posso ficar aqui alimentando depoimentos improdutivos, que não vão contribuir em nada com a nossa investigação. Esse é um posicionamento que eu adotei enquanto Presidente e irei manter, porque nós temos um tempo exíguo para apresentar resultados.



Já faço um esclarecimento aqui, porque existem muitas perguntas sobre o depoimento do Sr. Ricardo Ribeiro Pessoa, que está marcado para o próximo dia 2 de junho. Como ele assinou, segundo a mídia e o próprio Ministério Público, um acordo de delação premiada, nós queremos trazê-lo aqui para que possa contribuir para com a CPI. A sua vinda está sendo pedida não mais ao Juiz Sérgio Moro, e, sim, ao Supremo Tribunal Federal, como ele nos orientou, porque são o Supremo Tribunal Federal e o Ministério Público Federal que detêm, na verdade, as informações sobre a delação do Sr. Ricardo Pessoa. E nós vamos, sim, trazê-lo no dia 2. Se ele chegar até aqui e não puder contribuir, por não ter concluído a sua delação, nós vamos trazê-lo novamente, porque entendemos, já que ele fez a delação, que ele tem muito a contribuir para com os trabalhos da nossa CPI.

Então, àqueles que têm por obrigação falar, não tenham dúvida de que nós vamos cobrar que falem, que respondam, que contribuam para o nosso trabalho. É desta forma, com transparência e com compromisso, que nós vamos continuar tocando os nossos trabalhos.

O Deputado Ivan Valente pede a palavra. Dou a palavra a S.Exa., para que eu possa encerrar os trabalhos.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, eu peço desculpas a V.Exa. e aos Deputados. Mas como há uma fila lá no Plenário, para inscrição para o debate da reforma política, eu fui obrigado a ficar lá como dirigente partidário, para poder encaminhar. Eu queria ter participado desse debate que a CPI fez aqui agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu quero só pedir para V.Exa. não trazer a discussão da reforma política aqui para este Plenário. V.Exa. costuma trazer aqui essa discussão, o que não é objeto da nossa investigação.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não, não vou trazer, Sr. Presidente. *(Riso.)* Eu vou discuti-la lá no Plenário.

É o seguinte: na semana passada, V.Exa. se comprometeu a fazermos uma reunião interna, fechada, para discutir o caso Kroll. E nós estamos com depoimentos amanhã e depoimentos na quinta-feira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - E temos a reforma política.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - E temos a reforma política.



Então, eu queria ver com V.Exa. qual será o momento em que nós vamos nos sentar pra discutir. Inclusive, com relação a esse debate que V.Exa. está acabando de ventilar sobre os depoimentos, eu quero dizer como a vida faz surpresas. V.Exa. viu que, no dia seguinte à dispensa do Sr. Gerson Almada, prenderam o Pascowitch. E agora o Gerson Almada está falando para burro aí, o Gelson Almada está direto na mídia. Ele não quis falar aqui, entende? No entanto, ele está falando direto a partir de fatos novos. Inclusive eu vou pedir a reconvocação do Sr. Gerson Almada — já estou avisando —, porque ele tem o que falar. Ele não quis falar aquele dia aqui. Por isso o debate é complexo mesmo, Sr. Presidente.

Eu acho que nós devemos, sim, no mínimo, estabelecer um procedimento. Mas eu prefiro fazê-lo numa reunião em possamos debater francamente.

Há a questão da Kroll também. Eu quero saber quem são os investigados da Kroll, o que o contrato da Kroll diz exatamente. Os Deputados têm o direito de saber. Nós não somos imunes. Não há aqui iluminados que sabem o que diz o contrato da Kroll, o que ela está fazendo, quem ela está investigando, enquanto os outros Deputados são de segunda categoria. Não há Deputado de segunda categoria aqui.

Então, nós queremos saber. Se existem as delações premiadas e a investigação da Kroll, uma coisa tem a ver com a outra.

E nós queremos fazer esse debate — e tem que ser esta semana. Então, eu peço a V.Exa. que marque essa reunião, inclusive para aprofundarmos esse debate sobre o silêncio dos depoentes que têm vindo aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu me comprometi a marcar e irei cumprir a minha palavra. Faremos essa reunião na quinta-feira, às 11 horas.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Será às 11 horas da manhã, na Secretaria da CPI.

Eu quero dizer, Deputado Ivan Valente, que eu acredito que essa informação da Kroll que V.Exa. traz foi pautada em uma matéria que saiu na *Folha de S.Paulo* do último sábado, tratando de informações divergentes. Acredito que V.Exa. leu a *Folha de S.Paulo* de sábado.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sim, eu li.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Leu. Então, V.Exa. está sendo subsidiado por essa matéria.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu li a matéria. E nós vínhamos tratando disso antes, inclusive.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - O jornalista que escreveu a matéria ligou-me na quinta-feira à noite. Eu disse — e V.Exas. que analisaram o contrato da Kroll sabem — que existe um termo lá assinado por mim, porque isso foi trazido pela empresa antes de o contrato ser firmado, porque eles trabalharam para a empresa Sete Brasil, investigando contratos de seguradoras, sendo que o Sr. Pedro Barusco participou dessas contratações. E o Sr. Pedro Barusco pode ser um dos investigados pela Kroll e por esta CPI.

Esse seria o possível conflito, não encontrado. Por quê? Porque o objetivo da investigação da Kroll na Sete Brasil foi investigar esses contratos e, por consequência, também investigar a conta do Sr. Barusco, coisa que nós também podemos fazer, diante do trabalho a ser realizado aqui nesta CPI.

Então, não havia e não há conflito algum. Ninguém vai conseguir colocar a pecha de que nós estamos aqui divergindo ou escondendo informações. Eu não preciso disso, Deputado Ivan Valente. Eu sou muito transparente.

Imaginemos que amanhã a *Folha de S.Paulo* ou qualquer outro jornal renomado faça uma matéria dando conta de que V.Exa. obriga seus funcionários a doar para a sua eleição. Nós temos a obrigação de acreditar nisso? Acredito que não. Nós temos aqui o dever de esclarecer.

E eu estou, na verdade aqui, esclarecendo, deixando de maneira clara, porque eu não irei admitir nenhum tipo de ilação nem informação divergente, uma vez que não preciso dar informação divergente.

Vamos debater a Kroll, vamos debater todo o procedimento a ser tomado, porque é isso que tenho feito. Eu tenho feito o que nenhum Presidente de CPI fez: sentar com os Líderes, combinar a pauta, fazer um esforço. Foram mais de 320 requerimentos aprovados em apenas quatro reuniões deliberativas.

Então, eu não posso e não deixarei que a pauta da imprensa — que eu respeito e que eu entendo ser importante para divulgar os nossos trabalhos, para criticar, para contribuir — possa ser a verdade absoluta dos nossos trabalhos. Não,



isso nós não iremos admitir. E todas as vezes que a informação for desconhecida, nós vamos aqui esclarecer com muita paciência, com muito respeito e com muita honestidade, mas mantendo a nossa posição firme.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

**DOCUMENTOS ENCAMINHADOS AO DETAQ PARA INCLUSÃO NAS  
NOTAS TAQUIGRÁFICAS A PEDIDO DO PRESIDENTE**

**OITIVA DE JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO  
[LÉO PINHEIRO]**

**26/05/2015**

**Presidente Da Construtora OAS**

**Ele é tido como o empreiteiro mais próximo do ex-presidente Lula**

**A Deputada Eliziane e o Deputado Moses Rodrigues não são autores de requerimento de convocação. Assim, devem se inscrever para efetuar perguntas.**

**PERGUNTAS**

1. **Considerando que o Senhor não fez Acordo para Delação Premiada, como sustentar a sua inocência se os demais delatores contam fatos e fazem provas que podem envolver a OAS?**
2. **Desde quando a sua amizade com o ex-presidente Lula?**
3. **Porque a OAS reformou o Sítio Santa Bárbara, em Atibaia (SP) que apesar de estar em nome de amigo da família, o Brasil inteiro sabe que é do ex-presidente Lula?**
4. **Quanto custou a reforma e quem pagou? O Senhor tem como provar o pagamento da reforma?**
5. **Porque a OAS incorporou o edifício Solaris, no Guarujá, onde Lula tem um apartamento? O Senhor conhece João Vaccari Neto, ex-presidente da Bancoop?**
6. **Qual a razão da OAS ter incorporado o edifício da Bancoop no qual o ex presidente Lula tem apartamento e não ter incorporado os demais para atender aos associados da Bancoop ? Foi mera coincidência?**
7. **O Senhor é amigo de José Carlos Bumlai? Como o senhor o conheceu? Foi por meio do ex- presidente Lula?**
8. **A OAS arrumou emprego para o marido da Rosemary?**
9. **Porque o Senhor não fez acordo de delação premiada?**
10. **Se não está disposto a fazer o acordo de delação premiada por que contou suas “memórias escritas no cárcere” à Revista Veja? Ou o Senhor nega que tenha passado as informações para a Veja?**

**Notícias recentes:** 21 de maio de 2015 \ Economia \ Calado na CPI

Leo da OAS: calado até agora

Leo Pinheiro da OAS **foi orientado a ficar calado em seu depoimento na CPI da Petrobras na semana que vem.** É exatamente a mesma estratégia usada nos interrogatórios na Justiça paranaense.

Por Lauro Jardim Os 23 argumentos do empreiteiro Léo Pinheiro, da OAS.

---

08 Maio 2015. Em petição à Justiça Federal, empresário acusado de corrupção e lavagem de dinheiro **diz que ‘nunca tomou conhecimento do imaginado clube’ das empreiteiras na Petrobrás e frustra quem esperava dele uma delação premiada**

Por Ricardo Brandt, enviado especial a Curitiba, Julia Affonso e Fausto Macedo

Em petição entregue à Justiça Federal, antes de seu interrogatório nesta sexta-feira, 8, o empresário Léo Pinheiro, da empreiteira OAS, acusado de corrupção ativa e lavagem de dinheiro no esquema de propinas na Petrobrás, frustrou investigadores que trabalhavam com a hipótese de que ele poderia fazer revelações importantes para a Operação Lava Jato.

Número 1 da OAS, sob suspeita de ter formado parte do clube das empreiteiras que se apossou de contratos bilionários da estatal petrolífera entre 2003 e 2014, Léo Pinheiro subscreve relatório ao juiz Sérgio Moro, o magistrado da Lava Jato.

São 23 argumentos de Léo Pinheiro, todos na linha de que é inocente, que não conhece, por exemplo, o doleiro Alberto Youssef – peça central da Lava Jato – e que “nunca tomou conhecimento da existência do imaginado ‘clube’”.

VEJA OS 23 ARGUMENTOS DE LÉO PINHEIRO NA ÍNTEGRA

O relato do empreiteiro **indica que ele não pretende fazer delação** premiada – expediente que implicaria necessariamente na confissão de práticas criminosas no âmbito da estatal petrolífera e a citação, reforçada com provas, a outros envolvidos na trama. Nenhum de seus 23 argumentos aponta para esse caminho.

**A investigação da Lava Jato revela que a OAS manteve contratos com empresas de fachada do doleiro Youssef, como a Riqidez, MO Consultoria e RCI – por meio das quais teria fluído dinheiro de propinas do clube das empreiteiras para deputados, senadores, governadores e o porcentual destinados a partidos políticos.**

A investigação também aponta para supostos **repasses da OAS a João Vaccari Neto, então tesoureiro do PT.** Léo Pinheiro foi preso dia 14 de novembro de 2014 pela Operação Juízo Final, sétima fase da Lava Jato que mirou exclusivamente o braço empresarial do esquema de propinas e lavagem de recursos ilícitos.

Na semana passada, o Supremo Tribunal Federal mandou ele e mais oito empreiteiros para prisão domiciliar, **com tornozeleira eletrônica**. À Justiça Federal, Léo Pinheiro, por meio de seus advogados, rechaça todo tipo de conduta ilícita.

“O declarante não participou de qualquer reunião com outros empresários ou agentes públicos para formar cartel ou realizar ajustes, combinação de preços e/ou qualquer medida para restringir o caráter competitivo de obras da Petrobrás ou qualquer outra”, afirma o empreiteiro, na petição subscrita pelos advogados criminalistas Roberto Telhada e Edward Rocha de Carvalho.

O empreiteiro diz que conheceu o ex-diretor de Abastecimento da Petrobrás Paulo Roberto Costa – réu e primeiro delator da Lava Jato – “muito tempo após a contratação da OAS nas obras da RNEST (Abreu e Lima) e da REPAR (Paraná) para tratar de temas relacionados ao pré-sal”.

“Especificamente a estes autos, o declarante não ajustou, prometeu ou ofereceu qualquer vantagem indevida a Paulo Roberto Costa”, afirma.

Mais: “Nunca tratou com ninguém da Petrobrás sobre assuntos relacionados a obras de que a OAS participou. ”

**É categórico: “Jamais ajustou, combinou ou ofereceu qualquer vantagem ou propina a qualquer funcionário público da Petrobrás ou agente político.”**

Afirma: “Todo o patrimônio do declarante foi constituído de maneira lícita no seu exercício profissional por mais de quarenta e cinco anos, sendo efetivamente declarados nos órgãos competentes.”

---

CONGRESSO EM FOCO | 25/04/2015

**Empreiteiro ligado a Lula está próximo de fazer delação premiada, diz Veja.**

Segundo a revista, o ex-presidente da OAS, Léo Pinheiro, fazia parte de um grupo seleto de pessoas que tinham acesso irrestrito ao Palácio do Planalto.

Reportagem da revista Veja desta semana afirma que o engenheiro Léo Pinheiro, ex-presidente da OAS, um dos presos por envolvimento no esquema de corrupção da Operação Lava Jato, estaria disposto a fazer um acordo de delação premiada com a Justiça Federal do Paraná. **Ele é tido como o empreiteiro mais próximo do ex-presidente Lula, segundo a Veja.**

Segundo a publicação, o empreiteiro é amigo pessoal de Lula e teria sido o responsável por realizar algumas obras em propriedades particulares do ex-presidente, como a reforma de um sítio em Atibaia (SP).

Ainda segundo a revista, Pinheiro fazia parte de um grupo seletivo de pessoas que tinham acesso irrestrito ao Palácio do Planalto. “Não passava mais do que duas semanas sem manter contato com o presidente. Eles falavam sobre economia, futebol, pescaria e os rumos do país”, informa a reportagem.

Veja também revela que, com o tempo, essa relação entre Lula e Léo Pinheiro avançou a “ponto de Lula, ainda exercendo a Presidência e depois de deixá-la, recorrer ao amigo para se aconselhar sobre a melhor maneira de enfrentar determinados problemas pessoais”.

<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/os-favores-do-empreiteiro/>

### **Os favores do empreiteiro**

Preso há seis meses, Léo Pinheiro, ex-presidente da OAS, uma das empreiteiras envolvidas no escândalo da Petrobras, **admite pela primeira vez a intenção de fazer acordo de delação premiada.** Seu relato mostra quanto era íntimo de Lula

24/04/2015 às 23:15 - Atualizado em 30/04/2015 às 23:24 Por: Robson Bonin

Segundo Léo Pinheiro, Lula pediu a ele que cuidasse da reforma do “seu” sítio em Atibaia. A propriedade está registrada em nome de um sócio de Fábio Luís da Silva, filho do ex-presidente (Jefferson Coppola/VEJA)

O engenheiro Léo Pinheiro cumpre uma rotina de preso da Operação Lava-Jato que, por suas condições de saúde, é mais dura do que a dos demais empreiteiros em situação semelhante. Preso há seis meses por envolvimento no esquema do petrolão, o ex-presidente da OAS, uma das maiores construtoras do país, obedece às severas regras impostas aos detentos do Complexo Médico-Penal na região metropolitana de Curitiba. Usa o uniforme de preso, duas peças de algodão azul-claras. Tem direito a uma hora de banho de sol por dia, come “quentinhas” na própria cela e usa o chuveiro coletivo. Na cela, divide com outros presos o “boi”, vaso sanitário rente ao piso e sem divisórias. Dez quilos mais magro, Pinheiro tem passado os últimos dias

escrevendo. Um de seus hábitos conhecidos é redigir pequenas resenhas e anexá-las a cada livro lido. As anotações feitas são muito mais realistas e impactantes do que as literárias. Léo Pinheiro passa os dias montando a estrutura do que pode vir a ser seu depoimento de delação premiada à Justiça. Ele foi durante toda a década que passou o responsável pelas relações institucionais da OAS com as principais autoridades de Brasília. Um dos capítulos mais interessantes de seu relato trata justamente de uma relação muito especial - a amizade que o unia ao ex-presidente Lula.

**De todos os empresários presos na Operação Lava-Jato, Léo Pinheiro é o único que se define como simpatizante do PT.** O empreiteiro conheceu Lula ainda nos tempos de sindicalismo, contribuiu para suas primeiras campanhas e **tornou-se um de seus mais íntimos amigos no poder.** Culto, carismático e apreciador de boas bebidas, ele integrava um restrito grupo de pessoas que tinham acesso irrestrito ao Palácio do Planalto e ao Palácio da Alvorada. Era levado ao "chefe", como ele se referia a Lula, sempre que desejava. Não passava mais do que duas semanas sem manter contato com o presidente. Eles falavam sobre economia, futebol, pescaria e os rumos do país. Com o tempo, essa relação evoluiu para o patamar da extrema confiança - a ponto de Lula, ainda exercendo a Presidência e depois de deixá-la, recorrer ao amigo para se aconselhar sobre a melhor maneira de enfrentar determinados problemas pessoais. Como é da natureza do capitalismo de estado brasileiro, as relações amigáveis são ancoradas em interesses mútuos. **Pinheiro se orgulhava de jamais dizer não aos pedidos de Lula.**

Desde que deixou o governo, Lula costuma passar os fins de semana em um amplo sítio em Atibaia, no interior de São Paulo. O imóvel é equipado com piscina, churrasqueira, campo de futebol e tem um lago artificial para pescaria, um dos esportes preferidos do ex-presidente. Fora do poder, é lá que ele recebe os amigos e os políticos mais próximos. **Em 2010, meses antes de terminar o mandato, Lula fez um daqueles pedidos a que Pinheiro tinha prazer em atender. Encomendou ao amigo da construtora uma reforma no sítio.** Segundo conta um interlocutor que visitou Pinheiro na cadeia, esse

pedido está cuidadosamente anotado nas memórias do cárcere que Pinheiro escreve.

Na semana passada, a reportagem de VEJA foi a Atibaia, região de belas montanhas entrecortadas por riachos e vegetação prístina. Fica ali o **Sítio Santa Bárbara, cuja reforma chamou a atenção dos moradores da região. Era começo de 2011 e a intensa atividade nos 150 000 metros quadrados do sítio mudou a rotina da vizinhança. Originalmente, no Sítio Santa Bárbara havia duas casas, piscina e um pequeno lago. Quando a reforma terminou, a propriedade tinha mudado de padrão. As antigas moradias foram reduzidas aos pilares estruturais e completamente refeitas, um pavilhão foi erigido, a piscina foi ampliada e servida de uma área para a churrasqueira.**

**O que mais chamou atenção, além da rapidez dos trabalhos, é que tudo foi feito fora dos padrões convencionais. A reforma durou pouco mais de três meses. Alguns funcionários da obra chegavam de ônibus, ficavam em alojamentos separados e eram proibidos de falar com os operários contratados informalmente na região e orientados a não fazer perguntas. Os operários se revezavam em turnos de dia e de noite, incluindo os fins de semana. Eram pagos em dinheiro. "Ajudei a fazer uma das varandas da casa principal. Me prometeram 800 reais, mas me pagaram 2 000 reais a mais só para garantir que a gente fosse mesmo cumprir o prazo, tudo em dinheiro vivo", diz o servente de pedreiro Cláudio Santos. "Nessa época a gente ganhou dinheiro mesmo. Eu pedi 6 reais por metro cúbico de material transportado. Eles me pagaram o dobro para eu acabar dentro do prazo. Eram 20 000 por vez. Traziam o pacotão, chamavam no canto para ninguém ver, pagavam e iam embora", conta o caminhoneiro Dário de Jesus. Quem fazia os pagamentos? "Só sei que era um engenheiro que esteve na obra do Itaquerão. Vi a foto dele no jornal", recorda-se Dário.**

O arquiteto contratado para coordenar os trabalhos chama-se **Igenes Irigaray Neto**. Ele foi mandado de Dourados (MS) especialmente para tocar o projeto em Atibaia. Irigaray Neto foi encaminhado pelo empresário **José Carlos Bum-**

**lai, que, a exemplo do empreiteiro da OAS, é amigo de Lula, cuida de seus assuntos pessoais e é personagem recorrente de várias histórias mal contadas que envolvem poder e dinheiro durante o governo petista. Bumlai apareceu até no escândalo do petróleo, em que é acusado de ter indicado um dos diretores corruptos da Petrobras.**

Dono de uma loja de decoração, o empresário **Matuzalem Clementoni** conheceu Lula durante o trabalho de decoração do sítio. Matuzalem costuma tomar café com o "patrão", como ele se refere ao ex-presidente. O ex-governador de Mato Grosso do Sul Zeca do PT já até pescou no novo lago. "Eu que ensinei o Lula a pescar. Ele é bom de pesca, mas no sítio dele os peixes são criados para que só ele consiga fisgá-los." Lula encomendou ao amigo da OAS a reforma do sítio, que os amigos e políticos identificam como sendo do ex-presidente. **No cartório da cidade, porém, a escritura de posse está em nome dos empresários Jonas Suassuna e Fernando Bittar - ambos sócios de Fábio Luís da Silva, o Lulinha, filho do ex-presidente. Suassuna e Bittar compraram o sítio em agosto de 2010, quatro meses antes de Lula deixar o cargo. Pagaram 1,5 milhão de reais pela propriedade.** Lulinha mora em um prédio de luxo, localizado numa das áreas mais nobres de São Paulo, cujos apartamentos são avaliados em 6 milhões de reais. O apartamento onde Lulinha mora pertence a Suassuna. Procurados por VEJA, os empresários beneméritos da família Lula da Silva não quiseram se pronunciar.

**Léo Pinheiro fez um segundo favor ao ex-presidente no ramo imobiliário. O empreiteiro conta que, a pedido do ainda presidente Lula, a OAS incorporou prédios inacabados da Cooperativa dos Bancários (Bancoop), entidade ligada ao PT que, em 2006, deu o golpe em 3 000 mutuários em São Paulo.** Durante anos, dezenas de famílias que pagaram fielmente suas mensalidades à Bancoop tiveram seu suado dinheirinho desviado para as campanhas eleitorais do PT. Sem uma mãozinha da OAS, poderia dar cadeia o golpe da Bancoop, um ensaio geral para a roubança generalizada que marcaria mais tarde as gestões petistas. Cadeia para quem? Para João Vaccari Neto,

tesoureiro do PT que, aliás, está preso por envolvimento no escândalo da Petrobras. **Fiel ao amigo Lula, a OAS de Léo Pinheiro concluiu no início do ano o edifício Solaris, da Bancoop, que fica na praia do Guarujá. Por que o Solaris foi concluído, enquanto centenas de outros lesados pela Bancoop esperam em vão pela construção das unidades que compraram? Bem, o fato de Lula e Vaccari terem apartamentos no luxuoso Solaris explica as prioridades da OAS.** Aos amigos, tudo. O triplex de cobertura do ex-presidente no edifício Solaris, do Guarujá, tem 297 metros quadrados e elevador interno. O espaço é suficiente para construir quase cinquenta celas iguais à que hoje serve de residência a Léo Pinheiro na penitenciária em Pinhais.

**Em suas memórias do cárcere, o sócio da OAS anotou um terceiro favor feito a Lula, mas já na condição de ex-presidente. Em 2012, a Polícia Federal desmantelou uma quadrilha que vendia facilidades no governo. No topo da organização apareceu uma figura pouco conhecida. Ex-secretária de sindicato, Rosemary Noronha era chefe do escritório da Presidência da República em São Paulo. Os investigadores descobriram que ela aproximava autoridades de empresários em troca de propinas. A questão é que Rosemary não era uma corrupta qualquer. Amiga íntima de Lula desde os tempos das greves do ABC paulista, Rose era tratada no governo como uma primeira-dama informal. Em viagens internacionais, quando a primeira-dama não podia ir, ela era incluída na comitiva presidencial. Em viagem a Roma, hospedou-se na embaixada brasileira, que lhe reservou o melhor quarto do Palazzo Pamphili, a especialíssima sede da nossa representação diplomática na Itália. Caída em desgraça, e sentindo-se abandonada, Rose ameaçou revelar seus segredos. Léo Pinheiro entrou em cena para ajudar o amigo. "A gente precisa ajudar o Lula nisso", ouviu de um interlocutor. Logo, João Batista de Oliveira, marido de Rosemary, conseguiu um bom emprego. A ex-secretária teve à disposição uma banca de 38 advogados para defendê-la na Justiça. Procurada, Rosemary Noronha disse que não iria falar sobre isso.**

Foi com base no conteúdo das anotações de Léo Pinheiro que VEJA pautou a reportagem que aparece nestas páginas. Foi possível confirmar a maior parte das suspeitas que as anotações do preso levantam. A reportagem fica como registro indelével no caso de Léo Pinheiro, eventualmente beneficiado por um habeas corpus do Supremo Tribunal Federal (STF), sair da cadeia, voltar a ser apenas o amigo de Lula, renegando o que anotou e contou. Diz um dos assessores mais próximos do empreiteiro: **"A única coisa que impediu o Léo até agora de colaborar com a Justiça é a perspectiva de sua libertação, que alguns advogados asseguram que vai ocorrer em breve"**. Em situação semelhante encontra-se Ricardo Pessoa, da UTC, empreiteiro preso, que também deixou escapar pistas dos danos que pode causar a Lula e outros poderosos. Em troca de redução da pena, ele se compromete a revelar o esquema de financiamento de campanhas do PT e de políticos do partido.

Léo Pinheiro e Ricardo Pessoa estão colocados diante de um interessante dilema. Primeiro, se propuserem e for aceita sua delação premiada, eles receberão pena bem menor, como já aconteceu com Paulo Roberto Costa e o doleiro Alberto Youssef (veja a reportagem na pág. 58). **Segundo, se optarem por não fazer a delação premiada, o mais certo é que recebam, em alguns casos, penas dilatadas de algumas dezenas de anos. Ao optar por ser delator, porém, o preso renuncia ao direito de recorrer da pena e tem de começar a cumpri-la imediatamente. Ao optar por não delatar, a pena será altíssima, mas o preso tem direito a recorrer aos tribunais superiores em liberdade e só cumprir a pena quando vier a sentença definitiva, o que pode demorar até oito ou dez anos.** É mais compensador começar a cumprir um ano em regime fechado e depois sair livre, caso do delator Paulo Roberto Costa? Ou não fazer delação, pegar uma pena gigantesca, mas não cumpri-la um único dia até que venha a condenação definitiva. Para um preso com 63 anos de idade e saúde frágil, como é o caso de Léo Pinheiro, talvez seja mais vantajoso pessoalmente esperar um habeas corpus que o tire da prisão preventiva dentro de alguns dias e, depois, seja qual for a sentença recebida, recorrer em liberdade, mesmo que com desonra. Se consultar sua consciência,

porém, Pinheiro poderia optar por contar tudo o que sabe, cumprir um breve período na prisão como delator e deixar às gerações futuras de brasileiros um legado positivo, que ele sonegou à atual.

Com reportagem de Kalleo Coura e Hugo Marques

## **Oitiva Eduardo Hermelino Leite – Vice-Presidente da Camargo Correa**

***Dep. Eliziane: não fala como autora, necessita se inscrever.***

### **HISTÓRICO**

O vice-presidente da construtora Camargo Corrêa, Eduardo Hermelino Leite, admitiu em depoimento ao Ministério Público Federal que a empresa pagou R\$ 110 milhões em propinas para abastecer o esquema de corrupção desvendado na Operação Lava Jato. Leite foi detido em novembro de 2014, na sétima fase da Operação Lava Jato e solto após a Justiça homologar o acordo de delação premiada que ele firmou com as autoridades. Segundo ele, os valores foram pagos entre 2007 e 2012.

No depoimento, prestado durante a delação, ele afirma que do total de propinas, R\$ 63 milhões foram destinados para a área de Serviços da Petrobras, comandada à época por Renato Duque e Pedro Barusco. Na Diretoria de Abastecimento, que era comandada por Paulo Roberto Costa, foram pagos outros R\$ 47 milhões. A quantia, segundo ele, foi desviada de várias obras da Petrobras.

De acordo com Eduardo Leite, o dinheiro para a propina vinha da própria Petrobras, mas não do superfaturamento imediato das obras, no momento da licitação. Ele explicou que o valor era inserido ao final das construções, como um custo extra da Camargo Corrêa, que entrava em contratos aditivos.

A propina, conforme o executivo, era paga com a subcontratação de empresas. Leite disse que essas empresas foram indicadas por Júlio Camargo e pelo doleiro Alberto Youssef. O valor recebido da Petrobras era passado a elas e, posteriormente, terminava com os funcionários da Petrobras.

**1 - O senhor afirmou em sua colaboração com a justiça que conheceu o Deputado José Janene e Paulo Roberto Costa em uma reunião dentro da Camargo Corrêa por intermédio de João Ricardo Auler, à época vice-presidente da empresa. Essa reunião foi para tratar da dívida que a empresa tinha com Janene, Youssef e Paulo Roberto? A Camargo Corrêa tinha por hábito não cumprir esses pagamentos ou havia algum motivo específico para vocês ficarem inadimplentes?**

**2 – Naquele momento, segundo o senhor declarou, a dívida da Camargo Corrêa com Janene e Paulo Roberto estava na casa dos R\$ 25 milhões referentes somente às obras da Repar, no Paraná. O senhor disse também que para repassar o volume “altíssimo” de recursos para eles teriam-se que usar empresas de fachada e contratos falsos para justificar a remessa de tamanha soma de dinheiro. As empresas**

indicadas por Youssef não foram utilizadas por quê? Como funcionava o esquema de superfaturamento de contratos entre a Camargo e sua rede de fornecedores para o repasse de propinas e quais foram os fornecedores que participaram desse esquema?

3 - O senhor disse ainda que foi apresentado a João Vaccari por volta de 2010. Quem o apresentou a Vaccari? Como se deu essa apresentação?

4 – Posteriormente à essa apresentação o senhor e João Vaccari se encontraram em um café em São Paulo. Vaccari entrou no assunto de doações eleitorais e disse que tinha conhecimento, “por meio da área de serviços da Petrobras” que a Camargo estava atrasada com seus compromissos. Vaccari teria proposto a doação oficial de campanha como forma de liquidar as obrigações devidas em valor superior a R\$ 10 milhões. O senhor confirma essa informação? A Camargo se utilizou desse expediente para pagar a dívida? Em caso positivo essas doações foram deduzidas do montante devido?

5 – No decorrer de 2012 Vaccari se encontrou com o senhor e com Marcelo Bisordi, vice-presidente institucional da Camargo Corrêa. Qual foi o tema do encontro? O que ficou decidido na reunião? Qual é o envolvimento de Marcelo Bisordi no esquema?

6 – Segundo o seu depoimento Renato Duque, após sair da Petrobras em 2012, o procurou para cobrar uma dívida de R\$ 13 milhões. A que se referia essa dívida? Quem Renato Duque representava? O senhor repassou ou ordenou ou tem notícia de quem tenha repassado recursos para algum agente político? Quem?

7 – Segundo o senhor diz em seu depoimento “é fácil incluir um ou dois por cento no orçamento de uma obra da Petrobras, pois, os valores são significativos e a má orçamentação da Petrobras praticamente obriga o contrato a ser revisto e aditado”. Pergunto: o senhor acha que esse desleixo da Petrobras é proposital? Caso as obras da Petrobras tivessem um projeto técnico detalhado os preços seriam melhor orçados e os aditivos seriam uma exceção e não uma regra?

8 - O senhor e Dalton Avancini afirmaram que o pagamento de propina era fundamental para o relacionamento com a Petrobras. Esses pagamentos para “manter um bom relacionamento” também existem em outras áreas da administração pública (ministérios, outras empresas estatais ou públicas, fundações, autarquias, etc) ? Quais?

# OITIVA DE JOÃO RICARDO AULER

26/05/2015

Presidente do Conselho de Administração da Camargo Corrêa

**A Deputada Eliziane e o Deputado Moses Rodrigues não são autores de requerimento de convocação. Assim, devem se inscrever para efetuar perguntas.**

**NÃO FEZ ACORDO DE DELAÇÃO PREMIADA**

## PERGUNTAS

1. Consta que a Camargo Corrêa tinha uma espécie de conta-corrente com Alberto Youssef, segundo informação prestada pelo próprio doleiro, que disse ter adiantado dinheiro para a empreiteira em certos casos. Numa conversa gravada pela Polícia Federal, Youssef reclama: "Tô com um pepinão aqui na Camargo que você nem imagina. Cara me deve 12 paus [R\$ 12 milhões], não paga. Pior que diretor é amigo, vice-presidente é amigo".

### Perguntas:

- **O senhor fazia os contatos com o Youssef?**
  - **Quem fazia?**
  - **As propinas aos ex –diretores da Petrobras eram pagas de que forma?**
  - **Em dinheiro? Em depósitos no exterior? Em quais contas?**
  - **Houve um ou vários pedidos de doações para partidos políticos?**
  - **Ou para a campanha de candidatos?**
  - **Quais? Quando?**
  - **Os valores das doações para partidos políticos ou para candidatos eram **DESCONTADOS** do valor da propina?**
2. O grupo do qual a Camargo Correa faz parte alcançou uma receita de R\$ 25,8 bilhões em 2013. Procuradores da Lava Jato acusam a Camargo Corrêa de ter pago cerca **de R\$ 40 milhões em propina** para conseguir contratos como o da construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, e a modernização da refinaria Presidente Vargas, no Paraná. Só esses dois contratos com a Petrobras somam R\$ 7,9 bilhões.

### Perguntas:

- **O Senhor poderia esclarecer quanto foi pago de propina pela Camargo Correa desde 2004 até 2014 no âmbito da Petrobras?**
- **Segundo o delator Eduardo Hermelino Leite, ex-Vice-Presidente da Camargo Corrêa, a Camargo Corrêa pagou R\$ 110 milhões em propinas para abastecer o esquema de corrupção. Do total, R\$ 63 milhões foram destinados para a área de Serviços da Petrobras, comandada à época por Renato Duque e Pedro Barusco, e outros R\$ 47**

milhões foram para a Diretoria de Abastecimento, comandada por Paulo Roberto Costa.

- O Senhor pode confirmar esses números astronômicos? Esse total foi pago pela Camargo Correa em quanto tempo?
3. O ex-presidente da Camargo Correa, Dalton Avancini, em delação declarou ao Ministério Público Federal (MPF): “Quem capitaneava essa organização e tinha uma maior influência nas decisões devido ao seu porte era a empresa Odebrecht”. Disse também que a Odebrecht e a UTC tinham relacionamento estreito com a Petrobras, e por isso tentavam impor posições. Em resposta a Odebrecht, soltou a seguinte nota, negando a participação em cartel:

**"A empresa nunca participou de cartel em contratos com a Petrobras e reafirma que mantém, há décadas, contratos de prestação de serviços com a estatal, todos conquistados de acordo com a lei. Para o entendimento geral, é importante ressaltar que sempre foram públicas as desavenças entre a Camargo Corrêa e a Odebrecht na disputa de importantes contratos, o que não surpreende que o presidente da Camargo, sentindo-se obrigado a prestar declarações para se livrar da prisão, o faça motivado por um sentimento de vingança concorrencial"**.

**Perguntas:**

- Afinal a Odebrecht participava do Clube ou não participava?
  - Pagava propina para os ex-diretores da Petrobras ou não pagava?
  - A Odebrecht é vítima de vingança concorrencial por parte da Camargo Corrêa ou é a principal algoz das empreiteiras, no maior escândalo de corrupção desvendado no Brasil?
4. Em 27.02.2015, dois executivos da cúpula da Camargo Corrêa fecharam um acordo de delação premiada com procuradores e policiais federais da Operação Lava Jato. Foram os primeiros integrantes de uma empreiteira de grande porte que decidiram colaborar com as investigações sobre desvios na Petrobras para tentar obter uma pena menor. Os procuradores, no entanto, recusaram o acordo com o Senhor João Auler, presidente do conselho de administração da empreiteira. Segundo foi publicado à época, o acordo foi recusado porque os procuradores consideraram que o senhor não contara tudo o que sabia sobre as irregularidades em que a empreiteira está supostamente envolvida.

**Pergunta:**

- O que o senhor escondeu dos procuradores e da Polícia Federal?
5. Considerando que o Dalton Avancini, ex-presidente da Camargo Corrêa e o ex vice-presidente Eduardo Leite firmaram o acordo de delação premiada, o senhor não teme que a sua defesa fique prejudicada? Afinal eles não apenas conseguiram assinar o acordo [de delação] como já acertaram o pagamento de uma multa cujo

valor deve ultrapassar R\$ 10 milhões. Com os novos acordos, a Lava Jato, em fevereiro de 2015, passou a contar 15 delatores.

#### Perguntas:

- **Com tantas delações já em andamento, como o Senhor pretende sustentar a sua inocência nesse emaranhado de crimes cometidos por tantos agentes públicos, agentes políticos, além dos proprietários e executivos das maiores empreiteiras do País?**
- **O Senhor preferiu não fechar o acordo de delação premiada como alegou o seu advogado à imprensa em fevereiro deste ano, ou não CONSEGUIU autorização para o acordo de delação premiada?**

## FATOS

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/02/1596199-dois-executivos-da-camargo-fecham-acordo-de-delacao.shtml>

### **Dois executivos da Camargo Corrêa fecham acordo de delação**

Atualizado em 28/02/2015

Dois executivos da cúpula da Camargo Corrêa fecharam um acordo de delação premiada com procuradores e policiais federais da Operação Lava Jato em 27.02.2015.

**São os primeiros integrantes de uma empreiteira de grande porte que decidem colaborar com as investigações sobre desvios na Petrobras para tentar obter uma pena menor.**

**Os procuradores, no entanto, recusaram o acordo com João Auler, presidente do conselho de administração da empreiteira. Segundo a Folha apurou, o acordo foi recusado porque os procuradores consideram que o executivo não contara tudo o que sabia sobre as irregularidades em que a empreiteira está supostamente envolvida.**

A dupla que fez o acordo é formada pelo presidente da empreiteira, Dalton Avancini, e pelo vice-presidente Eduardo Leite. Com os novos acordos, a Lava Jato passa a ter 15 delatores. Os dois novos delatores acertaram o pagamento de uma multa cujo valor deve ultrapassar R\$ 10 milhões.

**O trio está preso desde novembro do ano passado, quando a Polícia Federal desencadeou a nona fase da Lava Jato, batizada de Juízo Final. Eles são acusados de pagar propina para conseguir contratos com a Petrobras.**

A dupla que fechou o acordo deve ser solta nos próximos dias.

A Camargo Corrêa tinha uma espécie de conta-corrente com Youssef, segundo o próprio doleiro, que disse ter adiantado dinheiro para a empreiteira em certos casos.

Numa conversa gravada pela Polícia Federal, Youssef reclama: "Tô com um pepinão aqui na Camargo que você nem imagina. Cara me deve 12 paus [R\$ 12 milhões], não paga. Pior que diretor é amigo, vice-presidente é amigo".

A expectativa dos procuradores é que os executivos revelem, além dos problemas da Petrobras, irregularidades na construção da usina de Belo Monte, na Amazônia.

MULTA E QUEBRA DA EMPRESA

**A empreiteira havia tentado fechar um acordo de leniência com o Ministério Público Federal, mas abandonou as negociações alegando que a multa proposta pelos procuradores, de R\$ 1,5 bilhão, provocaria a quebra da empresa. Acordo de leniência é o equivalente ao acordo de delação para empresas.**

O primeiro valor estipulado pelo grupo de procuradores foi de R\$ 2 bilhões, superior ao valor da empreiteira antes da Lava Jato, de R\$ 1,7 bilhão, segundo avaliação de um banco, de acordo com um executivo da empresa ouvido pela Folha.

**A Camargo Corrêa aceitava pagar até R\$ 500 milhões, mas os procuradores declinaram da oferta por considerar o valor baixo.**

Após a operação, a estimativa de executivos da Camargo Corrêa e de concorrentes é que a empresa valha menos de R\$ 1 bilhão. Em 2013, a empreiteira teve uma receita de R\$ 5,9 bilhões e tinha 28 mil funcionários, segundo o relatório anual do grupo.

A Camargo Corrêa perdeu valor após as investigações porque terá de pagar multas milionárias impostas pela Justiça e vai perder negócios futuros da Petrobras, **que a colocou no final de 2014 numa lista de 23 empresas proibidas de assinar novos contratos com a estatal petroleira.**

Só numa ação de improbidade apresentada na semana passada, os procuradores pedem que a Camargo pague uma multa de **R\$ 844 milhões** junto à Sanko Sider (empresa acusada de ter sido usada para o repasse de suborno pago pela empreiteira).

Em outra ação penal, contra a Camargo Corrêa e a UTC, o Ministério Público cobra mais **R\$ 429 milhões.**

O grupo do qual a Camargo faz parte, no entanto, alcançou uma receita de **R\$ 25,8 bilhões em 2013, o último dado disponível.**

**Procuradores da Lava Jato acusam a Camargo Corrêa de ter pago cerca de R\$ 40 milhões em propina para conseguir contratos como o da construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, e a modernização da refinaria Presidente Vargas, no Paraná. Só esses dois contratos com a Petrobras somam R\$ 7,9 bilhões.**

O advogado de dois executivos da Camargo Corrêa, Celso Vilardi, disse às 22h30 desta sexta (27) que não havia sido avisado "oficialmente" sobre a conclusão do acordo – ele defende João Auler e Dalton Avancini. Vilardi afirmou que, sendo verdadeira a conclusão do acordo, vai renunciar à defesa de Avancini **e continuará atuando no caso de João Auler.**

Ele não quis emitir julgamentos sobre os dois que se tornaram delatores por não conhecer os termos do acordo.

**O advogado diz que foi Auler quem preferiu não fechar o acordo.**

A Camargo Corrêa diz ter tomado conhecimento apenas pela imprensa que seus executivos firmaram acordos de colaboração com o MPF.

"A companhia lamenta que tenham sido submetidos a longo período de prisão, antes do julgamento do caso. Embora não tenha participado do citado acordo, a companhia permanecerá à disposição das autoridades para o que for necessário e sanará eventuais irregularidades, aprimorando a governança administrativa para seguir contribuindo com o desenvolvimento do País", afirmou a empresa, em nota.

Editoria de Arte/Folhapress.

-----  
18/04/2015

Delator diz que seis empresas faziam parte de cartel para obras da Petrobras

Dalton Avancini, presidente da Camargo Corrêa, fez acordo de delação.

Grupo era conhecido como 'G6', conforme depoimento do executivo.

Fernando Castro

Do G1 PR

O presidente da Camargo Corrêa, **Dalton Santos Avancini**, declarou ao Ministério Público Federal (MPF) que o cartel formado pelas empreiteiras para dividir a execução de obras da Petrobras era encabeçado por seis empresas, em grupo conhecido como "G6". O depoimento de Avancini faz parte do acordo de delação premiada firmado pelo executivo, divulgado na sexta-feira (17).

**No depoimento, Avancini diz que o "G6", também chamado de "Clube" era formado por Odebrecht, Camargo Corrêa, UTC, OAS, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão – empresas líderes no mercado – e que por isso elas recebiam as maiores partes na divisão das obras da estatal.** Conforme a delação, empresas menores também eram convidadas a participar das reuniões em casos pontuais.

Segundo Avancini, o objetivo principal do cartel era manter os preços dos contratos "em um patamar bom para as empreiteiras, não existindo uma pretensão de majorar artificialmente o valor a ser pago pela estatal". O grupo, de acordo com o depoimento, buscava uniformizar as propostas para evitar que fossem apresentados orçamentos "irreais", e também para que não houvesse desconfianças sobre ausência de competitividade, com a regra de apresentação de pelo menos três propostas.

Ao MPF, o presidente da Camargo Corrêa informou que os encontros do cartel não tinham periodicidade definida, mas ocorriam conforme pacotes de obras da Petrobras fossem apresentados. "As convocações para esses encontros ficava a cargo de qualquer empresa componente do grupo, às vezes por telefone e e-mail, a fim de definir detalhes". O executivo relata se recordar de reuniões nas sedes das empreiteiras UTC, Andrade Gutierrez e OAS.

Nestas reuniões, conforme o depoimento de Avancini, as deliberações eram adotadas mediante negociação e consenso, uma vez que as empresas sabiam quais empreiteiras eram capazes de executar cada contrato. Ele acrescentou, porém, que a Odebrecht possuía poder de liderança. "Quem capitaneava essa organização e tinha uma maior influência nas decisões devido ao seu porte era a empresa Odebrecht", disse o delator. O executivo ainda diz que a Odebrecht e a UTC tinham relacionamento estreito com a Petrobras, e por isso tentavam impor posições.

Avancini diz que empresas que não compunham o cartel não eram convocadas para estas reuniões de forma espontânea. "Podendo ocorrer a participação de empresas menores e não alinhadas ao cartel nessas reuniões caso tivessem contatado alguma das cartelizadas informando terem sido convidadas para algum certame onde não gostaria de enfrentar competição", pondera o executivo.

As empresas menores eram atendidas, conforme o delator, através da inclusão em consórcios com as grandes empresas, ou recebendo contratos de obras menores de interesse delas.

O advogado de Dalton Avancini foi procurado, mas não quis se manifestar sobre a delação

do cliente.

Outros lados

As empresas Andrade Guterrez, Queiroz Galvão, OAS e UTC negam envolvimento com o suposto cartel. A Petrobras informou que não iria comentar o assunto.

A Odebrecht divulgou nota negando participação em cartel:

"A empresa nunca participou de cartel em contratos com a Petrobras e reafirma que mantém, há décadas, contratos de prestação de serviços com a estatal, todos conquistados de acordo com a lei. Para o entendimento geral, é importante ressaltar que sempre foram públicas as desavenças entre a Camargo Corrêa e a Odebrecht na disputa de importantes contratos, o que não surpreende que o presidente da Camargo, sentindo-se obrigado a prestar declarações para se livrar da prisão, o faça motivado por um sentimento de vingança concorrencial", diz o texto na íntegra.

saiba mais

'Era fácil', diz delator sobre repasse de propinas a diretores da Petrobras

Camargo Corrêa pagou R\$ 110 mi em propina, diz vice-presidente

Facilidade

Também em acordo de delação premiada, o vice-presidente da Camargo Corrêa, Eduardo Hermelino Leite, afirmou ao Ministério Público Federal (MPF) que "era fácil" inserir o valor das propinas pagas a diretores da Petrobras nos contratos firmados entre as duas empresas. **"Era fácil, porque, em primeiro lugar, os volumes dos contratos junto à Petrobras eram significativos, de muitos milhões ou bilhões de reais", disse o vice-presidente em depoimento.**

**Além disso, Leite afirmou que a inclusão da propina nas propostas apresentadas pela empreiteira para licitações era possível "por conta da má qualidade dos contratos" da Petrobras. Isso gerava discussões de sobrecustos que as obras exigiriam, nos quais eram incluídos os valores de propina.**

**Conforme o delator, a estatal aceitava variação de até 20% a mais no valor previsto para a realização das obras. Desta forma, o 1% que era destinado à propina se tornava "insignificante".**

**Este percentual de 1% do valor contratado destinado à propina, de acordo com o depoimento, valia tanto para a Diretoria de Abastecimento como para a Diretoria de Serviços. Eles eram descritos nos documentos oficiais como **reservas para riscos financeiros, como variação de preços dos materiais, atrasos de pagamentos ou possíveis greves.****

Montante

Segundo Leite, a Camargo Corrêa **pagou R\$ 110 milhões em propinas para abastecer o esquema de corrupção. Do total, R\$ 63 milhões foram destinados para a área de Serviços da Petrobras, comandada à época por Renato Duque e Pedro Barusco, e outros R\$ 47 milhões foram para a Diretoria de Abastecimento, comandada por Paulo Roberto Costa.**

Ainda de acordo com o vice-presidente da empresa, os pagamentos se faziam necessários porque a Camargo Corrêa corria o risco de não receber os valores contratados com a Petrobras ou mesmo quantias de contratos aditivos que fossem realmente necessários.

O advogado de Eduardo Leite foi procurado pela reportagem, mas informou que não vai se manifestar sobre as declarações que seu cliente deu ao MPF.

De acordo com Ferreira, até a Operação Lava Jato se tornar pública nunca chegou ao Conselho de Administração da empresa qualquer denúncia relacionada à irregularidade. "Nenhum sinal apareceu na linha ética em relação a esse evento", disse.

Ele afirmou ainda que apenas após a prisão dos Auler e de Dalton Avancini, presidente da Camargo Corrêa, a empresa adotou medidas para apurar as suspeitas. Foi instituída uma auditoria generalizada na empresa.

"Nós fizemos uma reunião de Conselho extraordinária e determinamos a criação de uma comissão interna e determinamos a criação de um grupo independente para fazer investigação da companhia como um todo (...) Nós pedimos para fazer uma verdadeira limpeza. Para aprofundar as investigações de todos os contratos, auditando processos, alçadas, deliberações, evidências de que essas alçadas foram cumpridas, evidências de que os serviços foram prestados", disse o atual presidente do Conselho Administrativo.

Apesar de afirmar que a auditoria ainda está em curso, e que ele não tem qualquer informação preliminar sobre o resultado, Ferreira chegou a afirmar que a empresa se reporta ao Conselho.

"Ainda não temos nenhum resultado. Mas ela é reportada de quando em quando para o Conselho".

Para ele, Auler é um ícone dentro da empresa, com cerca de 40 anos de caso. Ainda de acordo com Ferreira, Auler é uma pessoa íntegra dos pontos de vista pessoal e profissional da qual ele tem orgulho de ter trabalho junto.

## CPI PETROBRAS

### PERGUNTAS DO DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI, AO DEPOENTE, SR. RICARDO AULER

1. Vários delatores e, especificamente, aqui nesta CPI, o Sr. BARUSCO, afirmam que as licitações realizadas pela Petrobras eram “duras”, ou seja, não havia influência do CARTEL sobre as Comissões de Licitações nem acesso privilegiado aos preços de referência que a PETROBRAS estipulava para obras e serviço. V.S.<sup>a</sup> confirma essa informação?
2. O Sr. AUGUSTO MENDONÇA afirma que no final dos anos 1990, *as empresas discutiram e ajustaram uma forma de proteção dentro de um programa de obras, a partir do qual “(..) as empresas escolhiam as obras que lhe fossem mais adequadas, conforme a região ou por conhecimento, e, em havendo acordo em todas, as demais não atrapalhavam a empresa escolhida quando se tornasse pública a licitação (...).* O que aconteceu? Se o Grupo de Trabalho melhorou a vida de todos (empresas e PETROBRAS), porque as empresas resolveram formar o CARTEL para fraudar as licitações da PETROBRAS? Vossa Senhoria pode nos dizer de quem foi à ideia e quem coordenava, por assim dizer, o CLUBE?
3. Na opinião de Vossa Senhoria, a coincidência do início do cartel com a edição do **Decreto nº 2.745, de 1998**, demonstra que o referido decreto facilitou o surgimento da corrupção na PETROBRAS?

Dep. Celso Passens  
680/15

**JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO ("LEO PINHEIRO")**

(Presidente da OAS – tem negado a participação no esquema)

1) O funcionamento do "Clube de Empreiteiras" que atuava de forma a direcionar as licitações da Petrobras, efetivamente a partir de 2004, é descrito em diversos pelos depoimentos dos Srs. Paulo Roberto Costa, Alberto Youssef, Pedro Barusco, Shinko Nakandakari, Augusto Mendonça Neto, Júlio Camargo e outros, bem como no Acordo de Leniência firmado pela Setal Engenharia e pela SOG Óleo e Gás.

**- O que V.Sa. tem a dizer sobre esta tese de formação de cartel?**

**- V.Sa. chegou a detectar algum tipo de "sincronia" nas práticas das empreiteiras?**

**- Considerando a legislação penal, e supondo que V.Sa. esteja correto, e eles equivocados, podemos esperar que as penas deles sejam quadruplicadas, tendo em vista que eles estão mentindo em delação premiada?**

2) O depoimento prestado pelo Sr. Augusto Mendonça, da Toyo Setal, menciona a situação de insolvência de sua empresa, logo após 2005, dizendo que "*a adesão ao sistema de 'CLUBE' era uma 'questão de sobrevivência da companhia'*". Da mesma forma, o Sr. Dalton Avancini, Presidente da Camargo Corrêa, declarou a esta CPI que as empreiteiras sofriam pressão dos ex-Diretores da Petrobras Paulo Roberto Costa e Renato Duque, para que as empresas pagassem comissões sobre os contratos de licitações vencidas na Petrobras.

**- V.Sa chegou a receber algum tipo de pressão de Diretores da Petrobras?**

**- Presenciou algum tipo de pressão em relação a outras empresas?**

3) Em depoimentos sob delação premiada, o Sr. Paulo Roberto Costa declarou que "*as empresas se reuniam normalmente em São Paulo, ou eventualmente na ABEMI*" (Associação Brasileira de Engenharia Industrial).

**- V.Sa. participava destas reuniões?**

**- Pode detalhar como eram agendadas e por quem?**

**- Qual a frequência e quem eram os participantes?**

**- Tem conhecimento de outros locais em que ocorriam tais reuniões?**

4) V. Sa. pode descrever os processos licitatórios da Petrobras vencidos pela OAS de 2005 a 2014?

**- Além das Refinarias Abreu e Lima e REPAR, a OAS participou de obras no COMPERJ e no Gasene?**

**- Houve algum tipo de benefício ou favorecimento à OAS nesses contratos?**

5) A Refinaria Abreu e Lima ganhou repercussão pelo elevado custo da obra e pelo grande número de aditivos contratuais. Além das questões incidentais, **é possível atribuir este grande número de aditivos à elaboração inadequada dos projetos?**

6) A Polícia Federal apurou que a Construtora OAS negociou entrega de valores com o Sr. Alberto Youssef, e que tanto ele quanto a empreiteira teriam enviado dinheiro ao endereço da Sra. Marice Correa Lima, cunhada do Sr. João Vaccari Neto. A Sra. Marice confirmou o endereço à Polícia Federal em depoimento prestado no dia 14 de novembro, data da sétima fase da Operação Lava-Jato.

**- V.Sa. conhece os Srs. Alberto Youssef e João Vaccari Neto?**

**- V.Sa. tem conhecimento de valores oriundos da OAS ou do Sr. Alberto Youssef entregues à Sra. Marice?**

**- V.Sa. se encontrava com o Sr. João Vaccari Neto? Quando e quais assuntos eram tratados?**

7) Os delatores do esquema de propina distribuída entre diretores da Petrobras e grupos políticos declararam que os percentuais de até 3% dos valores dos contratos são baixos, considerando o vulto e a complexidade dos empreendimentos, o que dificulta a percepção das irregularidades por parte dos órgãos de controle.

**- Sobre esta distribuição indevida de recursos, V.Sa. entende que a raiz do problema é a margem praticada pela Petrobras para contratação, de -15% e 20% do valor do contrato?**

**- Reduzir a margem seria uma forma de combater esta prática, em especial para obras de alta complexidade?**

8) V.Sa. ou outros executivos da OAS se reuniam com políticos ou Diretores da Petrobras para tratar de contratos da estatal?

9) V.Sa. se reunia com o Sr. Ricardo Pessoa, Presidente da UTC, ou com outros representantes de empreiteiras? Quais assunto eram tratados?

10) A OAS possui relação com a Sete Brasil ou com os estaleiros contratados para a construção de sondas? V.Sa. se encontrou com o Sr. Pedro Barusco enquanto este era Gerente de Serviços da Petrobras ou Diretor da Sete Brasil? Qual o propósito destes encontros?

11) A Refinaria Abreu e Lima ganhou repercussão pelo elevado custo da obra e pelo grande número de aditivos contratuais. A ex-Presidente Graça Foster disse a esta CPI que a má elaboração de projetos básicos é uma das principais causas de elaboração de aditivos e elevação de preços nos contratos da Petrobras.

**- Na opinião de V.Sa., é possível atribuir o grande número de aditivos à elaboração inadequada dos projetos?**

**- V.Sa. entende que os projetos de obras da Petrobras poderiam ter sido melhor elaborados?**

**- Na opinião de V.Sa., a Petrobras poderia ter agido de alguma forma para reduzir a variação entre o valor inicial e o valor final de obras, em especial da refinaria Abreu e Lima?**

**12)** V.Sa. possui contas bancárias no exterior? Em quais países?

- Os valores mantidos em suas contas bancárias são compatíveis com suas atividades?

**13)** Há uma discussão que sempre vem à tona nesta CPI, sobre a adequação do Decreto n.º 2.745/1998 às licitações da Petrobras, por se tratar de um processo simplificado de contratação, em detrimento da aplicação da Lei n.º 8.666/1993, que é a Lei Geral de Licitações.

**- Na opinião de V.Sa., a aplicação deste Decreto facilita a prática de corrupção nos contratos da Petrobras ou esta prática ocorreria em qualquer situação, considerando as pessoas e empresas envolvidas?**

**14)** V.Sa. cogita fazer acordo de delação premiada? Pretende processar os delatores que envolveram V.Sa.? V.Sa. estaria disposto a confrontar as afirmações do Sr. Pedro Barusco e outros delatores perante esta CPI?

**15)** Matérias veiculadas recentemente informam que a OAS foi responsável por dois empreendimentos destinados ao ex-Presidente Lula, sendo a reforma do sítio que está em nome de um sócio de seu filho e um apartamento triplex no Guarujá/SP, em prédio no qual o Sr. João Vaccari Neto também possui apartamento.

**- V.Sa. pode descrever a participação da OAS nestes empreendimentos?**

**- Estes negócios tiveram alguma particularidade em relação ao mercado?**

**- O ex-Presidente Lula e o Sr. João Vaccari foram beneficiados de forma diferenciada?**

Handwritten notes in the top left corner: "Perguntas", "Respostas", and "Quintanilha".

Perguntas Dep. CEISO Pontes  
+ 50

**JOÃO RICARDO AULER**

(Presidente do Conselho de Administração da Camargo Corrêa)

1) O funcionamento do "Clube de Empreiteiras" que atuava de forma a direcionar as licitações da Petrobras, efetivamente a partir de 2004, é descrito em diversos depoimentos no âmbito da Operação Lava-Jato, inclusive nos termos da delação premiada de V.Sa. e no Acordo de Leniência firmado pela Setal Engenharia e pela SOG Óleo e Gás.

**- V.Sa. pode descrever como as empresas controlavam o rodízio de beneficiadas nestas licitações?**

**- Existem documentos que comprovam a formação do cartel, o direcionamento das licitações e a participação dos representantes de empreiteiras?**

**- O chamado "Clube VIP" era beneficiado em detrimento de outras empresas? Na opinião de V.Sa., quais empresas foram mais beneficiadas?**

2) O depoimento prestado pelo Sr. Augusto Mendonça, da Toyo Setal, menciona a situação de insolvência de sua empresa, logo após 2005, dizendo que "a adesão ao sistema de 'CLUBE' era uma 'questão de sobrevivência da companhia'".

**- Na opinião de V.Sa., o sistema de "clube" para direcionamento das licitações, era uma combinação espontânea entre as empreiteiras para se favorecerem de maneira garantida e uniforme OU tratava-se de uma imposição da Petrobras para a arrecadação de propinas?**

3) Em depoimentos sob delação premiada, o Sr. Paulo Roberto Costa declarou que "as empresas se reuniam normalmente em São Paulo, ou eventualmente na ABEMI" (Associação Brasileira de Engenharia Industrial).

**- V.Sa. participava destas reuniões?**

**- Pode detalhar como eram agendadas e por quem?**

**- Qual a frequência e quem eram os participantes?**

**- Tem conhecimento de outros locais em que ocorriam tais reuniões?**

4) V. Sa. pode descrever os contratos em que a Camargo Corrêa foi favorecida no âmbito da Petrobras?

**- Além do fato de ser escolhida para determinados contratos, a empresa foi beneficiada de alguma outra forma?**

**- Sabe se alguma outra empresa do cartel auferiu outras vantagens além dos contratos?**

**- V.Sa. pode descrever as vantagens que o senhor auferiu pessoalmente neste esquema?**

**14)** V.Sa. possui contas bancárias no exterior? Em quais países?

- Os valores mantidos em suas contas bancárias são compatíveis com suas atividades?
- V.Sa. já devolveu ou se dispôs a devolver as quantias auferidas no esquema de fraude às licitações? Qual o montante a ser devolvido?

**15)** V.Sa. possui relação de amizade com os Srs. Paulo Roberto Costa, Renato Duque, Pedro Barusco, ou com outros Diretores da Petrobras citados na Operação Lava-Jato?

**16)** Há uma discussão que sempre vem à tona nesta CPI, sobre a adequação do Decreto n.º 2.745/1998 às licitações da Petrobras, por se tratar de um processo simplificado de contratação, em detrimento da aplicação da Lei n.º 8.666/1993, que é a Lei Geral de Licitações.

**- Na opinião de V.Sa., a aplicação deste Decreto possibilitou a prática de corrupção nos contratos da Petrobras ou esta prática ocorreria em qualquer situação, considerando as pessoas e empresas envolvidas?**

**17)** A Refinaria Abreu e Lima ganhou repercussão pelo elevado custo da obra e pelo grande número de aditivos contratuais. A ex-Presidente Graça Foster disse a esta CPI que a má elaboração de projetos básicos é uma das principais causas de elaboração de aditivos e elevação de preços nos contratos da Petrobras.

**- Na opinião de V.Sa., é possível atribuir o grande número de aditivos à elaboração inadequada dos projetos?**

**- V.Sa. entende que os projetos de obras da Petrobras poderiam ter sido melhor elaborados?**

**- Na opinião de V.Sa., a Petrobras poderia ter agido de alguma forma para reduzir a variação entre o valor inicial e o valor final de obras, em especial da refinaria Abreu e Lima?**

Dep. Szalci

# Roteiro da Oitiva

## JOÃO RICARDO AULER



JOÃO RICARDO AULER, **ex-presidente do Conselho de Administração da Camargo Corrêa**, esteve preso até recentemente. Atualmente, encontra-se sob o **regime de prisão domiciliar**, com monitoramento de tornozeleira eletrônica. Foi acusado de **corrupção, lavagem de dinheiro e formação de organização criminosa**. Foi ajuizada ainda ação civil pública por ato de **improbidade administrativa**.

JOÃO RICARDO AULER foi Diretor de Óleo e Gás entre 1999 e 2001 e, de 2003 a 2011, foi Vice-Presidente da CAMARGO CORREA, tornando-se Presidente do Conselho de Administração em 2011.

Do exposto, passo a fazer as seguintes indagações:

I.

Consta dos autos declaração de V.Sa., no sentido de que José Janene era um homem truculento, tendo, inclusive, no ano de 2009, invadido a sede da empresa Camargo Corrêa para exigir o pagamento de propinas em razão do contrato na REPAR. Seguem alguns trechos:

*"[...] [Janene] eu conheci nos idos de 2005, examinando um oleoduto. Ele, como deputado federal, na época era membro da Comissão de Minas e Energia ou de Infraestrutura, uma dessas duas comissões. Ele tinha interesse nos projetos ligados à área de Minas*

e Energia. Tinha interesse de saber sobre planos de investimentos e de projetos ligados à área de Minas e Energia e me procurou. [...]"

**"[...] Discutimos esse projeto, mais ou menos em 2005. Em 2006 ele me procurou junto com o sr. Paulo Roberto Costa, que eu já conhecia. Ele me apresentou ao sr. Paulo Roberto Costa como 'homem dele, de indicação dele' e essa indicação também era do partido que ele pertencia, o PP. Ele disse que o sr. Paulo Roberto Costa era um homem dele. Nesse momento, nesse dia, ele me solicitou que fossem feitas doações eleitorais. Na presença do sr. Paulo Roberto Costa. Eu disse: não vejo problema, temos um procedimento interno na empresa, eu levo para quem de direito na empresa, a gente analisa, dentro da lei, a gente faz ou não faz, se for o caso."**

Ainda de acordo com os autos, **por volta de 2008**, Janene voltou a procurá-lo, como segue:

**"[...] Ele estava com o sr. Alberto Youssef, me apresentou o sr. Youssef como homem de confiança dele. Estavam começando os projetos na área de Abastecimento [da Petrobrás]. Ele disse que nós seríamos obrigados a pagar uma comissão, na realidade uma propina, num projeto da REPAR, que estava começando. Eu disse: sr. Janene não combinei nada com o sr. desconheço esse assunto. Não é minha área, estou afastado do dia a dia da empresa, da parte operacional e não concordo com isso. [...]"**

**"Encerrou essa reunião, marcou uma outra. Voltou a insistir nesse assunto. A reunião foi tensa e ele me disse que se a gente não providenciasse isso aí a gente iria ser punido pela Área de Abastecimento. Ele voltou a me procurar, eu parei de atendê-lo quando um dia ele invadiu a empresa. A minha assistente avisou, eu disse 'não vou atender esse sr. não tenho o que falar com ele'. Eu disse: não falo mais com o sr. assuntos relacionados com a Petrobrás o sr. fala com Eduardo Leite [executivo da empreiteira], que assumiu em 2008 a área de Óleo e Gás da Camargo Corrêa. Deixei os dois conversando e saí da sala, foi um momento muito crítico para mim. Essa invasão foi em 2009. Ele [Janene] era um homem truculento, eu queria sair fora daquilo."**

### **Diante do exposto, indago:**

1. Pelo relato, temos aqui uma cronologia dos fatos bastante didática. V.Sa. disse que José Janene o procurou pela primeira vez em 2005, época do “Mensalão”, correto?
2. Em 2006, V.Sa. disse que José Janene voltou a procurá-lo acompanhado de Paulo Roberto Costa, correto? V.Sa. devia acompanhar o noticiário e sabia que José Janene havia sido denunciado pelo “Mensalão”, correto?
3. V.Sa. disse que, nesse segundo encontro, José Janene solicitou doações de campanha, correto? V.Sa. saberia dizer se essas doações foram viabilizadas? Se foram efetivadas, V.Sa. saberia dizer se já nessa época as doações eram, na verdade, propina disfarçada?
4. V.Sa. ainda disse que, nesse segundo encontro, José Janene havia dito que Paulo Roberto Costa era indicação dele, correto? V.Sa. já sabia do esquema de corrupção que havia sido montado na Petrobras?
5. Depois, V.Sa. disse que houve uma pausa e que voltou a ser procurado por José Janene somente em 2008, correto? Esse intervalo seria por conta do “Mensalão”?
6. Já no terceiro encontro, V.Sa. disse que José Janene estava acompanhado de Alberto Youssef, correto? Nesse encontro, houve solicitação explícita de propina, correto? Pelo que sabemos hoje, a Camargo Corrêa aderiu ao esquema, correto? De

quem foi decisão final para o pagamento das propinas?

7. V.Sa. tem o entendimento de que ambos os esquemas “Mensalão” e “Petrolão” são peças do mesmo quebra-cabeças? Que ambos os esquemas atenderam aos interesses do Governo?

## II.

Ainda nessa linha de inquirição, João Vaccari Neto, tesoureiro do PT, quando esteve prestando depoimento nesta CPI, disse conhecer V.Sa. e que, realmente, buscou recursos na Camargo Corrêa, todavia de forma institucional, como segue:

*“[...] Eu conheço o Sr. Júlio Camargo. Como eu disse antes, na minha função de buscar recursos financeiros para atividade partidária e atividade eleitoral, mantive contato com o Sr. Júlio Camargo. Ele fez contribuições ao Partido dos Trabalhadores, embora na conta dos Deputados. Ele não fez contribuições na conta do Diretório Nacional. Fizemos solicitações a ele, e ele preferiu fazer então as doações aos Deputados e aos Senadores. E o outro qual era? **Desculpa, o João Auler. O Sr. João Auler, ele era, aliás, é ainda, salvo engano da minha parte, o Vice-Presidente do Conselho de Administração da Camargo Corrêa. Eu o conheci também do ponto de vista da ação institucional na busca de captação de recursos partidários ou eleitorais, sempre como contribuições legais e também que foram apresentadas ao Tribunal Superior Eleitoral. [...]**”*

**Diante do exposto, indago:**

8. V.Sa. deve acompanhar o noticiário e deve ter percebido que muitos daqueles que se beneficiaram desse esquema têm buscado o argumento de que o TSE aprovou suas contas e que, portanto, as doações foram lícitas. V.Sa. entende

que a simples aprovação do TSE é bastante e suficiente para retirar a mácula de que esses recursos têm origem ilícita?

9. V.Sa. confirma que Vaccari Neto apenas e tão-somente solicitou recursos a Camargo Correa de forma institucional, como ele diz? V.Sa. confirma que Vaccari Neto não “negociou” a parcela que cabia ao PT no esquema montado na Petrobras na forma de doação partidária e eleitoral?

### III.

No **Termo de Colaboração nº 01**, de 29/10/2014, o empresário **Augusto Ribeiro de Mendonça Neto** disse que V.Sa. foi o representante da empresa Camargo Corrêa no “Clube” durante determinado período, como segue:

*[...] QUE as regras do “CLUBE” ao longo do tempo foram aprimoradas e chegaram a ser escritas como se fossem um regulamento de “CAMPEONATO DE FUTEBOL”; QUE não possui essas regras, porque sua cópia foi destruída quando se iniciou a “Operação Lava Jato”; QUE indagado sobre o que diziam tais regras, quais eram elas, afirma que pode escrevê-las e as fornecerá oportunamente; QUE indagado sobre quem era o coordenador do “CLUBE”, quais eram as empresas componentes, com que frequência o “CLUBE” se reunia, como eram as convocações, afirma que do início do “CLUBE” até o acerto com DUQUE (fases 1, 2 e 3), o mesmo era formado pelas mesmas empresas, isto é, ODEBRECHT, representada por MARCIO FARIA, a UTC, representada por RICARDO PESSOA, o qual também sempre foi o coordenador do “CLUBE”, a **CAMARGO CORREA, representada à época por JOÃO AULER**, a TECHINT, da qual não se recorda o nome do representante, mas lembra que foram alguns, a ANDRADE GUTIERREZ, representada por ELTON NEGRÃO, a MENDES JÚNIOR, representada por “VILAÇA”, a PROMON, representada por JOSÉ OTÁVIO, a MPE, representada por MARCO AURÉLIO (já*

falecido), e a SETAL – SOG, representada a partir de 2004 pelo declarante; [...]"

#### **Diante do exposto, indago:**

10. V.Sa. confirma que foi o representante da Camargo Corrêa no “Clube” de empresas no período inicial, ou seja, até o cartel se transformar numa verdadeira organização criminosa pela adesão dos dois ex-diretores da Petrobras? V.Sa. poderia traçar um paralelo entre o período anterior e o período posterior à entrada dos dois ex-diretores da Petrobras no esquema?
11. V.Sa. poderia nos fornecer mais detalhes de como se processava os atos de ofício dos ex-diretores para tornar a ação do cartel, corrijo, da organização criminosa mais efetiva?

#### **IV.**

No **Termo de Colaboração nº 01**, de 31/10/2014, **Júlio Gerin de Almeida Camargo**, ao ser indagado sobre quais foram os contratos firmados entre a PETROBRAS e a CAMARGO CORREA no qual ele tivesse atuado, disse:

*[...] QUE o primeiro foi o contrato do GASODUTO RIO CAMPINAS, no ano de 2001, amparado por financiamento japonês, sendo que o contrato resultou de negociações do CONSÓRCIO TOYO JP, representada por AKLISH KUMAR, e CAMARGO CORREA, cujo vice-presidente à época era JOÃO AULER, denominado CONSÓRCIO CCDL, não havendo licitação e qualquer pagamento de propina; QUE o valor do contrato foi de US\$ 285 milhões de dólares; QUE houve dispensa de licitação, pelo mesmo motivo que o de CABIÚNAS 1, isto é, financiamento quase total com recursos do Japão; QUE não houve participação de EDUARDO LEITE neste contrato; QUE o declarante recebeu*

**R\$ 49,3 milhões de reais por tal contrato de comissão, de 2003 a 2010;[...]"**

**Diante do exposto, indago:**

12. V.Sa. sabia que a Camargo Corrêa, nesse esquema montado na Petrobras, “negociava” propinas com Alberto Youssef (Diretoria de Abastecimento) e Júlio Camargo (Diretoria de Serviços), correto?
13. Percebe-se que, pelo depoimento do próprio Júlio Camargo, até 2003, não houve pagamento de propinas, correto? A partir da entrada dos dois ex-diretores é que o esquema de pagamentos de propina tornou-se efetivo, correto?

V.

No **Termo de Colaboração nº 01**, de 06/03/2015, **Eduardo Hermelino Leite** fez alguns registros sobre V.Sa. Ele disse:

**[...] QUE quando de sua entrada no cargo de Diretor de Óleo e Gás, a CAMARGO CORREA já havia contratado 31 (trinta e um) contratos com a PETROBRAS, e que na entrada do depoente foi contratado o 32 (trigésimo segundo contrato), que foram as obras de coqueria da RNEST; QUE dentre os 31 (trinta e um) contratos já existentes, havia alguns já encerrados e outros ainda em execução; QUE os Diretores de Óleo e Gás anteriores ao depoente foram: (i) de 1999 a 2001, JOÃO RICARDO AULER; (ii) de 2001 a 2006, VAGNER RIBERTO; (iii) de 2006 a 2008, LEONEL VIANA; (iv) conjuntamente com o depoente, de 2008 a 2011, DALTON AVANCINI, sendo que este era Diretor-Presidente de Óleo e Gás e o depoente era Diretor Comercial de Óleo e Gás, ou seja, subordinado a DALTON; [...]"**

**[...] QUE os contratos acima referidos foram os seguintes: [...]"**

**27) RNEST - TERRAPLENAGEM, assinado em 31 de julho de 2007, assinado pelo Vice-Presidente da Camargo Correa**

**JOÃO RICARDO AULER** e pelo Diretor de Operações da Camargo Correa DALTON DOS SANTOS AVANCINI; [...]"

"[...] QUE indagado se antes de 2007 houve solicitação e o pagamento de propinas, afirma que não sabe dizer nada sobre o período de 1997 a 2006, no entanto, pode afirmar que entre 2002 a 2003 todas as obras que a CAMARGO CORREA fez para a PETROBRAS foram obras de dutos, com recursos privados, e que geraram prejuízos; QUE acerca deste período, entende que JOÃO AULER possa prestar maiores esclarecimentos; [...]"

"[...] QUE o mesmo resumo aponta que **JOÃO AULER** foi Diretor de Óleo e Gás entre 1999 a 2001 e, de 2003 a 2011, Vice-Presidente da CAMARGO CORREA, e se tornou Presidente do Conselho de Administração em 2011; [...]"

**Eduardo Hermelino Leite**, no Termo de Colaboração nº 23, de 13/03/2015, ainda disse:

"[...] QUE indagado se, em nome da CAMARGO CORREA, o depoente efetuou pagamentos de vantagens indevidas a políticos ou agentes públicos detentores de foro privilegiado, afirma que não; QUE esclarece que era restrito à Vice-Presidência Institucional da CAMARGO CORREA, representada por MARCELO BISORDI, no período de 2011 até esta data, JOÃO RICARDO AULER entre 2003 a 2011, não sabendo quem era o responsável antes de 2003, eventuais contatos políticos e assuntos relacionados a doações oficiais, "era a área institucional que cuidava". [...]"

OBS: Registro, apenas para conhecimento, que **ALBERTO YOUSSEF**, no depoimento no Termo de Colaboração n. 20, disse:

"[...] QUE, segundo sabe a CAMARGO CORREA teria feito uma obra relacionada a uma barragem, todavia não houve o pagamento integral da comissão; QUE, não recorda qual seria o valor total da comissão, apenas que restou uma pendência de cerca de quatro milhões de reais, a qual foi cobrada por JOSE JANENE junto a empresa CAMARGO CORREA, tendo o declarante o acompanhado na oportunidade; QUE, esclarece que essa visita teria ocorrido no ano de 2002 sendo o contato mantido na pessoa de JOAO HAULER, o qual teria dito que não havia nada a ser pago, alegando que alguém do PSDB teria recebido esse valor; [...]"

Esse último registro constou da petição oferecida em desfavor do Senador Aécio Neves, petição essa que foi arquivada pelo STF.

**Diante do exposto, indago:**

14. Pelo depoimento de Eduardo Leite, V.Sa. foi Diretor de Óleo e Gás entre 1999 e 2001, Vice-presidente entre 2003 e 2011 e Presidente do Conselho de Administração a partir de 2011, correto?
15. Eduardo Leite disse ainda que todos os contratos firmados pela Camargo Corrêa entre 2002 e 2003 tiveram financiamento privado, não havendo pagamento de propinas, correto?
16. Eduardo Leite disse também que V.Sa. foi o responsável pelos contatos políticos para tratar de doações partidárias e eleitorais no período compreendido entre 2003 e 2011, correto? Portanto, V.Sa. deve ter se reunido com Delúbio Soares, Paulo Ferreira e Vaccari Neto, correto? V.Sa. poderia nos fornecer mais detalhes dessas reuniões?
17. Em 2006, José Janene também o procurou em busca de doações eleitorais, correto? V.Sa. poderia nos fornecer mais detalhes dessa reunião?

**VI.**

Consta dos autos ainda trecho de depoimento prestado por Alberto Youssef onde V.Sa. é citada, como segue:

*Juiz Federal:- Com quem que o senhor tratava na Camargo Correia?*

*Alberto Youssef: -No início, isso nas reuniões que eu acompanhei o senhor José, foi tratado com João Auler.*

*Juiz Federal:- Ta, José Janene, o senhor mencionou?*

Alberto Youssef: -Isso.

Juiz Federal:- João Auler?

Alberto Youssef: **-João Auler. Depois, devido o desentendimento do senhor José Janene com o João Auler, esse assunto passou a ser tratado por mim, e logo em seguida também trocaram o interlocutor que foi o senhor Eduardo Leite e o senhor Dauto.**

Juiz Federal: - Tá, mas vamos supor assim, a Camargo Correia tem lá 1 milhão pra lhe repassar, como é que funcionava, o senhor pode me descrever, a operação disso?

Alberto Youssef: -Bom, na época, a Camargo Correia ela usou a Sanko como fornecedora e me fez repasse através de emissão de notas de serviços para a Sanko.

Juiz Federal:- O dinheiro dessa comissão então foi pra Sanko depois foi pro senhor?

Alberto Youssef: -Foi pra Sanko, da Sanko foi pra MO, da MO veio pra mim.

### **Diante do exposto, indago:**

18. Portanto, mais um componente da organização criminosa apontou V.Sa. como o contato dentro da Camargo Corrêa, correto?

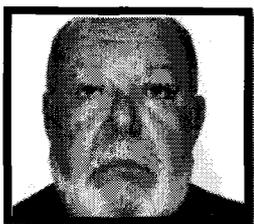
19. V.Sa. confirma que esse desentendimento a que se referiu Alberto Youssef foi aquele que V.Sa. mencionou ter ocorrido em 2009 quando José Janene invadiu a sede da empresa para cobrar propinas? Poderia nos fornecer mais detalhes a respeito desse episódio?

20. Foi a partir desse momento que as “tratativas” sobre propinas passaram a ser feitas por Eduardo Leite?

Dep. Szalci

# Roteiro da Oitiva

## JOSÉ ALDEMÁRIO PINHEIRO FILHO



JOSÉ ALDEMÁRIO PINHEIRO FILHO, brasileiro, nascido em 29/09/1951, natural de Salvador/BA, filho de Izalta Ferraz Pinheiro e de José Aldemário Pinheiro, engenheiro, inscrito no CPF/MF sob o nº CPF 078.105.635-72 e no RG sob o nº 0091840740/SP, com endereço na Rua Roberto Caldas Kerr, 151, Edifício Planalto, Alto de Pinheiros, São Paulo/SP.

JOSÉ ALDEMÁRIO PINHEIRO FILHO, ex-presidente da OAS, foi acusado de corrupção, lavagem de dinheiro e formação de organização criminosa. Preso em 14 de novembro de 2014, passou, recentemente, para o regime de prisão domiciliar, com monitoramento por tornozeleira eletrônica.

O ex-presidente da OAS é considerado um dos principais nomes entre os executivos alvos da Lava-Jato para se apurar o elo do PT, via ex-tesoureiro do partido João Vaccari Neto, com o esquema de corrupção e propina na Petrobrás.

Do exposto, passo a fazer as seguintes indagações:

I.

Em depoimento prestado por Alberto Youssef, sob o regime da delação premiada, em 03/02/2015, o doleiro disse que o “caixa 2” da empresa OAS passou a ser gerenciado por ele entre os anos de 2010 e 2011. Ademais, Youssef também declarou que movimentou milhões da OAS nos anos de 2013 e 2014, como segue:

**“[...] QUE, quanto à OAS EMPREENDIMENTOS S/A, o depoente esclarece que começou a fazer o “caixa dois” da empresa entre 2010 e 2011, não sabendo detalhar fatos anteriores a este período; QUE este “caixa dois” consistia em pagamentos que o depoente fazia no Brasil a quem a OAS indicava, como compensação do que a OAS depositava no exterior ao depoente na conta em nome da offshore Santa Tereza, mantida na Suíça, ou em alguma conta no exterior controlada por LEONARDO MEIRELLES; [...]”**

**“[...] QUE o depoente não questionava à OAS maiores detalhes sobre quem eram as pessoas que deveriam receber os valores ou quais as razões para tanto, apenas recebia os nomes e endereços e os repassava para JAYME (CARECA), RAFAEL ANGULO LOPES ou ADARICO NEGROMONTE providenciarem a entrega; QUE de vez em quando algum deles comentava com o depoente onde tinha ido; [...]”**

**“[...] QUE quanto à relação da OAS com o Sindicato dos Bancários de São Paulo/SP o depoente não sabe de nada, mas acredita que LEO PINHEIRO, da OAS, possa ter mais detalhes; QUE não sabe se a OAS construía apartamentos para pessoas do Partido dos Trabalhadores; [...]”**

**“[...] QUE sabe apenas que a OAS destinava valores mensais ao PT, recebidos pela pessoa que posteriormente reconheceu como sendo MARICI, cunhada de JOÃO VACCARI; QUE o depoente foi duas vezes pessoalmente em um apartamento em São Paulo/SP no bairro Cerqueira César, indicado por funcionária da OAS, entregar valores a uma pessoa chamada MARICI, que posteriormente veio a saber se tratar de cunhada de JOÃO VACCARI; [...]”**

**“[...] QUE estes valores eram providenciados pelo depoente a partir de depósitos que a OAS fazia no exterior em contas que indicava; QUE estes fatos são recentes, de 2013 e 2014; QUE detalhou os pagamentos que fez ao PT, mediante entregas a MARICI, em termo próprio tomado no âmbito do acordo de colaboração, no qual fez inclusive o reconhecimento fotográfico de tal pessoa. [...]”**

Segundo Youssef, o controle do “caixa 2” da OAS renderia a ele 3% de cada operação. Ainda de acordo com o doleiro, os pagamentos no exterior foram feitos “na conta em nome da offshore Santa Tereza Services, mantida na Suíça, ou em alguma conta no exterior controlada por Leonardo Meirelles”. De acordo com os autos, a OffShore Santa Tereza Services está em nome de João Procópio de Almeida Prado e tem conta no banco PKB, na Suíça. Procópio, segundo as investigações, era homem de confiança de Alberto Youssef e foi responsável pela movimentação de recursos no exterior.

Por fim, Youssef afirmou que repassava os dados para “mulas” dele, que eram, na verdade, os responsáveis pelas entregas de valores em espécie. Listou o agente da Polícia Federal, Jayme Alves de Oliveira, o Careca, Adarico Negromonte, irmão do ex-ministro Mário Negromonte (do PP), e Rafael Ângulo Lopes.

**Diante do exposto, indago:**

1. V.Sa. confirma que Alberto Youssef gerenciava o “caixa 02” da OAS? Se afirmativo, V.Sa. confirma que a OAS depositava recursos no exterior e Youssef providenciava a disponibilização de reais no Brasil? V.Sa. poderia nos fornecer mais detalhes a respeito dessa operacionalização?
2. V.Sa. poderia citar os nomes dos beneficiários finais desses recursos aqui no Brasil? Se negativo, V.Sa. poderia nos dizer quem preparava a lista das pessoas beneficiárias desses recursos aqui no Brasil?
3. V.Sa. poderia nos dizer qual a relação comercial que a OAS manteve com a BANCOOP? V.Sa. conhecia Vaccari Neto? V.Sa. chegou a tratar com ele alguma coisa relacionada a esse esquema de corrupção instalado na Petrobras? O quê?

4. V.Sa. conhecia Marice Corrêa de Lima? V.Sa. sabia que a OAS repassou recursos para ela? V.Sa. poderia nos dizer por que a OAS repassou esses recursos para ela?

## II.

A OAS também é suspeita de ter pagado propina a João Vaccari Neto para ser destinada ao PT. Do mesmo modo, pesa contra a empreiteira fato inusitado envolvendo a cunhada de Vaccari Neto, pois um imóvel comprado por Marice Corrêa de Lima, em 2011, da BANCOOP, ligada a Vaccari Neto, foi vendido para a OAS, um ano depois, com mais de 100% de lucro. Para justificar a compra do apartamento, a cunhada alegou ter recebido R\$ 240 mil do PT por “indenização informal”, em razão de ter seu nome envolvido no escândalo do “Mensalão”.

Segue cópia do trecho da declaração de Imposto de Renda de Marice Corrêa de Lima, ano-calendário de 2011, onde esses fatos foram registrados:

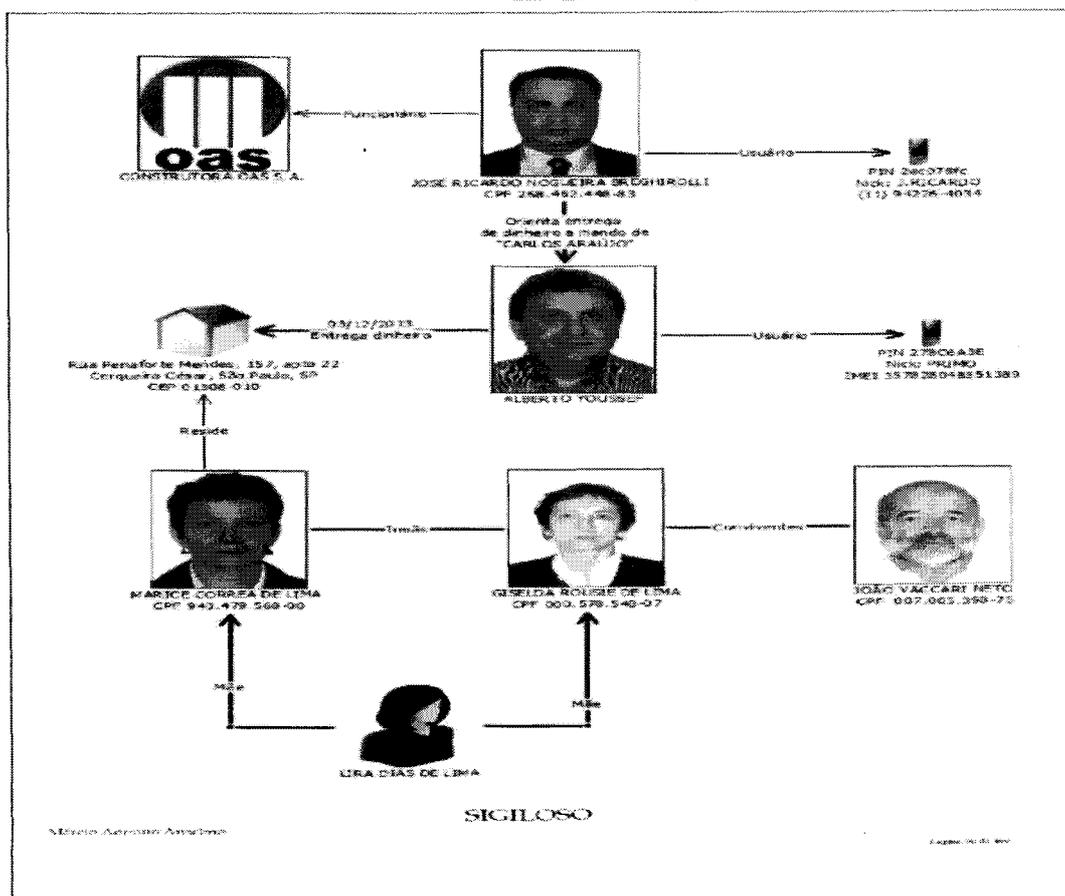
NOME: MARICE CORREA DE LIMA		IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA	
CPF: ██████████-00		EXERCÍCIO 2012	
DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL		Ano-Calendário 2011	
RENDIMENTOS ISENTOS E NÃO TRIBUTÁVEIS		(Valores em Reais)	
Bolsa de estudo e pesquisa, desde que não represente vantagem ao doador e não caracterize contraprestação de serviço			0,00
Capital das apólices de seguro ou pecúlio pago por morte do segurado, prêmio de seguro restituído em qualquer caso e pecúlio recebido de entidades de previdência privada em decorrência de morte ou invalidez permanente			0,00
Indenizações por rescisão de contrato de trabalho, inclusive a título de PDV, e por acidente de trabalho; e FGTS			240.000,00
Lucro na alienação de bens e/ou direitos de pequeno valor ou do único imóvel; lucro na venda de imóvel residencial para aquisição de outro imóvel residencial; redução do ganho de capital			0,00
105 - BRASIL			
11	UNIDADE 45 EDIFÍCIO NAVIA DO EMPREENDIMENTO RESID MAR CANTABRICO, GUARULVA/SP, MEDIANTE AQUISIÇÃO DE UMA QUOTA PARTE JUNTO A BANCOOP - CPJ 01395962/0001-50, OBRA EM CONSTRUÇÃO AO PREÇO DE CUSTO. 105 - BRASIL	0,00	150.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>342.406,88</b>	<b>607.930,82</b>

Declaração de IR de Marice Correa de Lima, de 2011, em que declarou ter recebido indenização de R\$ 240 mil do FGTS

11	UNIDADE 44 EDIF NAVIA DO EMPREEMD RESID MAR CANTABRICO, GUARUJA/SP, MEDIANTE AQUISICAO DE UMA COTA PARTE JUNTO A BANCOOP CNPJ 01395962/0001-50, OBRA EM CONSTRUCAO AO PRECO DE CUSTO. POR DESISTENCIA, RESTITUCAO DO CREDITO NO VALOR DE R\$ 432.710,00, DE OAS EMPREENDIMENTOS S/A CNPJ 06.324.922/0001-30, NOVA PROPRIETARIA DO EMPREENDIMENTO.  105 - Brasil	200.000,00	0,00
----	--	------------	------

Declaração de IR de cunhada de Vaccari em que declarou ter recebido R\$ 432 mil da OAS por devolução de apartamento que pagou R\$ 200 mil

Alberto Youssef também teria dito que *"sabe apenas que a OAS destinava valores mensais ao PT, recebidos pela pessoa que posteriormente reconheceu como sendo Marice, cunhada de João Vaccari"*. Disse ainda ter *"ido duas vezes pessoalmente em um apartamento em São Paulo no bairro Cerqueira César indicado por funcionários da OAS, entregar valores a uma pessoa chamada Marice, que posteriormente veio a saber se tratar da cunhada de João Vaccari"*. As investigações apontaram para o seguinte organograma:



### Diante do exposto, indago:

5. V.Sa. poderia nos esclarecer o motivo que levou a OAS a adquirir o apartamento de Marice Corrêa de Lima? V.Sa. sabia dessa operação? Poderia nos fornecer mais detalhes?
6. V.Sa. poderia nos explicar o porquê de a OAS repassar recursos via Youssef a Marice Corrêa de Lima, conforme apontado nas investigações? Quantas vezes isso ocorreu?

### III.

Sobre a denúncia oferecida pelo Ministério Público, V.Sa. apresentou uma espécie de manifesto que continha 23 afirmações. Dentre elas, destaquei as seguintes:

- ***O declarante não participou de qualquer reunião com outros empresários ou agentes públicos para formar cartel ou realizar ajustes, combinação de preços e/ou qualquer medida para restringir o caráter competitivo de obras da Petrobrás ou qualquer outra;***
- ***Que o declarante nunca tomou conhecimento da existência do imaginado "Clube";***
- ***Que o declarante não conhece Alberto Youssef;***
- ***Que especificamente a estes autos, o declarante não ajustou, prometeu ou ofereceu qualquer vantagem indevida a Paulo Roberto Costa;***
- ***Nunca tratou com ninguém da Petrobrás sobre assuntos relacionados a obras de que a OAS participou;***
- ***O declarante afirma categoricamente que jamais ajustou, combinou ou ofereceu qualquer vantagem ou propina a qualquer funcionário público da Petrobrás ou agente político;***

**Diante do exposto, indago:**

7. V.Sa. ainda mantém essas afirmações? Se negativo, poderia apontar as razões de serem incorretas?

**IV.**

No **Termo de Colaboração nº 56**, de 25/11/2014, Alberto Youssef detalhou como operava para a OAS no exterior e no Brasil, como segue:

“[...] QUE, com relação ao que consta do ANEXO 57 - CONTAS NO EXTERIOR, afirma que deseja informar as contas de terceiros que utilizava no exterior; **QUE, dentre as contas que utilizava, se encontram as da empresa SANTA TEREZA SERVICES, pertencente a JOAO PROCOPIO as quais acolhiam depósitos de empresas das quais fazia o "caixa 2", dentre elas a empresa OAS; [...]**

“[...] QUE a partir das contas da empresa SANTA TEREZA o declarante realizava transferências para outras contas de empresas de LEONARDO MEIRELLES (DGX. ELITE DAY, RFY), sediadas nos bancos Hangsang, HSBC e standart Charter de Hong Kong **a fim de promover o retorno desses valores ao país mediante operações de cabo; QUE realizava também depósitos em outras contas do exterior a mando da OAS; QUE, esclarece que todos os recursos movimentados na conta da empresa SANTA TEREZA SERVICES junto ao banco PKB eram todos de responsabilidade do declarante; [...]**”

“[...] QUE, acredita que não possuísse nenhuma procuração, apenas dava as ordens a JOAO PROCOPIO quanto as operações que deveriam ser feitas; **QUE, aponta ainda que JOAO PROCOPIO possuía duas outras empresas de nome SANTA CLARA e EBANO que também mantinham contas no PKB, sendo ambas também utilizadas pelo declarante para movimentar recursos nos mesmos moldes da SANTA CLARA SERVICES; QUE, acrescenta que utilizou contas indicadas por CARLOS**

ROCHA, vulgo CEARÁ, também com o intuito de realizar depósitos no exterior para que o dinheiro lhe fosse entregue no Brasil; [...]"

"[...] QUE, em relação as operações realizadas a mando da OAS o declarante cobrava uma comissão de 3% sobre o valor dos depósitos, incluindo o serviço de entrega no Brasil em quaisquer lugares que fossem determinados pela empreiteira; QUE, diz ter entregue recursos em vários locais; [...]"

"[...] QUE, afirma que além dos valores depositados no exterior e trazidos ao Brasil mediante operações de cabo, também fazia a coleta de valores em reais por determinação de JOSE RICARDO, único interlocutor na empresa OAS quanto a esse assunto; [...]"

"[...] QUE, acrescenta que JOAO PROCOPIO viajou semanas antes da deflagração da operação Lava-jato para Singapura a fim de abrir outras contas que seriam movimentadas pelo declarante nos mesmos moldes das outras abertas junto ao PBK; QUE, as referidas contas foram de fato abertas, todavia não teve oportunidade de movimenta-las pois foi preso; QUE, explica que as contas em Singapura seriam mais fáceis de movimentar do que as contas na Suíça; [...]"

"[...] QUE, deseja consignar também que utilizou as contas de clientes de NELMA PENASSO para o recebimento de valores a partir de transferências das contas das empresas de JOAO PROCOPIO; QUE, recorda-se de uma operação específica de cerca de cem mil euros, realizada pouco tempo antes da operação em que acabou sendo preso, correspondente a um depósito com a finalidade de cabo para a entrega de recursos em espécie no Brasil; QUE, não recorda do nome do referido cliente de NELMA PENASSO. [...]"

**Diante do exposto, indago:**

8. V.Sa. conhecia as contas das empresas SANTA TEREZA SERVICES, SANTA CLARA e EBANO, mantidas no Banco PKB na Suíça? Qual o montante que a OAS transferiu para essas contas? Que outras contas também foram utilizadas?

9. V.Sa. poderia nos esclarecer qual a origem desses recursos que foram repassados às contas controladas por Youssef no exterior?

10. V.Sa. conhecia José Ricardo? Qual a função dele dentro da OAS? V.Sa. sabia que José Ricardo repassava recursos a Youssef aqui no Brasil? A título de que esses recursos foram repassados? Qual a origem desses valores?

V.

Ainda no **Termo de Colaboração nº 56**, de 25/11/2014, Alberto Youssef detalhou o controle que existia desse “caixa 2”, como segue:

“[...] QUE, reconhece que a tabela constante das folhas 76/81 dos autos da representação de busca e apreensão da Operação Lava Jato 07 foi elaborada por JOSE RICARDO, diretor ou gerente da empresa OAS ligado a área financeira e a fim de estabelecer um controle sobre os recursos movimentados pelo declarante; [...]”

“[...] QUE, vista da referida planilha, a qual apresenta datas, valores e siglas, algumas delas referentes a unidades federativas, esclarece que pode identificar valores entregues na sede da OAS, o que é representado pela sigla “SP”; QUE, a sigla RJ representa valores entregues pelo policial JAIME “CARECA” junto a sede da empresa na capital fluminense; QUE, a sigla ‘POA’ refere-se a entrega de valores junto ao estádio do GREMIO FUTEBOL PORTO ALEGRENSE onde a OAS mantinha um escritório e onde entregou R\$ 66.000,00 e R\$ 500.000,00, sendo que a mesma sigla também refere-se a entrega de valores em um endereço residencial, em valores similares; [...]”

“[...] QUE, diz ter entregue valores também em Minas Gerais e em Salvador/BA; QUE dentre os locais de entrega também existiam endereços de destinatários desses recursos e não de

**sedes da OAS, acreditando que tanto RAFAEL ÂNGULO possa ter registrado esses locais como o declarante pode tê-los recebido de JOSE RICARDO em seu BBM; [...]**

**[...] QUE, na referida tabela, a sigla “despesa de entrada” ou “conta-corrente b” referem-se a sua comissão sobre essas operações; [...]**

**[...] QUE, acerca das rubricas “BERTI”, “CNSPSUL”, “P&G”, “CNSPJDI”, “CNSP”, “EMPEJT” afirma desconhecer do que se tratam; QUE, assevera que os valores entre parênteses se referem a saídas e os outros valores a ingressos de receita; [...]**

**[...] QUE, identifica também na referida tabela um lançamento de R\$ 110.000,00 o qual era entregue mensalmente em espécie a uma advogada de nome CINTIA que possui escritório na Av. Consolação, em São Paulo/SP; QUE, esse valor lhe era repassado em espécie por JOSE RICARDO aqui no Brasil sendo que o declarante comparece no local uma vez e nas demais determinou a RAFAEL ÂNGULO que fizesse a entrega; [...]**

**[...] QUE, a sigla “RN” refere-se a uma entrega de valores em espécie feita em um apartamento em Natal/RN acreditando que RAFAEL ANGULO possa fornecer mais detalhes acerca desse endereço; QUE, “NCZ” refere-se a valores em espécie entregues em São Paulo, não sabendo porque JOSE RICARDO utilizava siglas diferentes para uma operação no mesmo local; QUE “RECIFE” corresponde a valores entregues nessa cidade, o mesmo se aplicando a Maceió/Alagoas; [...]**

Numa tabela apreendida pela Polícia Federal, havia o registro de 28 milhões de reais.

Na planilha, foram identificadas as siglas que faziam referência às sedes da construtora e aos endereços residenciais em diferentes Estados para onde Youssef ou pessoas indicadas por ele levavam dinheiro, como segue:



10/jun	(1.500)	Desp. Entr.
10/jun	485.000	Bert
11/jun	(400.000)	SP
11/jun	(2.000)	Desp. Entr.
11/jun	100.000	BSB
12/jun	(270.400)	MO
12/jun	(8.773)	Desp. Entr.
12/jun	(3.245)	1,1 euro
14/jun	(200.000)	SP
14/jun	(1.000)	Desp. Entr.
17/jun		3,0 usd
18/jun	500.000	Bert
18/jun	100.000	BSB
19/jun		-2,0 usd
19/jun	(200.000)	SP
19/jun	(1.000)	Desp. Entr.
20/jun	(259.000)	P&G
20/jun	(1.445)	Desp. Entr.
21/jun	488.000	Bert
24/jun	(450.000)	SP
24/jun	(2.250)	Desp. Entr.
25/jun	1.232	595 usd
25/jun	19.000	6000 eu
26/jun	(32.000)	POA
26/jun	(960)	Desp. Entr.
26/jun	518.000	Bert
28/jun	488.000	Bert

02/jun (2.500) Desp. Entr.

## Diante do exposto, indago:

11. V.Sa. conhecia esse controle do “caixa o2” da OAS feito por José Ricardo? Se afirmativo, por que os recursos compensados via operações dólar cabo foram entregues nas diversas sedes da OAS? Alberto Youssef ou um dos funcionários dele é que ia buscar esses recursos na OAS? V.Sa. poderia nos fornecer mais detalhes a respeito dessa operacionalização?
12. V.Sa. poderia nos dizer quem foram os beneficiários finais desses recursos? Qual a origem desses recursos?

## VI.

Por fim, **no Termo de Colaboração nº 56**, de 25/11/2014, Alberto Youssef esclareceu alguns outros aspectos, como segue:

**“[...] QUE, quem fazia essas entregas eram RAFAEL ÂNGULO e ADARICO NEGROMONTE os quais viajaram em aviões comerciais;**

**“[...] QUE perguntado se os recursos que transitaram pelas contas anteriormente mencionadas não se referiam a propinas pagas por conta de contratos entre a OAS e a PETROBRAS e a algum outro esquema ilícito envolvendo a estatal diz que pelo que sabe tais recursos não possuem relação com a PETROBRAS, todavia quem pode esclarecer essa questão de maneira definitiva é o próprio JOSE RICARDO; [...]”**

**“[...] QUE, perguntado se essa movimentação marginal de recursos (caixa o2) era de conhecimento da empresa, afirma acreditar que sim, pois entregou valores que provinham do exterior nas sedes da OAS em Porto Alegre e Rio de Janeiro e também buscou valores na sede da empresa em São Paulo; [...]”**

## Diante do exposto, indago:

13. V.Sa. não tinha conhecimento desse esquema que ocorria na sede da empresa que dirigia? V.Sa. trabalhava na sede da OAS no Rio ou em São Paulo? V.Sa. nunca se reuniu com Youssef? E com Vaccari Neto? E com Paulo Roberto Costa ou Renato Duque ou Pedro Barusco? Poderia nos fornecer mais detalhes?

## VII.

Na medida cautelar de arresto nº 5020201-03.2015.04.7000/PR, a Justiça Federal do Paraná fez vários registros acerca da participação de V.Sa. no esquema, como segue:

*"[...] Explica que as grandes empresas de construção brasileiras aliaram-se em cartel, denominado de Clube, com o intuito de não apenas fraudar as licitações e obter maior ganho para as empresas, mas também com o compromisso de oferecer e aceitar vantagens pecuniárias que variavam entre 1% e 3% do valor contratado. Narra que desde 2005, todos os contratos operados pelo "Clube" com a PETROBRÁS possuíam este repasse de valores para Paulo Roberto Costa e o partido político que o indicou, no caso, o Partido Progressista. Explica que a divisão dos valores recebidos era a seguinte: 60% para o caixa do Partido, operado pelo falecido José Janene e por Alberto Youssef, 20% para despesas operacionais e 20% para Paulo Roberto Costa e demais operadores (no caso, Janene e Youssef). **Afirma que José Aldemário Pinheiro Filho (Leo Pinheiro), Agenor Franklin Magalhães Medeiros, Fernando Augusto Stremel Andrade, João Alberto Lazzari, Mateus Coutinho de Sá Oliveira e José Ricardo Nogueira Breghirolli, administradores da Construtora OAS, efetuaram promessa e determinaram o pagamento de vantagens indevidas no valor de 1% do valor do contrato.** Relata que Alberto Youssef tratava diretamente com Agenor Franklin Magalhães Medeiros sobre o pagamento da propina **e que os demais requeridos encontravam-se com os***

**representantes das demais empreiteiras para tratar dos assuntos relacionados ao cartel. [...]**

**[...] Narra que José Aldemário Pinheiro Filho (Leo) e Agenor Franklin Magalhães Medeiros eram os contatos diretos de Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef na empreiteira OAS. Além disso, representavam a empresa no Cartel. Sustenta que Fernando Augusto Stremel Andrade e João Alberto Lazzari eram responsáveis pela assinatura de documentos falsos com as empresas M.O., Rigidez e RCI. Afirma que Mateus Coutinho de Sá Oliveira, Diretor Financeiro da OAS, era responsável pela liberação e operacionalização dos valores, assim como José Ricardo Nogueira Breghirolli, que além de viabilizar o pagamento dos valores, também conversou com Youssef para entrega de valores no Município de Porto Alegre/RS. [...]**

Segundo Paulo Roberto Costa, ao ser indagado pelo juiz Sérgio Moro, respondeu:

**[...] Juiz Federal: - A OAS também participava desse...?  
Interrogado: -A OAS também participava.  
Juiz Federal: - Com quem que o senhor tratava?  
Interrogado: -Leo Pinheiro [...]**

**Diante do exposto, indago:**

14. Diante de tanto indícios, V.Sa. ainda mantém as afirmações de que não sabia de nada? Se negativo, poderia nos fornecer mais detalhes sobre esse esquema montado na Petrobras?

## VIII.

Na denúncia oferecida pelo Ministério Público, V.Sa. é referida em vários trechos. Destaco alguns:

**[...] No mesmo sentido, LÉO PINHEIRO, Presidente da OAS, e AGENOR MEDEIROS, Diretor-Presidente da Área**

**Internacional da Construtora OAS S.A., eram responsáveis por comandar a atuação da OAS no cartel de empreiteiras que funcionava perante a PETROBRAS, assim como pelo oferecimento e promessa de vantagens indevidas ao próprio PAULO ROBERTO COSTA, RENATO DUQUE, PEDRO BARUSCO e a outros empregados da PETROBRAS. Eram responsáveis, ainda, por coordenar as operações de lavagens dos valores auferidos com a prática desses e de outros crimes. Nessa atividade, e para tais assuntos, comunicavam-se diretamente com PAULO ROBERTO e ALBERTO YOUSSEF, respectivamente. [...]**

**[...] No mesmo sentido, o colaborador AUGUSTO MENDONÇA aponta serem LEO PINHEIRO e AGENOR MEDEIROS os responsáveis por representar o Grupo OAS nas reuniões do cartel e nas negociações com funcionários corrompidos do alto escalão da PETROBRAS S/A. [...]**

**[...] Na mesma senda, em seu termo de colaboração premiada, PEDRO BARUSCO declinou que LÉO PINHEIRO era o contato de JOÃO VACCARI no âmbito do Grupo OAS, negociando diretamente com ele o pagamento de vantagens indevidas destinadas ao Partido dos Trabalhadores. [...]**

**[...] LÉO PINHEIRO, na condição de Presidente da OAS, era o contato direto de PAULO ROBERTO COSTA e de JOÃO VACCARI NETO, intermediador de interesses escusos, com a empreiteira, sendo um dos responsáveis pela representação desta empresa no cartel, assim como pelo oferecimento e promessa de vantagens indevidas ao próprio PAULO ROBERTO COSTA e a outros empregados da PETROBRAS para a consecução de contratos com a Estatal, encarregando-se, ainda, pela lavagem desses valores. [...]**

**Diante do exposto, indago:**

15. Volto a indagar se V.Sa. mantém as afirmações que respaldam o completo desconhecimento desse esquema? Se negativo, poderia nos fornecer mais detalhes acerca do papel de Vaccari Neto?

## IX.

Ainda nesta audiência, gostaria que V.Sa. esclarecesse três episódios que foram recentemente divulgados pela imprensa investigativa e que ligariam V.Sa. ao ex-presidente Lula. Seriam eles:

**1) Induzido por Lula, o empreiteiro Léo Pinheiro, presidente da OAS, mandou reformar o sítio que está em nome de um sócio do filho Lulinha, mas que Lula diz ser seu.** Localizado em Atibaia (SP), o sítio Santa Bárbara, de 150 mil m<sup>2</sup>, pertence aos empresários Jonas Suassuna e Fernando Bittar – sócios de Fábio Luís da Silva, o Lulinha, filho do ex-presidente. As obras teriam sido realizadas em 2011 e incluíram a reforma completa de duas casas, a construção de um pavilhão e de área para churrasqueira, a ampliação de uma piscina e a instalação de um campo de futebol, além da transformação de um antigo lago em dois tanques de peixe.

**2) Léo Pinheiro recebeu de um emissário de Lula a missão de arranjar serviço e dinheiro para o marido de Rosemary Noronha, a amante de Lula que ameaçava contar tudo que sabia dos esquemas do petista após ser abandonada.** Léo Pinheiro teria ajudado a conseguir um emprego para João Batista de Oliveira, marido de Rosemary Noronha, ex-chefe da representação da Presidência da República em São Paulo. Amiga íntima de Lula desde os tempos do sindicalismo, Rosemary Noronha perdeu o cargo federal em 2012, logo após a deflagração de uma operação da Polícia Federal para desmontar um suposto esquema de venda de pareceres de órgãos públicos a empresas privadas. Ela foi acusada de tráfico de influência e corrupção passiva. A suposta ação do empreiteiro em favor Oliveira visava acalmar Rosemary.

**3) Léo Pinheiro conta como Lula virou dono do triplex no edifício Solaris, no Guarujá (SP), em uma das oito obras assumidas pela OAS depois da quebra em 2006 da Bancoop, então presidida por João Vaccari Neto.** A OAS incorporou o empreendimento para conclusão de uma obra parada da Bancoop (Cooperativa Habitacional dos Bancários), onde Lula e o tesoureiro afastado do PT João Vaccari Neto são donos de apartamentos.

**Diante do exposto, indago:**

16. V.Sa. é amigo pessoal do ex-presidente Lula, correto? V.Sa. poderia nos fornecer mais detalhes acerca desses três episódios?

**X.**

Relatório da Polícia Federal registrou troca de mensagens em que V.Sa. e o ministro do Superior Tribunal de Justiça Benedito Gonçalves, em 13 de novembro de 2014, combinavam a ida ao aniversário de Toffoli, ministro do STF. Foram registrados ainda outras três menções a Toffoli – uma delas em 2012, quando um funcionário da OAS lembrou a V.Sa.: *"Aniversário de Toffoli dia 15. Gosta de um bom whisky"*.

**Diante do exposto, indago:**

17. V.Sa. é amigo do ministro Toffoli? V.Sa. sabia que ele irá presidir a Turma encarregada de julgar os políticos envolvidos no "Petrolão"? Quantas vezes V.Sa. já se reuniu com o ministro Toffoli e em que circunstâncias? Poderia nos fornecer mais detalhes?

**XI.**

Por fim, de acordo com os autos, **entre fevereiro de 2009 e dezembro de 2013, a JD Consultoria de José Dirceu recebeu R\$ 1,6 milhão da OAS.** A JD Consultoria e seus donos são alvo de investigação para apurar se os pagamentos feitos à empresa do ex-ministro da Casa Civil por empreiteiras envolvidas no escândalo do "Petrolão" tiveram ligação com subornos em contratos da estatal de petróleo.

**Diante do exposto, indago:**

18. V.Sa. tinha conhecimento da existência desses contratos de consultoria com a empresa do ex-ministro José Dirceu? Se afirmativo, quais foram os serviços prestados? V.Sa. teria como comprovar os serviços prestados?

19. V.Sa. saberia nos dizer se esses contratos serviram apenas para conferir aparência de legalidade aos recursos que foram repassados a José Dirceu? Poderia nos fornecer mais detalhes a respeito?

CPI PETRÃO